

# **Multidões Agroecológicas emergentes na agricultura urbana das encostas de Medellín**

**Carlos Velásquez Castañeda**

**Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e  
Desenvolvimento Rural (PPGADR)**

**Universidade Federal de São Carlos  
2026**



**MULTIDÕES AGROECOLÓGICAS EMERGENTES NA AGRICULTURA  
URBANA DAS ENCOSTAS DE MEDELLÍN**

**CARLOS ALBERTO VELÁSQUEZ CASTAÑEDA**

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO SERRA BORSATTO  
COORIENTADOR: PROF. DR. HENRIQUE CARMONA DUVAL

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Agroecologia e  
Desenvolvimento Rural como requisito  
parcial à obtenção do título de MESTRE  
EM AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras, SP

2026

## FICHA CATALOGRÁFICA

Velásquez Castañeda, Carlos Alberto

Multidões agroecológicas emergentes na agricultura urbana das encostas de Medellín / Carlos Alberto Velásquez Castañeda -- 2026.  
188f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras  
Orientador (a): Ricardo Serra Borsatto  
Banca Examinadora: Omar Alonso Urán Arenas, Joelson Gonçalves de Carvalho  
Bibliografia

1. Ação coletiva. 2. Agroecología urbana. 3. Multidões agroecológicas. I. Velásquez Castañeda, Carlos Alberto. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

## DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8  
7083



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
Centro de Ciências Agrárias CCA  
Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural  
(PPGADR)

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Dissertação de Mestrado de Carlos Alberto Velásquez Castañeda, realizada em 05/03/2026.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto (UFSCar)

Prof. Dr. Omar Alonso Urán Arenas (UdeA)

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)

**AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS .....	ix
ÍNDICE DE FIGURAS .....	x
Resumo .....	xii
Abstract .....	xiii
Introdução .....	1
CAPÍTULO 1. Estado da arte e referencial teórico.....	3
1.1. Revisão de literatura.....	4
1.2. Enfoque das Multidões Agroecológicas.....	8
1.2.1. Multifuncionalidade da Agricultura Urbana e Ecologia Política .....	11
CAPÍTULO 2. Contexto territorial e abordagem metodológica.....	14
2.1. Caracterização da Borda Urbano Rural Nororiental (BUR NOR) de Medellín .....	15
2.1.1. Localização e delimitação territorial .....	15
2.1.2. Estrutura ecológica e Áreas de risco.....	18
2.1.3. Configuração social e histórica do território .....	20
2.2. Desenho metodológico da pesquisa.....	22
2.2.1. Referencial metodológico e epistemológico .....	22
2.2.2. Estratégias e técnicas de geração de dados .....	24
2.2.3. Perfis dos entrevistados.....	28
2.2.4. Organização e análise das informações .....	30
RESULTADOS.....	34
CAPÍTULO 3. Origens, práticas e sentidos da Agroecologia urbana e popular nas encostas de Medellín .....	40
3.1. Hortas Comunitárias e Familiares .....	42
3.2. Origem dos processos: De onde surgem as hortas?.....	47
3.2.1. Resposta a contextos de fome e escassez de alimentos.....	47
3.2.2. A apropriação comunitária de terrenos subutilizados.....	48
3.2.3. Aproveitamento de saberes camponeses e rurais .....	48
3.2.4. Influência da pandemia em sua origem e consolidação.....	49
3.2.5. Elementos comuns na origem das hortas familiares.....	49
3.3. Temporalidades e ciclos na criação de hortas comunitárias .....	50
Ciclo 0 (1995–2003): Subsistência familiar .....	53
Ciclo 1 (2004–2011): Transição para o comunitário .....	55

Ciclo 2 (2012–2019): Tecnificação orgânica e controle da expansão .....	56
Ciclo 3 (2020–2025): Politização e multifuncionalidade .....	57
3.4. Práticas agroecológicas na agricultura urbana de Medellín .....	58
3.4.1. Práticas transversais .....	59
3.4.2. Práticas particulares: expressões diferenciadas da agroecologia urbana .....	64
3.5. Sentidos e concepções do agroecológico nas hortas urbanas .....	69
CAPÍTULO 4. Construção do tecido social e organizativo nas multidões agroecológicas do BUR NOR .....	72
4.1. Tecido social e subjetividades .....	74
4.1.1. Características dos participantes dos processos .....	75
4.1.2. Motivações para participar .....	79
4.1.3. Trajetórias de vida das horticultoras .....	81
4.2. Processos de coesão social .....	86
4.2.1. Redes de solidariedade .....	87
4.2.2. Trajetória de vida das organizações .....	88
4.2.3. Diversificação organizativa .....	91
4.3. Práticas organizativas no BUR NOR .....	92
4.3.1. Dinâmicas de articulação e alianças .....	92
4.3.2. Comunicações .....	94
4.3.3. Processos de formação .....	97
CAPÍTULO 5. Agroecologia urbana e popular em disputa: tensões e configurações emergentes .....	102
5.1. Tensões políticas na agroecologia urbana das encostas .....	105
5.1.1. Dependência do Estado local .....	105
5.1.2. Entre autonomia e apoio institucional .....	108
5.1.3. Dilemas entre soberania e segurança alimentar .....	109
5.2. Impacto social e político da organização comunitária .....	112
5.2.1. Trajetórias de incidência e defesa do território .....	112
5.2.2. Relações de articulação entre atores .....	114
5.3. Políticas públicas e planejamento participativo .....	119
5.3.1. Ausência de política pública de agricultura urbana .....	119
5.3.2. Diretrizes comunitárias para uma política pública de agroecologia urbana .....	121
5.3.3. Planejamento participativo em torno do Macroprojeto BUR NOR .....	125
5.4. Imaginários comunitários sobre a Agroecologia e as Hortas no futuro .....	128
5.4.1. Projeções para as hortas comunitárias .....	128

5.4.2. A agroecologia urbana e popular como projeto de cidade .....	130
CAPÍTULO 6. Discussão.....	132
6.1. Transição agroecológica na borda urbano-rural .....	135
6.1.1. Híbridez da agroecologia urbana e popular .....	135
6.1.2. Pelos caminhos da transição agroecológica .....	138
6.1.3. Sentidos do agroecológico e potencial de transição .....	139
6.1.4. Agroecologia como prática de construção social do território .....	142
6.2. Arquiteturas organizativas e multidões agroecológicas .....	144
6.2.1. Composição social e motivações da ação coletiva .....	144
6.2.2. Eixos de trabalho, fortalezas e fragilidades dos processos organizativos.....	146
6.2.3. A tensão entre processos atômicos e multidões agroecológicas..	148
6.3. Campos de disputa territorial na agroecologia urbana e popular .....	150
6.3.1. Correlação de forças nas encostas.....	152
6.3.2. Uma combinação estratégica entre autonomia e apoio institucional .....	156
6.3.3. Diretrizes comunitárias em cocriação .....	160
CAPÍTULO 7. CONCLUSÕES .....	163
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Perfil dos entrevistados.....	29
Tabela 2. Matriz de congruência do Projeto de Pesquisa.....	31
Tabela 3. Quadro com códigos utilizados para classificar as falas e respectivas Subcategorias.....	33
Tabela 4. Códigos mais falados no Atlas.ti.....	36
Tabela 5. Pelos Caminhos da transição agroecológica nas encostas de Medellín.....	52

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Medellín e da Região Metropolitana do Vale do Aburrá .....	15
Figura 2. Localização do Borde Urbano-Rural Nororiental no Distrito de Medellín .....	16
Figura 3. Mapa do BUR NOR de Medellín .....	17
Figura 4. Mapa de Córregos da Comuna 8 que fazem parte da Estrutura Ecológica. Fonte: Mesa de Vivienda Comuna 8 (2022) .....	19
Figura 5. Chamada para contatar experiências em redes sociais .....	25
Figura 6. Observação participante, visitas as hortas comunitárias .....	26
Figura 7. Grupo focal Comunas 1 e 3, 11 de abril de 2025.....	26
Figura 8. Arte convite e grupo focal Comuna 8, 24 de abril de 2025 .....	27
Figura 9. Subcategorias mais faladas no processo de codificação no Atlas ti .	36
Figura 10. Subcategorias mais faladas nos grupos focais no processo de codificação do software Atlas ti.....	39
Figura 11. Panorâmica de Medellín, desde o bairro Carpinelo, Comuna 1 .....	43
Figura 12. Mapa com localização geográfica das 15 experiências analisadas	45
Figura 13. Evolução da ocupação urbana no BUR-NOR (1995–2024): comparação entre imagem de satélite (1995) e ortofoto (2024), com delimitação do BUR-NOR e comunas. Fonte: Elaboração própria.....	51
Figura 14. Máscara urbana no BUR-NOR reconstruída a partir de imagem de satélite de 1995 . Elaborado em colaboração com o Laboratório de Análise Territorial e Participação Comunitária (Comulab), do CentroGeo, México.....	54
Figura 15. Cartaz na entrada de Hortas de Paz, lembrando as origens do processo. ....	55
Figura 16. Cultivos de ciclo curto .....	59
Figura 17. Esquerdo: Compostagem familiar. Direita: CCTRO Ecohuertas Las Tinajas .....	61
Figura 18. Minhocário .....	63
Figura 19. Comercialização de plantas medicinais e café orgânico.....	64
Figura 20. Kit menstrual e toalha solidaria .....	67
Figura 21. Horta El Pacífico e a cidade de Medellín no fundo .....	70
Figura 22. Horticultoras do BUR NOR .....	76
Figura 23. Ciranda Infantil Semillas de Vida, Comuna 8: Fonte: Huerta Escuela El Faro .....	78
Figura 24. Horticultora Elizabeth, Horta Nuevos Horizontes, Pinares de Oriente, Comuna 8.....	82
Figura 25. Integrantes Huerta Menstrual. Fonte: @uteravibrantes.....	83
Figura 26. Atividade de Mutirão na Horta Escola E Faro com estudantes universitários .....	87
Figura 27. Encontro da Rede de Horticultores da Comuna 8. Fonte: Red de Huerteros (2025).....	93
Figura 28. Captura de tela do perfil da Huerta Escuela Ester Vasquez e Huerta Escuela El Faro.....	95
Figura 29. Cartilha Escola Popular pela Acao Climática. Movimiento de Laderas (2022).....	97

Figura 30. Mapa de índice de insegurança alimentar no município de Medellín. Elaboração própria com dados do Observatório de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional de Medellín (2024). .....	110
Figura 31. Mapa de tratamento do uso do solo no Plano Diretor da cidade (POT). Fonte: Elaboração própria baseados em dados do Plano de Ordenamento Territorial (POT) de Medellín. ....	123

## **MULTIDÕES AGROECOLÓGICAS EMERGENTES NA AGRICULTURA URBANA DAS ENCOSTAS DE MEDELLÍN**

**Autor: CARLOS ALBERTO VELÁSQUEZ CASTAÑEDA**

**Orientador: PROF. DR. RICARDO SERRA BORSATTO**

**Coorientador: PROF. DR. HENRIQUE CARMONA DUVAL**

### **Resumo**

Nas comunas populares localizadas nas encostas de Medellín (Colômbia), a autoconstrução do território convive com insegurança alimentar, disputa pelo uso do solo e recorrência de riscos, ao mesmo tempo em que sustenta densas tramas organizativas. Nesse contexto, esta pesquisa analisa, a partir de uma perspectiva situada no Sul Global, como a agricultura urbana se consolida e em que medida fortalece a coesão social e a ação coletiva, para além de um enquadramento estritamente produtivo. O estudo focaliza práticas e processos organizativos vinculados a hortas familiares e comunitárias na Borda Urbano-Rural Nororiental (BUR NOR), mobilizando o enfoque das *Multidões Agroecológicas* (Giraldo, 2022) para examinar articulações nas dimensões ambiental/territorial, social/organizativa e política. Metodologicamente, adota-se a Pesquisa-Ação Participativa, combinando entrevistas semiestruturadas, grupos focais, observação participante e análise documental. Os achados indicam que a agroecologia urbana e popular opera como estratégia de defesa do território, produzindo redes de solidariedade e incidência política. Evidencia-se seu caráter híbrido (entre ruralidades reterritorializadas e dinâmicas urbanas e entre autonomia comunitária e dependência institucional), o que reforça a centralidade da organização comunitária para sua continuidade.

## **EMERGING AGROECOLOGICAL MULTITUDES IN URBAN AGRICULTURE ON THE HILLSIDES OF MEDELLÍN**

**Author: CARLOS ALBERTO VELÁSQUEZ CASTAÑEDA**

**Adviser: PROF. DR. RICARDO SERRA BORSATTO**

**Co-adviser: PROF. DR. HENRIQUE CARMONA DUVAL**

### **Abstract**

In the popular *comunas* located on the hillsides of Medellín (Colombia), the self-construction of territory coexists with food insecurity, land-use disputes, and recurring risks, while also sustaining dense organizational networks. From a perspective situated in the Global South, this research examines how urban agriculture consolidates and to what extent it strengthens social cohesion and collective action, beyond a strictly productivist framing. The study focuses on practices and organizational processes linked to family and community gardens in Medellín's Northeastern Urban–Rural Edge (BUR NOR), drawing on the *Agroecological Multitudes* approach (Giraldo, 2022) to analyze articulations across environmental/territorial, social/organizational, and political dimensions. Methodologically, the research adopts Participatory Action Research, combining semi-structured interviews, focus groups, participant observation, and documentary analysis. The findings indicate that urban and popular agroecology operates as a strategy for territorial defense, generating networks of solidarity and political advocacy. Its hybrid character becomes evident (between reterritorialized ruralities and urban dynamics, and between community autonomy and institutional dependence) reinforcing the centrality of community organization for its continuity.

## Introdução

A prática da agricultura urbana realizada nas encostas de Medellín (Colômbia) revela um processo de transição agroecológica popular que, ao mesmo tempo, contribui para a soberania alimentar e nutricional de comunidades vulneráveis e propõe uma reconfiguração territorial voltada à resiliência diante da crise climática. A análise dessa experiência colombiana permite, portanto, oferecer subsídios para a formulação de propostas e projetos em outras metrópoles do Sul Global que enfrentam desafios socioambientais semelhantes, como a fome e a expansão das periferias urbanas sem planejamento, a partir de uma perspectiva agroecológica.

A agroecologia urbana constitui um campo de estudo relativamente recente, ainda marcado por lacunas significativas no conhecimento<sup>1</sup>. Embora haja crescente interesse acadêmico, a maior parte da produção científica concentra-se no Norte Global, o que reforça a relevância desta investigação ao buscar ampliar a produção de conhecimento situada no Sul Global.

Por outro lado, ainda não existe consenso sobre a melhor forma de abordar a agroecologia urbana como objeto de estudo. Nesta dissertação, adota-se uma perspectiva fundamentada na ecologia política urbana e no urbanismo agroecológico, articulada ao conceito de *Multidões Agroecológicas*. Essa noção, de base latinoamericana, será aqui combinada com a leitura da multifuncionalidade da agricultura urbana, dando ênfase às dimensões ambiental/territorial, sociocultural/organizativa e política. Buscando assim compreender como os atores comunitários constroem socialmente o território e como a agroecologia urbana em Medellín pode contribuir para esse processo.

O recorte empírico da pesquisa é a Borda Urbana-Rural Nordeste de Medellín (BUR-NOR), que reúne 20 bairros das comunas 1, 3 e 8, além da área rural de Santa Elena. A urbanização desses territórios foi fortemente marcada pela autoconstrução de moradias, em grande parte vinculada aos fluxos migratórios resultantes da violência do conflito armado e da pobreza rural. Nesse contexto, a organização comunitária tem desempenhado papel fundamental na defesa do território, desenvolvendo um *ethos* comunitário e uma consciência política voltada à incidência na esfera pública. Por meio de redes afetivas e dinâmicas associativas, foram impulsionadas ações de mobilização, formação e participação política, que fortaleceram uma cultura política local. Além disso, consolidaram-se capacidades de autogestão, essenciais para articular diferentes

---

<sup>1</sup> Na base de dados *Web of Science*, o primeiro artigo classificado na categoria *Urban Agroecology* foi publicado apenas em 2017. Desde então, observa-se um crescimento progressivo, com destaque para 2024, ano em que se registraram sete artigos, de um total de 28 identificados.

atores e fundamentais para uma proposta agroecológica adaptada às especificidades geográficas e sociais.

À luz desse contexto, a pesquisa definiu o seguinte objetivo geral: Analisar as práticas de agricultura urbana desenvolvidas nas encostas de Medellín (Colômbia), com foco na Borda Urbano-Rural Nororiental (BUR-NOR), em suas dimensões ambiental-territorial, social-organizativa e política, e em sua contribuição para a autonomia comunitária, à luz do enfoque das *Multidões Agroecológicas Emergentes*.

E, como objetivos específicos:

- Diagnosticar socioecologicamente o território da Borda Urbano-Rural Nororiental de Medellín, considerando as condições que moldam as experiências agroecológicas e seu papel na construção social do território.
- Caracterizar a construção do tecido social e os processos organizativos associados às práticas de agroecologia urbana e popular, destacando sua contribuição para ações coletivas que promovem autonomia comunitária.
- Compreender a dimensão política da agroecologia urbana e popular, com ênfase nas disputas territoriais e nas estratégias de incidência social e política protagonizadas pelos processos organizativos.

Para responder aos objetivos, a dissertação está organizada em sete capítulos: o Capítulo 1 apresenta o estado da arte e o referencial teórico, articulando a revisão de literatura, o enfoque das Multidões Agroecológicas e a noção de multifuncionalidade da agricultura urbana. O Capítulo 2 descreve o contexto territorial da Borda Urbano-Rural Nororiental (BUR-NOR) e explicita o desenho metodológico da pesquisa, incluindo estratégias de geração de dados, perfis dos entrevistados e procedimentos de análise.

Na seção de Resultados, o Capítulo 3 trata das origens, práticas e sentidos da agroecologia urbana e popular nas encostas, discutindo hortas comunitárias e familiares, ciclos de criação e repertórios de práticas. O Capítulo 4 aprofunda a construção do tecido social e organizativo, abordando subjetividades, motivações, coesão social e dinâmicas de articulação. O Capítulo 5 analisa a agroecologia urbana e popular em disputa, com foco nas tensões políticas, nas relações entre atores, nas políticas públicas e no planejamento participativo em torno do Macroprojeto BUR-NOR. O Capítulo 6 integra os achados na discussão, examinando a transição agroecológica, as arquiteturas organizativas e os campos de disputa territorial. Por fim, o Capítulo 7 apresenta as conclusões, sistematizando lições do caso para o debate sobre agroecologia urbana e popular no Sul Global e apontando contribuições e desdobramentos.



**1**

**Estado da arte e  
referencial teórico**

Este capítulo apresenta, em primeiro lugar, uma revisão de literatura e um estado da arte sobre agroecologia e agricultura urbana, com ênfase em debates produzidos em estudos sobre Medellín e suas bordas urbano-rurais. Em seguida, delimita o referencial teórico da pesquisa, articulando o enfoque das Multidões Agroecológicas, a multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana e a ecologia política urbana como chaves complementares para interpretar as práticas, seus efeitos socioterritoriais e as disputas em torno do território.

### 1.1. Revisão de literatura

Neste item, apresentamos um estado da arte sobre agroecologia urbana, um campo de estudo ainda recente, marcado por lacunas teóricas e metodológicas, mas que vem ganhando relevância à medida que cidades do Sul Global enfrentam desafios relacionados à insegurança alimentar, à expansão urbana e à crise climática. Nesse cenário, diversos autores têm buscado compreender as práticas de agricultura urbana a partir de diferentes perspectivas, oferecendo aportes que enriquecem o debate e fundamentam esta pesquisa.

No caso específico de Medellín, Basombrío, Franco e Rincón (2015), em sua dissertação *Bases para una política pública de productividad en el borde urbano-rural de Medellín*, apresentam uma proposta técnica de intervenção no território das comunas 3 e 8. As autoras argumentam que a expansão contínua das fronteiras entre áreas rurais e urbanas nas encostas da cidade produziu uma situação crítica, tanto social quanto ambiental, desafiando as ferramentas tradicionais de gestão territorial.

"As iniciativas produtivas nas zonas de fronteira urbano-rural das comunas 3 e 8 de Medellín são processos que têm sido geridos a partir de frentes diferentes, desarticuladas e sem um objetivo orientador comum. Atualmente, existem iniciativas produtivas familiares, outras apoiadas por secretarias municipais ou orçamentos participativos, e aquelas que fazem parte do projeto Jardín Circunvalar" (Basombrío, et al., 2015, p. 46).

Elas identificam que a maior parte dessas experiências, ainda que vinculadas à vocação camponesa de moradores, está voltada sobretudo para o autoconsumo, sem aproveitar o potencial de comercialização. Além disso, articulam a discussão da borda a um problema mais amplo de segurança alimentar e de dependência externa no abastecimento de Medellín, evidenciando a vulnerabilidade do sistema alimentar urbano e reforçando a pertinência de estratégias que ampliem a produção em áreas de encostas. Embora reconheçam limitações associadas à baixa fertilidade e à acidez dos solos, sustentam que existem técnicas capazes de melhorar a produtividade de forma ambientalmente responsável, indicando que o fortalecimento de práticas produtivas é viável e pode gerar efeitos socioeconômicos, nutricionais, ambientais e culturais relevantes para populações mais vulneráveis. Por fim, ao

analisar os casos a partir de dimensões urbana, organizativa, ambiental, social e econômica, o estudo aponta lacunas a serem enfrentadas por uma política pública e sugere incorporar sistemas como agroflorestas, silvicultura, transformação com valor agregado e turismo comunitário como estratégias de diversificação produtiva nesses territórios (Basombrío et al., 2015).

Nesse mesmo campo de reflexão, Zea Díaz (2021), em sua dissertação *Estrategias de sostenibilidad para las huertas agroecológicas comunitarias del borde urbano rural*, analisa especificamente as comunas 1, 3 e 8 de Medellín, formulando propostas para garantir a sustentabilidade das hortas comunitárias. A autora parte do estudo de dez experiências internacionais de agricultura urbana voltadas à proteção de áreas de relevância social e ambiental, complementando essa análise com um diagnóstico das hortas locais. Como resultado, propõe estratégias que buscam assegurar a permanência das hortas no tempo, articulando a proteção ambiental, o fortalecimento do tecido social e a produtividade, em um contexto de forte pressão urbana e de insuficiência de controle institucional.

Zea Díaz (2021) destaca como aspectos críticos a incerteza na posse da terra e a pressão pelo uso do solo nas áreas de borde, fatores que introduzem instabilidade territorial e limitam a projeção de longo prazo das iniciativas. Em resposta, propõe fortalecer essas experiências por meio da incorporação da agricultura urbana agroecológica em instrumentos de planejamento e gestão, conferindo maior regularidade institucional à prática e reconhecendo-a como estratégia com impactos sobre o tecido social e a gestão do risco. A autora também enfatiza a necessidade de instrumentos jurídicos e econômicos que garantam acesso e permanência temporal na terra, bem como incentivos (compensações e Pagamento por Serviços Ambientais) capazes de enfrentar a urbanização ilegal e outras disputas pelo solo. Essa agenda se completa com mecanismos de articulação interinstitucional voltados a sustentar processos de formação, qualificação e continuidade ao longo do tempo.

Restrepo Hoyos e Sandoval (2023) aprofundam a compreensão da agricultura urbana em Medellín ao deslocar o foco de propostas predominantemente técnico-instrumentais para uma leitura socioterritorial ancorada nas práticas comunicacionais. Diferentemente de estudos centrados especificamente nas encostas, as autoras realizam uma análise de alcance municipal, buscando interpretar dinâmicas e sentidos da agricultura urbana no conjunto do território de Medellín. Nessa abordagem, conceituam a agricultura urbana como um entramado socioecológico no qual convergem dimensões produtivas, ambientais, culturais e políticas, articulando o cultivo de alimentos, o cuidado ecológico e a apropriação de espaços urbanos com a construção de tecido social e a circulação de saberes. O capítulo também se vincula a uma agenda de

fortalecimento da *Red de Huerteros de Medellín*, iniciativa que desde 2013, vem impulsionando espaços alternativos de reflexão e intercâmbio de saberes sobre a multifuncionalidade da agricultura urbana, conectando práticas cotidianas das hortas a debates mais amplos sobre justiça ambiental (Restrepo Hoyos & Sandoval, 2023).

Agora, no marco da discussão sobre agroecologia urbana, queremos trazer o debate proposto por Almeida e Biazoti (2018), em *Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade*, que propõem um avanço conceitual para compreender a diversidade de enfoques da agricultura urbana. Os autores distinguem três perspectivas: “agroecologia para a cidade”, “agroecologia na cidade” e “agroecologia da cidade”. Esta última desloca o foco das contradições rural-urbano para as tensões entre espaços dominados pela lógica da mercantilização e aqueles voltados à reprodução da vida. Tal perspectiva dialoga com a concepção lefebvriana do direito à cidade, entendida como obra coletiva e transformável pelas práticas cotidianas de seus habitantes. Assim, a agricultura urbana é vista simultaneamente como criação e apropriação do espaço urbano (Almeida, Biazoti, 2018).

A partir de outro ângulo, Páez (2020) afirma que um agroecossistema é a unidade fundamental de estudo da agroecologia, e nessa medida propõe o conceito de *agroecossistema urbano*, como o tecido dinâmico dentro da cidade, interativo e interdependente das relações culturais e ecossistêmicas, consigo mesmo e com outros agroecossistemas, tanto urbanos como rurais. Para o autor, a agricultura urbana não pode ser entendida como uma mera prática ecológica nas cidades, e a sua resistência espacial e cultural não pode ser deixada de lado. É necessário aprofundar a análise da horta urbana, como ecossistema criativo, onde indivíduos e coletivos do território se encontram tanto para plantar quanto para se engajarem em discussões sociais na construção de sua identidade e na tomada de decisões territoriais (Páez, 2020).

Dando continuidade ao debate, Henrique Freitas Alves (2020), em *Ecologia política e agricultura urbana na América Latina: reflexões teóricas por uma aproximação*, apresenta um panorama que evidencia a necessidade de maior aproximação entre a ecologia política urbana e a agricultura urbana na literatura latinoamericana, dada a escassez de estudos articulando esses campos. Para o autor, os processos de urbanização e sustentabilidade devem ser compreendidos a partir da complexidade e do dinamismo político, social e cultural que os atravessam.

Alves (2020) também destaca a clara diferenciação entre as formas de agricultura urbana praticadas no Norte e no Sul Global. Enquanto no Norte a prática é frequentemente associada ao bem-estar pessoal, na América Latina ela emerge sobretudo das ações autônomas das comunidades periféricas, em

contextos de insegurança alimentar. Dessa constatação, o autor propõe a necessidade de um olhar latinoamericano dentro da ecologia política urbana, que reconheça a especificidade das práticas e suas raízes em processos de resistência territorial.

Em linha semelhante, Tornaghi e Dehaene (2020) argumentam que nos últimos anos, os contextos urbanos tornaram-se centrais para estudiosos e ativistas engajados em debates sobre questão agrária, transições agroecológicas e transformação do sistema alimentar. No entanto, criticam que a forma predominante de conceituar as relações urbano-rurais é, em geral, reformista e apenas ocasionalmente progressista. Para eles, uma transformação real exige novas abordagens, entre elas uma práxis agroecológica ancorada na ecologia política urbana.

Como alternativa, os autores propõem o conceito de *urbanismo agroecológico*, entendido como mudança paradigmática frente ao urbanismo do capital. Essa abordagem busca articular lutas urbanas por justiça social e fundiária, práticas cidadãs de autogestão e imaginários vinculados à soberania dos recursos e à agricultura camponesa, criando um contexto favorável ao cultivo agroecológico de alimentos.

Essa discussão é ampliada por Resler e Hagolani-Albov (2021), que em *Augmenting agroecological urbanism: the intersection of food sovereignty and food democracy* defendem o urbanismo agroecológico como um novo paradigma da urbanização. Segundo as autoras, a agroecologia extrapolou suas raízes disciplinares nas ciências agrícolas e passou a dialogar com outros campos como o planejamento urbano, especialmente no que se refere à construção de sistemas alimentares justos e sustentáveis.

Embora o discurso dominante ainda associe a agroecologia sobretudo ao contexto rural, essas contribuições apontam para a necessidade de consolidar uma agroecologia centrada nas cidades. As autoras concluem que ampliar a conceituação do urbanismo agroecológico, em direção a uma agroecologia política urbana acionável, possui implicações diretas e aplicabilidade para profissionais da horticultura urbana, formuladores de políticas públicas e planejadores urbanos (Resler, Hagolani-Albov, 2021, p. 323).

De forma complementar, De Azevedo, Perxacs e Alió (2020), em *Dimensão social da agricultura urbana e periurbana*, enfatizam as múltiplas funções desempenhadas pela agricultura urbana. Para além de seu papel na oferta de alimentos frescos, ela pode contribuir para enfrentar a pobreza, melhorar a saúde pública, criar cinturões verdes e fortalecer a resiliência das cidades diante das mudanças climáticas. Os autores sublinham que, em países pobres ou em desenvolvimento, a dimensão socioeconômica é especialmente crucial, pois

garante acesso direto a alimentos frescos às comunidades vulneráveis. Além disso, defendem que a agricultura urbana possui uma dupla dimensão: uma concreta, manifestada no território, capaz de produzir espaços nas cidades, mas também apresenta uma dimensão abstrata e imaterial, baseada na subjetividade e em uma série de relações estabelecidas no território com outros atores sociais (De Azevedo et al, 2020).

Em síntese, a literatura revisada revela a crescente relevância da agroecologia urbana nos debates internacionais e latino-americanos, mas também evidencia lacunas significativas. Observa-se que ainda são incipientes as análises que, a partir do Sul Global, articulam a ecologia política urbana e as múltiplas funções desempenhadas pela agricultura urbana em territórios populares. É nesse espaço que se insere a presente pesquisa.

## **1.2. Enfoque das Multidões Agroecológicas**

Dando sequência ao debate, o referencial teórico *das Multidões Agroecológicas* oferece uma proposta interpretativa particularmente adequada para compreender os fenômenos socioambientais relacionados à agricultura urbana no Sul Global. Proposto por Omar Giraldo (2022), esse enfoque inscreve-se em uma sociologia política da agroecologia de caráter pós-desenvolvimentista, cujo objetivo é evidenciar o potencial emancipatório de uma multiplicidade de grupos que atuam em diferentes espaços urbanos e rurais. Para o autor, tais experiências crescem e se expandem de forma centrífuga, conformando “uma insurreição não centralizada, mas disseminada numa multiplicidade de processos auto-organizados e territorializados” (Giraldo, 2022, p. 37).

As *multidões agroecológicas* são compreendidas como uma “multiplicidade de comunidades autônomas de pequena dimensão” que se gerem em territorialidades concretas (Giraldo, 2022, p. 12), o que oferece uma chave analítica pertinente para examinar experiências agroecológicas em territórios populares, onde a organização tende a estruturar-se a partir de proximidades de vizinhança e vínculos afetivos. Nesse sentido, a multidão permite descrever configurações coletivas policêntricas, compostas por nós que se articulam sem a necessidade de um centro único, cuja coerência se constrói na prática por meio de acordos situados, reciprocidades e formas cotidianas de coordenação.

Ao mesmo tempo, Giraldo adverte que a multidão não se reduz à agregação de hortas ou iniciativas dispersas e que sua consistência depende de níveis de organicidade e de instituições autônomas (formais ou informais) capazes de sustentar aprendizagens e sentidos. Nessa direção, o autor sustenta que a produção agroecológica é simultaneamente material e “imaterial” (Giraldo, 2022, p. 94), deslocando a análise para além da dimensão técnico-produtiva e incorporando a construção de subjetividades e vínculos. Por isso, a dimensão político-organizativa constitui um “solo fértil” onde circulam aprendizagens,

significados, bens alimentares e não alimentares, bem como horizontes políticos de luta (Giraldo, 2022, p. 95).

Nessa perspectiva, Giraldo (2022) retoma a classificação de Rivera-Núñez (2020), que distingue três blocos agroecológicos: as agroecologias de retorno, as emergentes e as históricas. As agroecologias emergentes, em particular, constituem constelações que defendem a agroecologia no século XXI. Incluem processos de recampesinização vinculados à migração rural-urbana, práticas de agroecologia urbana, dinâmicas de agroecologização em espaços de educação formal e não formal, além de novas subjetividades emergentes (feministas, migrantes e LGBTQI+, entre outras).

Giraldo (2022) elabora suas reflexões sobre a metodologia *Camponês a Camponês*, concebida como dispositivo com três funções centrais: 1) articular as dimensões técnico-produtiva, político-organizacional e epistêmico-experencial da agroecologia; 2) conectar territórios materiais e imateriais; e 3) favorecer a reconstrução coletiva de subjetividades. Trata-se, assim, de uma ferramenta que integra práticas agroecológicas, territórios e subjetividades e processos identitários, configurando a base para a criação de multidões agroecológicas.

Assim, Giraldo (2022) propõe compreender a agroecologia urbana não apenas como prática produtiva, mas como processo político e cultural sustentado por movimentos sociais que promovem sustentabilidade, justiça social e resiliência comunitária. O autor enfatiza o estudo da ação coletiva, a diversidade e a horizontalidade das práticas, onde o princípio de autonomia marca a pauta central. Nesse sentido, os espaços de aprendizagem e de troca de saberes assumem relevância, pois é neles que os sujeitos se educam, fortalecem suas práticas e constroem consciência crítica em torno da agroecologia.

Nesse mesmo horizonte, Giraldo e Rosset (2017), em *Agroecology as a territory in dispute: between institutional and social movements*, aprofundam a noção de que a agroecologia constitui um território em disputa, atravessado por tensões entre dominação e resistência e desenvolvem a ideia dos territórios materiais e imateriais. A disputa por territórios materiais refere-se à luta para acessar, controlar e configurar a terra e o território físico; e o território imaterial refere-se ao terreno das ideias, das construções teóricas, onde as disputas caracterizam-se pela formulação e defesa de conceitos. Assim, o poder de interpretar e de determinar a definição e o conteúdo dos conceitos é em si um território em disputa. Os autores argumentam que há uma disputa entre duas formas de conceber agroecologia: uma que é tecnocêntrica e institucional, e a outra, uma “agroecologia dos povos”, que é profundamente política e defende a justiça distributiva do sistema alimentar (Giraldo e Rosset, 2017).

Os autores sustentam que a incorporação recente da agroecologia por instituições e políticas públicas, antes impensável, reconfigura o campo em um cenário ambivalente: abre oportunidades de incidência, mas amplia o risco de captura e despolitização do projeto agroecológico, por meio da sua institucionalização. Para os autores, a disputa se acirra porque, em contexto de crise do capitalismo, práticas e saberes historicamente produzidos pelos povos podem ser canalizados para circuitos de acumulação, convertendo agricultores e agricultoras em agentes funcionais a economias empreendedoras e submetendo processos autônomos à tutela de especialistas. Por isso, defendem que a reação dos movimentos sociais deve ocorrer simultaneamente nos territórios materiais e imateriais: disputar recursos e condições concretas de reprodução da vida, mas também preservar e aprofundar o conteúdo político da agroecologia como alternativa, ancorada na autonomia e na horizontalidade (Giraldo & Rosset, 2017). Essa leitura dialoga com esta pesquisa ao permitir interpretar a agricultura urbana nas encostas como prática multifuncional, porém atravessada por disputas de sentido, de políticas públicas e de territorialidades.

Nesta dissertação, mobilizo o enfoque das Multidões Agroecológicas como lente para ler a ação coletiva agroecológica em configurações de pequena escala, típicas de periferias urbanas, evitando associar o termo “multidão” a massas homogêneas. Em diálogo com Giraldo (2022), entendo “multidões” como uma multiplicidade de comunidades e coletivos localizados, que se expandem por interconexões e podem permanecer, por longos períodos, em uma condição atômica ou germinal (núcleos domésticos, familiares e microcoletivos) antes de conformarem tramas mais densas. Assim, a multidão opera menos como um “estado alcançado” e mais como um horizonte analítico para interpretar uma transição organizativa: quando experiências dispersas passam a reconhecer-se mutuamente, a compartilhar repertórios e a produzir coordenações mínimas, sem necessariamente convergir para uma estrutura centralizada.

Operacionalmente, identifico dinâmicas multitudinárias emergentes quando há sinais de passagem do isolado ao articulado, tais como: interconexões e circulação entre experiências; processos formativos e espaços de aprendizagem coletiva que estabilizam práticas e sentidos; coordenações capazes de sustentar continuidade; e capacidade de agir como coletivo ampliado em momentos-chave, por exemplo, formular propostas, construir agendas e estabelecer interlocução pública, ainda que de modo intermitente. Desse modo, “multidão” não é a soma de hortas, mas a densificação de vínculos e capacidades coletivas que torna possível uma agência territorial policêntrica (Giraldo, 2022).

No mesmo horizonte, desenvolvo a noção de *autonomia situada* (Giraldo, 2022) que não significa autossuficiência idealizada nem ausência do Estado, mas a capacidade concreta de preservar o comando comunitário do processo enquanto

se negociam, de forma seletiva, apoios, mediações e arenas institucionais indispensáveis à permanência. Trata-se, portanto, de uma autonomia produzida dentro de uma correlação de forças específica, na qual a negociação pode ser condição de proteção, desde que existam critérios comunitários e salvaguardas frente à captura tecnocrática e à despolitização.

Operacionalmente, analiso a autonomia situada a partir alguns componentes: autogestão e reprodução do comum; negociação seletiva com apoios institucionais; incidência, entendida como capacidade de traduzir experiência territorial em linguagem pública, construir agendas e disputar instrumentos de planejamento; e proteção territorial, como defesa material do lote e redução de vulnerabilidades de lideranças. Essa definição permite tratar a autonomia como prática relacional e territorial, cuja força depende tanto das capacidades internas de coordenação quanto das condições políticas (Giraldo, 2022).

### **1.2.1. Multifuncionalidade da Agricultura Urbana e Ecologia Política**

Esta dissertação busca expandir e aplicar o enfoque das *Multidões Agroecológicas* em um contexto específico (a Borda Urbano-Rural Nororiental de Medellín), contribuindo para o debate acadêmico sobre agroecologia urbana no Sul Global. No plano empírico, investiga como se constituem e operam hortas comunitárias e familiares e, de modo mais amplo, experiências agroecológicas nas encostas, examinando seus efeitos na produção de vínculos coletivos, na organização social e nas dinâmicas de incidência territorial. Ao articular essa leitura com a ecologia política urbana, a pesquisa busca evidenciar como práticas agroecológicas podem disputar usos do solo, tensionar assimetrias de poder e sustentar formas situadas de justiça socioambiental.

Nesse sentido, o trabalho mobiliza o referencial das *Multidões Agroecológicas* (Giraldo, 2022) em diálogo com a proposta de *multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana* (AUP) (Moraes & Moruzzi, 2021) e com a lente da *ecologia política urbana* (Alves, 2020), construindo uma interpretação situada da agricultura urbana em Medellín. A originalidade da investigação reside em articular essas perspectivas para compreender de que modo práticas agroecológicas populares não se limitam à produção de alimentos, mas também geram redes de solidariedade, coesão social e resistência territorial em contextos de desigualdade e pressões urbanísticas.

Para Moraes e Moruzzi (2021) a AUP deve ser analisada como uma prática emergente capaz de fortalecer os sistemas alimentares e promover a resiliência das cidades por meio de suas múltiplas funções e potencialidades adaptativas. Entre essas funções destacam-se: a contribuição para a segurança alimentar das populações urbanas, a redução de emissões de gases de efeito estufa pela

proximidade entre produtores e consumidores e a criação de ambientes urbanos mais saudáveis.

Moraes e Moruzzi (2021) classificam essas funções em três dimensões: sociocultural, econômica e ambiental. A dimensão sociocultural envolve segurança alimentar e nutricional, saúde, coesão social, requalificação de espaços urbanos, reconexão com a natureza, educação alimentar e desenvolvimento cultural. A dimensão econômica relaciona-se à redução da pobreza, à geração de emprego e renda e ao fortalecimento das economias locais. Por sua vez, a dimensão ambiental abarca a conservação da biodiversidade, a ciclagem de nutrientes, a gestão eficiente da água, a expansão de áreas verdes e a redução da pegada ecológica.

Nesta pesquisa, esses três eixos são retomados com uma modificação: a dimensão econômica será integrada à sociocultural, e acrescenta-se uma dimensão, a política, inspirada na ecologia política urbana (Alves, 2020). Esse acréscimo permite analisar as interações e fluxos entre atores comunitários e institucionais, evidenciando como os processos políticos se entrelaçam com os fluxos metabólicos que estruturam a cidade.

A ecologia política urbana fornece um enquadramento para tratar a agricultura urbana não como prática “neutra” de sustentabilidade, mas atravessada por relações de poder. A partir disso, importa assumir que a urbanização e as agendas de sustentabilidade devem ser interrogadas em termos de “sustentabilidade para quê, para quem e em que circunstâncias”, evidenciando que políticas, discursos e intervenções reordenam desigualmente benefícios, riscos e acesso a recursos no espaço urbano.

Operacionalmente, essa lente permite analisar as hortas e demais práticas agroecológicas em territórios populares como processos que reconfiguram fluxos metabólicos (água, solo, resíduos, alimentos), disputam a normativa urbana e produzem formas situadas de reapropriação social da natureza, ao mesmo tempo em que se confrontam com dinâmicas de mercantilização e controle territorial. Assim, a dimensão política incorporada ao quadro analítico não se restringe à relação com o Estado, mas abrange também as disputas pelo território e pelos sentidos da sustentabilidade (Alves, 2020).

Em diálogo com essa lente, Enrique Leff (2013) contribui para densificar o marco referencial ao situar a ecologia política como um campo crítico voltado a explicitar as assimetrias que atravessam a produção socioambiental dos territórios. Em sua formulação, “a ecologia política é o estudo das relações de poder e conflitos políticos sobre a distribuição ecológica” (Leff, 2013, p. 15), o que desloca o debate para além da gestão “técnica” de recursos e permite interrogar como

benefícios, riscos e acessos (terra, água, solo, biodiversidade e infraestrutura) são politicamente produzidos e disputados.

Aplicada ao estudo das encostas de Medellín, essa abordagem fortalece a leitura ao permitir tratar a agricultura urbana como prática territorial atravessada por conflitos distributivos e por disputas de racionalidades. Assim, as iniciativas agroecológicas podem ser analisadas não apenas por suas funções ambientais e alimentares, mas como formas situadas de reapropriação da natureza e de produção de socionaturezas urbanas em contextos de pressão fundiária, precariedade infraestrutural e assimetrias de poder. Em termos analíticos, Leff ajuda a explicitar que a disputa territorial atravessa simultaneamente políticas públicas e formas comunitárias de organização e autonomia.

Em síntese, o capítulo delimitou um referencial teórico composto por chaves complementares: o enfoque das *Multidões Agroecológicas* como leitura da ação coletiva e da autonomia em configurações policêntricas; a *multifuncionalidade da Agricultura Urbana* como matriz para organizar as dimensões ambientais socioculturais, e políticas; e a *ecologia política urbana*, desde perspectiva latino-americana, como lente crítica para explicitar relações de poder e conflitos distributivos implicados na produção do território. Assim, estabelece-se a base conceitual e analítica que orientará os capítulos seguintes, nos quais esses aportes serão operacionalizados para interpretar, de maneira situada, como as experiências agroecológicas no BUR NOR reconfiguram práticas materiais e imateriais, produzem redes e territorialidades, e disputam condições de permanência e justiça socioambiental nas encostas de Medellín.



# 2

## Contexto territorial e abordagem metodológica

## 2.1. Caracterização da Borda Urbano Rural Nororiental (BUR NOR) de Medellín

### 2.1.1. Localização e delimitação territorial

Esta proposta de pesquisa se desenvolve na Borda Urbano Rural de Medellín (Colômbia), um território que deve ser compreendido não apenas como um espaço de transição entre a cidade e o campo, mas também como parte de uma trama urbana e regional caracterizada por sua alta densidade demográfica e complexidade territorial. Medellín, em sua condição atual de Distrito Especial, concentra aproximadamente 2,6 milhões de habitantes (DANE, 2024), o que representa cerca de 38% da população do departamento de Antioquia.

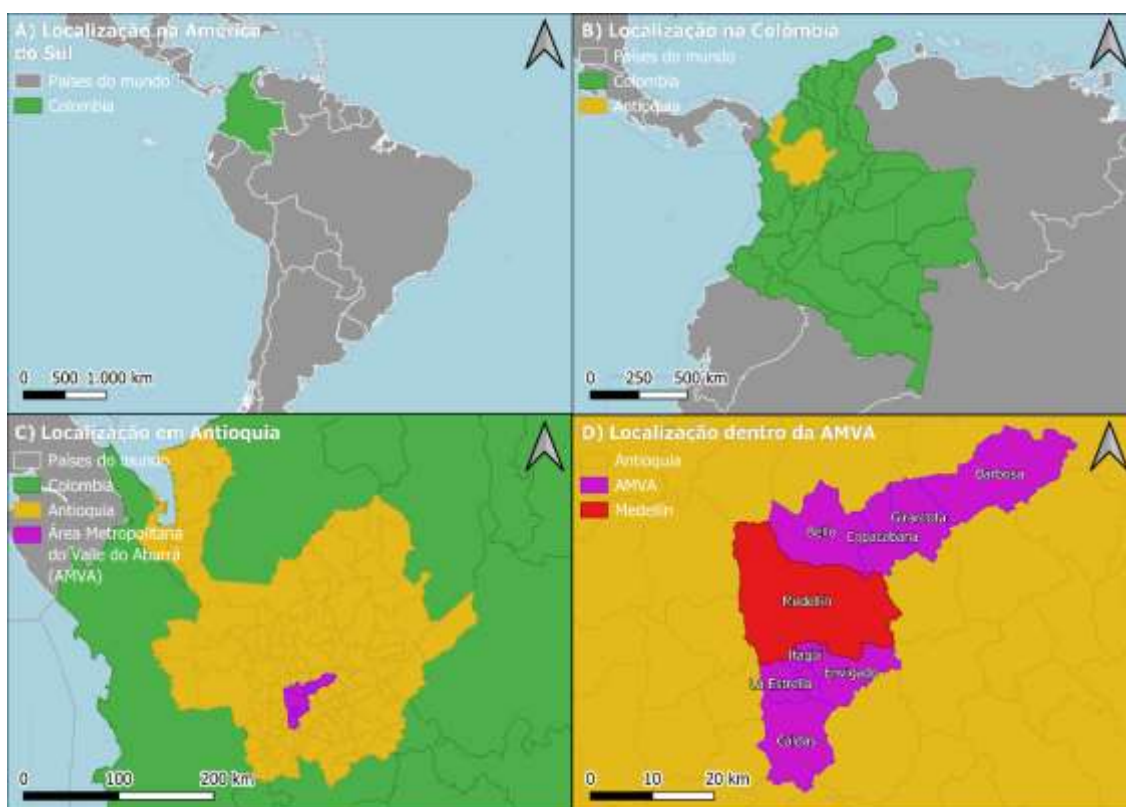


Figura 1. Localização de Medellín e da Região Metropolitana do Vale do Aburrá

O Vale do Aburrá está localizado no centro do departamento de Antioquia, na região noroeste da Colômbia, e constitui um dos principais corredores urbanos e industriais do país. Este vale interandino encontra-se inserido na cordilheira central dos Andes, a uma altitude média de 1.500 metros acima do nível do mar, o que lhe confere um clima temperado característico. Sua cidade principal é Medellín, que funciona como núcleo central da Área Metropolitana do Vale do Aburrá (AMVA), composta por dez municípios que, em conjunto, superam os 4,2

milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 95% residem em áreas urbanas (DANE, 2024). Esse número converte o Vale do Aburrá na segunda aglomeração urbana mais populosa do país, depois de Bogotá, e, ao mesmo tempo, reflete um claro predomínio urbano, embora a ruralidade mantenha um papel estratégico na provisão de bens e serviços ambientais.



Figura 2. Localização do Borde Urbano-Rural Nororiental no Distrito de Medellín

Medellín conta com um instrumento de planejamento denominado Plano de Ordenamento Territorial (POT), atualmente regido pelo Acordo 48 de 2014, no qual se definiu “um modelo de ocupação compacta e policêntrica com crescimento para dentro, por meio da renovação de áreas de intervenção estratégica do rio, da consolidação do borde urbano-rural e da geração de um novo eixo de conexão regional oriente-ocidente” (Alcaldía de Medellín, 2014). Para operacionalizar o disposto em matéria de usos do solo, o POT estabelece dez Áreas de Intervenção Estratégica (AIE), concebidas como porções do território municipal onde se concentram as transformações necessárias para concretizar esse modelo de ocupação. Uma delas é a Borda Urbano Rural Nororiental (BUR NOR), que constitui o objeto de interesse desta pesquisa.

O BUR NOR definido no POT de Medellín compreende a parte alta das comunas 1 (Popular), 3 (Manrique) e 8 (Villa Hermosa), e se prolonga até o corregimiento de Santa Elena, especialmente nas veredas Piedras Blancas e em um setor de

Media Luna. Esse território constitui uma faixa de transição entre a cidade autoconstruída e os ecossistemas de montanha na encosta oriental de Medellín. Sua inclusão como AIE no POT responde ao interesse do planejamento municipal em conter a expansão urbana em setores de alta pendente, gerir o risco de deslizamentos de terra e consolidar a conectividade ecológica com áreas estratégicas como o Parque Arví e a Reserva Florestal Protetora do rio Nare (Alcaldía de Medellín, 2014).



*Figura 3. Mapa do BUR NOR de Medellín*

Esta área inclui oficialmente 20 bairros reconhecidos pelo distrito, embora, na prática social e organizativa, configure-se a existência de cerca de 33 Juntas de Ação Comunal (JAC), o que reflete a complexidade do tecido comunitário e a diversidade de identidades territoriais. Uma das dinâmicas que marcou a urbanização desses territórios foi a autoconstrução de moradias, vinculada principalmente a processos migratórios ocasionados pela violência do conflito armado e pela pobreza rural.

A estimativa populacional do BUR NOR pode ser dimensionada a partir dos dados das três comunas que o compõem. Segundo projeções do DANE (2024), em conjunto, as comunas 1, 3 e 8 reúnem aproximadamente 460.000 habitantes distribuídos em 45 bairros oficiais (Decreto 346 de 2000). Desses, 20 bairros

fazem parte do BUR NOR, o que equivale a 44% do total. Com base nessa proporção, é possível estimar que a área de intervenção abriga cerca de 200.000 habitantes. Embora se trate de uma aproximação e não de um dado censitário exato, essa estimativa permite dimensionar a magnitude demográfica do território e sublinhar sua relevância na configuração urbana e social de Medellín.

O POT também estabelece tratamentos diferenciados para essa faixa: o Melhoramento Integral de Bairros (MIB) em setores urbanos autoconstruídos, com o propósito de dotá-los de serviços básicos e equipamentos; e os tratamentos de Restauração de Atividades Rurais (RAR), Geração de Atividades Rurais Sustentáveis (GARS) e Conservação nos solos rurais, voltados a recuperar coberturas vegetais, promover a produção sustentável e proteger os ecossistemas (Alcaldía de Medellín, 2014). Em conjunto, essas disposições buscam orientar a transição entre o urbano e o rural, reconhecendo a complexidade da borda como um espaço híbrido em que convergem dinâmicas de urbanização, conservação e produção (Área Metropolitana, Alcaldía de Medellín & URBAM EAFIT, 2011).

Em termos normativos, esta AIE é projetada por meio do Macroprojeto BUR NOR, concebido como um instrumento de planejamento urbanístico destinado a articular intervenções de grande escala em matéria de gestão do risco, melhoramento integral e criação de espaço público. No entanto, sua formulação não tem sido priorizada nos planos de desenvolvimento recentes, e o projeto do Cinturão Verde ou Jardim Circunvalar, impulsionado na década de 2010, enfrentou tensões com as comunidades locais, pois as intervenções priorizaram a transformação paisagística e a contenção urbana em detrimento da resolução de necessidades históricas de moradia e habitat digno.

Nesse marco, o BUR NOR se configura como um cenário de disputa territorial, no qual convergem, de um lado, a institucionalidade que busca consolidar um modelo de cidade compacta e, de outro, as comunidades que habitam essas encostas e desenvolvem práticas de autoconstrução e resistência. Essa dualidade torna necessário um enfoque socioecológico que permita compreender as relações entre o planejamento estatal e as práticas comunitárias.

### **2.1.2. Estrutura ecológica e Áreas de risco**

O BUR NOR se assenta em encostas de forte declividade, cobertas por remanescentes de floresta andina, vegetação secundária e zonas de pastagens transformadas pela pressão urbana. Esses ecossistemas cumprem funções essenciais, como a proteção dos solos frente à erosão, a regulação hídrica e o suporte a uma biodiversidade fundamental para a cidade. As condições

geomorfológicas se caracterizam por declividades entre 20% e 60%. Diferentemente de outras zonas de encosta do vale do Aburrá, esta apresenta uma conformação particular derivada da dunita, uma rocha altamente intemperizada por fatores climáticos e morfológicos. Devido a essas condições, a formação de húmus é escassa e limita o desenvolvimento de solos férteis (URBAM EAFIT, 2013).

A presença de corredores verdes nessas encostas desempenha um papel central na conectividade ecológica regional, ao vincular a área urbana com o Parque Arví e a Reserva Florestal Protetora do rio Nare. Essa conectividade é fundamental para a manutenção de serviços ecossistêmicos estratégicos para a cidade, como a regulação climática, a provisão de água e a conservação da biodiversidade (Área Metropolitana, Alcaldía de Medellín & URBAM EAFIT, 2011).

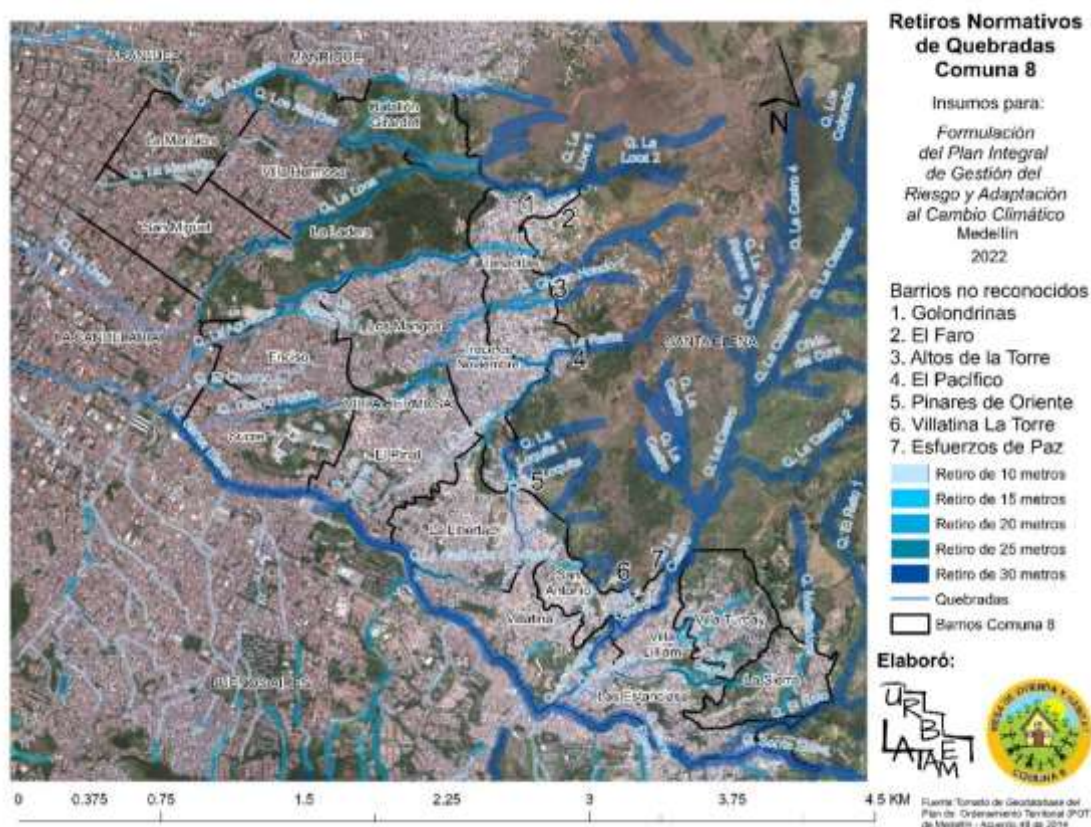


Figura 4. Mapa de Córregos da Comuna 8. Fonte: Mesa de Vivienda Comuna 8 (2022)

O território é ainda atravessado por um sistema hídrico de microbacias e córregos que descem do corregimento de Santa Elena em direção ao vale do Aburrá. Esses cursos d'água têm sido determinantes na configuração territorial, embora também representem vetores de risco devido à sua propensão a inundações e enxurradas torrenciais. A qualidade e a disponibilidade desse recurso vêm sendo afetadas pela contaminação com águas residuais, pelo

desmatamento e pela urbanização intensiva, o que deteriorou progressivamente as vazões e comprometeu sua sustentabilidade (URBAM EAFIT, 2013).

Da mesma forma, o BUR NOR se distingue por seus elevados níveis de risco, derivados tanto de suas condições geomorfológicas quanto da expansão da urbanização informal. O POT identifica nesta zona amplas áreas com ameaça alta de movimentos de massa, inundações e enxurradas torrenciais, assim como setores classificados como de alto risco não mitigável, nos quais a permanência das comunidades se encontra juridicamente questionada (Alcaldía de Medellín, 2014).

Os processos de ocupação informal, impulsionados por deslocamentos forçados e migrações rural-urbanas, levaram numerosas famílias a se estabelecerem em solos de difícil acesso, sem estudos técnicos nem infraestrutura adequada. Essa forma de ocupação aumentou a vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, gerou um cenário de tensão com as políticas urbanas, que frequentemente privilegiam a transformação paisagística em detrimento da mitigação do risco (Velásquez, 2022).

A vulnerabilidade do BUR NOR deve ser compreendida como um fenômeno socioecológico, resultado da interação entre fatores naturais, sociais e políticos. Reconhecer essa complexidade implica superar enfoques reducionistas que concebem o risco unicamente como um problema técnico, para abordá-lo como um processo vinculado à desigualdade urbana e à luta das comunidades por permanecer no território. Nesse sentido, a caracterização do risco abre também a possibilidade de refletir sobre o papel que cumprem as práticas agroecológicas como estratégias de resiliência, capazes de articular a gestão ambiental com a defesa comunitária do território.

### **2.1.3. Configuração social e histórica do território**

A caracterização físico-espacial permitiu compreender as condições ambientais, geomorfológicas e hídricas que o convertem em um território estratégico e, ao mesmo tempo, vulnerável. No entanto, para entendê-lo é necessário situar a dimensão socio-histórica e cultural, onde se evidenciam os processos de povoamento, autoconstrução e organização comunitária que marcaram a vida nas encostas de Medellín. Nesse sentido, o BUR NOR é resultado tanto da dinâmica geográfica quanto de uma história social atravessada por deslocamentos, lutas urbanas e resistências territoriais.

As comunidades enfrentaram múltiplos desafios desde a sua chegada. Em primeiro lugar, as condições geomorfológicas das encostas, com declividades acentuadas e solos instáveis, aumentaram a exposição a deslizamentos,

gerando altos níveis de vulnerabilidade. Em segundo lugar, a ausência de planejamento urbano resultou na carência de serviços básicos como água, esgoto e vias de acesso, obrigando as populações a se organizarem para garantir sua reprodução social (Pérez Alves, 2023). A isso somaram-se a estigmatização das encostas como espaços marginais, que aprofundou a exclusão social.

O povoamento das encostas, em particular das comunas 1 (Popular), 3 (Manrique) e 8 (Villa Hermosa), foi marcado pelos fluxos migratórios derivados da violência política do século XX, da pobreza rural e, mais tarde, do conflito armado interno. Durante as décadas de 1990 e 2000, a intensificação do conflito e a expansão dos atores armados ilegais provocaram novas ondas de deslocamento forçado, reforçando a ocupação informal do território. Essas dinâmicas consolidaram um padrão de povoamento que pode ser descrito como guerra–migração–colonização urbana, no qual a violência e a expulsão rural se traduziram na construção autogerida de bairros populares na cidade; em outras palavras, o povoamento foi, em essência, um processo de colonização popular (Pérez, 2018).

Diante de um Estado ausente ou incapaz de responder à demanda por moradia, os próprios habitantes ergueram suas casas e redes de infraestrutura básica, organizaram seus bairros por meio da autoconstrução e do trabalho comunitário, especialmente através dos *convites*, entendidos como práticas coletivas de solidariedade e ajuda mútua.

A chegada dessas populações transformou a relação com o meio ambiente. Por um lado, a ocupação de solos de proteção implicou no corte de árvores, na alteração das faixas de proteção dos córregos e na construção em áreas de alto risco, gerando processos de degradação ambiental. A pressão sobre os ecossistemas resultou em desmatamento, contaminação das águas e perda de biodiversidade (Zuluaga, 2008). Por outro lado, também surgiram formas de reterritorialização baseadas em práticas rurais que as famílias deslocadas trouxeram consigo. Essa vocação camponesa ainda se reflete na paisagem, com a presença de jardins, hortas caseiras e cultivos de subsistência destinados ao autoconsumo. Muitas mantiveram a agricultura de subsistência e a gestão da água por meio de aquedutos comunitários, articulando a vida urbana com saberes camponeses.

Essas populações encontraram nas encostas um espaço disponível para se instalar, ainda que com sérias restrições ambientais e legais. A autoconstrução de moradias converteu-se, assim, na característica mais marcante dessas comunas, que não apenas possibilitou a construção material dos bairros, mas

também a criação de um *ethos* comunitário, cimentado na cooperação. Surgiram, dessa forma, instâncias de organização social como as Juntas de Ação Comunal (JAC), os coletivos juvenis e culturais, as organizações de moradia e, mais recentemente, os processos ambientais. Essas instâncias foram fundamentais para a gestão de serviços básicos, a defesa de direitos e a resistência frente a projetos urbanos excludentes, como foi a implementação do Jardim Circunvalar, que priorizou a transformação paisagística e a contenção urbana, enquanto as demandas históricas de legalização e mitigação do risco permaneceram relegadas.

Atualmente, as encostas enfrentam altos níveis de risco associados a movimentos de massa e enxurradas torrenciais. A pressão urbanizadora continua afetando as faixas de proteção dos córregos e a perda de cobertura vegetal, o que intensifica as condições de vulnerabilidade socioambiental. A isso se soma a persistência da informalidade urbana, com bairros que carecem de titulação formal e de cobertura adequada de serviços públicos, mantendo as comunidades em condições de precariedade. No entanto, essas mesmas limitações estimularam uma tradição comunitária de organização e defesa territorial, expressa em múltiplos coletivos e processos comunitários.

Na atualidade, destacam-se nas comunas 1, 3 e 8 experiências de educação popular e memória histórica, projetos de agroecologia urbana que combinam saberes camponeses com práticas de sustentabilidade, e redes de ação comunitária que articulam a gestão do risco com estratégias de adaptação frente às mudanças climáticas. Essas dinâmicas revelam que o território não é unicamente um espaço atravessado pela precariedade e pelo risco, mas também um laboratório social no qual emergem alternativas para repensar a cidade a partir de baixo. A continuidade da autogestão comunitária e as lutas pelo direito ao território constituem expressões contemporâneas de uma história marcada pela exclusão, mas também pela capacidade de resistência e de criação coletiva.

## **2.2. Desenho metodológico da pesquisa**

### **2.2.1. Referencial metodológico e epistemológico**

A investigação foi desenvolvida sob o paradigma crítico-social, que se caracteriza por analisar a realidade não apenas para compreendê-la, mas também para transformá-la a partir de uma dinâmica emancipatória (Melero, 2012). A Pesquisa-Ação foi definida como abordagem metodológica, na qual o conhecimento é construído na própria práxis social, resultando da reflexão coletiva dos sujeitos sobre as ações empreendidas para transformar o seu mundo. Nesse contexto, realizaram-se discussões com organizações territoriais

a fim de assegurar a participação de horticultores, fortalecendo assim seus processos agroecológicos.

O referencial metodológico baseou-se em Méndez, Caswell, Gliessman e Cohen (2017), que argumentam que integrar o conhecimento dos agricultores com o científico constitui uma das intersecções centrais da agroecologia e oferece o cenário para a Pesquisa-Ação Participativa (PAP). Entre seus princípios-chave destacam-se o interesse compartilhado na investigação, a valorização da ação coletiva, o compromisso com a participação, a prática da humildade e o estabelecimento de confiança e responsabilidade.

Com base nesses princípios, foi estabelecido um primeiro acordo com a Huerta Escuela El Faro, que integra a Escola Popular de Autonomia (EPA) Alimentar, de modo a garantir que o processo e os resultados da pesquisa possam ser replicados na Borda Urbana Rural. O objetivo é ampliar o conhecimento das lideranças e organizações locais, valorizar práticas agroecológicas emergentes e fortalecer as estratégias de articulação e comunicação comunitária. Após a conclusão do anteprojeto, este foi apresentado aos líderes da EPA para receber feedback e passou por um teste piloto dos instrumentos de coleta, facilitando sua compreensão pelos participantes. O trabalho de campo foi articulado às dinâmicas das organizações durante o primeiro semestre de 2025. Ao final, os resultados serão socializados por meio de um mecanismo participativo, assegurando maior apropriação social do conhecimento.

A PAP mostra-se particularmente adequada à agroecologia, pois busca contribuir para a construção de sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis (Méndez et al., 2017). Essa perspectiva rompe com a visão tradicional de pesquisa, reconhecendo os participantes como atores sociais com voz, pensamento e capacidade de ação próprios, de modo que o processo investigativo se converte, em si, em contribuição aos processos organizativos e de mudança social.

O estudo de caso foi adotado como método específico para delimitar e analisar a diversidade de propostas organizativas existentes nas encostas da periferia de Medellín. De acordo com Galeano (2004), o estudo de caso é uma metodologia qualitativa e holística que unifica experiência e realidade, centrando-se nas práticas e ações humanas e em suas relações internas e externas. O caso estudado envolve uma elevada complexidade social, marcada pela interrelação de contextos físicos, econômicos, culturais e políticos.

A escolha da borda urbano rural de Medellín justifica-se pela necessidade de compreender os processos agroecológicos desenvolvidos nas comunas 1 (Popular), 3 (Manrique) e 8 (Villa Hermosa), territórios que concentram expressões significativas de agricultura urbana comunitária e familiar em

condições de vulnerabilidade socioeconômica, exposição a riscos de desastres e disputas pelo uso da terra. Nesses espaços, as hortas ultrapassam a função produtiva e assumem caráter político e social, configurando-se como estratégias de resistência, reapropriação territorial e fortalecimento do tecido comunitário. A análise desse recorte territorial permite evidenciar a agroecologia urbana como prática que gera novas formas de vida coletiva e resiliência territorial.

As três comunas constituem, portanto, laboratórios privilegiados para explorar a hibridez da agroecologia urbana e popular, na medida em que articulam saberes camponeses e urbanos, práticas familiares e comunitárias. A opção metodológica pelo estudo de caso nesse espaço possibilita compreender a multiplicidade de atores e experiências e articular a agroecologia em torno do ordenamento territorial. Esse enfoque adquire maior relevância por estar o território inserido em uma “área de intervenção estratégica” destinada à implementação de um Macroprojeto Urbanístico, frente ao qual as organizações comunitárias buscam incidir politicamente mediante propostas agroecológicas.

No plano prático, a pesquisa foi conduzida em cinco momentos: (1) preparação do anteprojeto, com revisão bibliográfica inicial, definição da pergunta, objetivos e metodologia; (2) elaboração do referencial teórico-conceitual, estabelecendo autores, teorias, categorias e subcategorias de análise; (3) trabalho de campo, com aplicação dos instrumentos e transcrição dos áudios; (4) análise e interpretação dos dados, orientada pela matriz de congruência e pela redação dos capítulos; e (5) encerramento do processo, com aprovação do texto final pelos orientadores, defesa perante a banca e incorporação das correções para entrega ao repositório institucional.

### **2.2.2. Estratégias e técnicas de geração de dados**

O primeiro passo para estabelecer contato com as experiências de hortas comunitárias e familiares consistiu na publicação de um convite de participação em diferentes plataformas digitais e redes sociais, complementado por sua divulgação direta junto a líderes sociais e organizações comunitárias das três comunas estudadas. A partir dessa estratégia inicial, identificaram-se aproximadamente 30 experiências, posteriormente sistematizadas em um banco de dados. Esse mapeamento constituiu a base para a etapa seguinte, na qual se iniciou o contato direto com os responsáveis pelas hortas, com o objetivo de verificar sua disposição em integrar o estudo. Como resultado, consolidou-se um conjunto de 15 experiências a serem analisadas. Essa etapa foi realizada entre fevereiro e março de 2025.



Figura 5. Chamada para contatar experiências em redes sociais

Na fase de geração de dados, foram empregadas múltiplas técnicas de pesquisa: entrevistas semiestruturadas, observação participante, grupos focais e revisão documental de fontes secundárias. Em consonância com a perspectiva da Pesquisa-Ação, além da solicitação de dados às comunidades, foi conduzido um processo de capacitação por meio de duas oficinas virtuais e duas presenciais sobre restauração ecológica com integrantes da *Huerta Escuela El Faro*, culminando em um mutirão de plantio de espécies nativas no bairro.

A observação participante consistiu na inserção do pesquisador nas atividades dos grupos estudados, interagindo com os sujeitos e compartilhando suas práticas cotidianas, o que possibilitou a construção de vínculos e uma compreensão mais aprofundada de seus modos de vida (Fagundes et al., 2014). Neste caso, aproveitou-se a proximidade do pesquisador com os movimentos sociais da Comuna 8 para realizar uma imersão nas atividades das hortas comunitárias, observando práticas agroecológicas e interações sociais.



*Figura 6. Observação participante, visitas as hortas comunitárias*

A partir dos contatos estabelecidos com dirigentes de hortas e organizações, entre abril e maio de 2025, foram realizadas 21 entrevistas semiestruturadas (19 individuais e 2 coletivas), envolvendo ao todo 25 participantes vinculados a diferentes expressões da agricultura urbana nas comunas 1, 3 e 8 de Medellín. As entrevistas seguiram um roteiro orientador que favoreceu encontros dialógicos entre pesquisador e participantes, permitindo a reconstrução das experiências a partir de suas próprias narrativas (Galeano, 2004).

No mesmo período, foram realizados dois grupos focais, concebidos como espaços de diálogo e troca de percepções. O primeiro reuniu sete participantes das comunas 1 e 3; o segundo, 11 participantes da Comuna 8, alguns dos quais já haviam participado de entrevistas individuais. Em ambos os casos, estiveram presentes horticultores e horticultoras de experiências familiares e comunitárias, assim como integrantes de organizações que apoiam processos de agroecologia urbana. Esses encontros possibilitaram a construção de uma visão coletiva sobre práticas e desafios territoriais.



*Figura 7. Grupo focal Comunas 1 e 3, 11 de abril de 2025*

Durante as sessões, além dos debates, foram compartilhados materiais formativos, como mapas do território, cartilhas e sementes crioulas e nativas provenientes da Casa de Guardiões de Sementes de Antioquia, que os horticultores puderam levar para suas hortas.



*Figura 8. Arte convite e grupo focal Comuna 8, 24 de abril de 2025*

A participação na pesquisa foi voluntária, assegurando aos sujeitos o direito de desistir a qualquer momento. Todas as entrevistas e grupos focais foram gravados em áudio, transcritos e tratados de forma confidencial. Quanto ao armazenamento, os dados permanecerão sob a guarda do pesquisador, em computador pessoal e conta institucional do Google Drive, sendo protegidos durante e após a conclusão da investigação.

Por fim, a revisão documental permitiu reunir informações complementares avaliadas de forma crítica e sistemática, contribuindo para a triangulação dos dados. Essa etapa buscou contrabalançar as informações obtidas individualmente nas entrevistas e coletivamente nos grupos focais, com as percepções advindas da observação participante e com o suporte da literatura científica especializada.

### 2.2.3. Perfis dos entrevistados

As entrevistas possibilitaram reunir um conjunto diverso de vozes, refletindo a heterogeneidade social, territorial e política que caracteriza as práticas agroecológicas nas encostas da cidade. A amostra contemplou quatro perfis principais:

- Horticultores comunitários: em sua maioria moradores antigos ou deslocados forçados, articulam práticas agrícolas com iniciativas de organização comunitária, revelando a dimensão coletiva da agroecologia urbana, entendida como prática de cuidado com a terra e fortalecimento dos vínculos sociais.

- Horticultoras familiares: embora não estejam inseridas em processos organizativos amplos, desempenham papel fundamental na transmissão de saberes camponeses e populares no espaço urbano, assegurando a segurança alimentar doméstica e preservando técnicas agrícolas tradicionais.

- Ativistas populares vinculados a coletivos: sua atuação transcende o cultivo direto da terra, articulando formação política, incidência em políticas públicas e agendas territoriais de justiça socioambiental. Representam a dimensão mais discursiva e estratégica da agroecologia urbana com reflexões críticas sobre o direito ao território e o ordenamento territorial.

- Atores institucionais: sua presença evidencia a interface entre ação comunitária e institucionalidade, marcada tanto por tensões quanto por possibilidades de cooperação. Foi entrevistada uma funcionária da prefeitura, vinculada à Unidade de Vítimas, que acompanha hortas no âmbito de processos de reparação, e um extensionista que atuou como “operador agro logístico”, responsável por fornecer apoio técnico a determinadas iniciativas de agricultura urbana em programas públicos.

A diversidade social e territorial dos sujeitos entrevistados garante a consistência dos achados. O núcleo da amostra foi composto por quatorze horticultores e horticultoras comunitárias, três horticultoras familiares responsáveis por hortas domésticas, três integrantes de um projeto produtivo de café de base familiar, três ativistas populares vinculados a coletivos e organizações territoriais que acompanham experiências comunitárias, além de dois representantes institucionais.

Ao todo, foram realizadas 21 entrevistas semiestruturadas (sendo 19 individuais e 2 coletivas), envolvendo 25 pessoas, além de dois grupos focais (um com 11 e outro com 7 participantes), totalizando 41 pessoas na etapa de geração de dados. Do total, 27 participantes eram mulheres (66%) e 14 homens (34%), evidenciando o protagonismo feminino na amostra.

A caracterização dos perfis evidencia a diversidade e a complexidade da agroecologia nas encostas, marcadas pela hibridez entre heranças rurais e práticas urbanas. Muitos participantes vivenciaram processos de deslocamento forçado em decorrência do conflito armado, trazendo consigo saberes camponeses que hoje se reterritorializam em contextos urbanos periféricos. A continuação apresentamos um resumo dos perfis dos entrevistados:

*Tabela 1. Perfil dos entrevistados.*

<b>Perfil dos entrevistados</b>		
<b>Ent.</b>	<b>Experiencia</b>	<b>Perfil</b>
1	Horta El Pacífico	Mais de 15 anos em hortas. Atua na Ecohuertas Jardín, Horta El Faro e espaços de ação climática.
2	Ecohorta Plazoleta 13 de Noviembre	Deslocado intraurbano, militante, criou horta com esposa em antigo depósito de entulhos. Trabalha com idosos.
3	Hortas Nuevos Horizontes	Famílias vítimas do conflito, hortas como resiliência e memória. Mantêm cozinha popular e turismo comunitário
4	Sembrando Caminos de Libertad	Organização com famílias camponesas e vítimas. Atua com hortas, jardins e turismo comunitário.
5	Café Tintoretto	Agricultores familiares com café orgânico. Turismo comunitário apresentando ciclo completo do café.
6	Horta Cultivando Ilusiones	Vítima do conflito. Horta como espaço de cura. Quintal agroflorestal, galinhas, compostagem e águas pluviais.
7	Hortas de Paz	21 anos de horta comunitária voltada a vítimas. Referência em criação de galinhas e frangos.
8	Horta Familiar	Mulher vítima do conflito. Liderança. Horta garante alimentos à família.
9	Hortas Nuevos Horizontes	Liderança política. Sofreu duplo deslocamento. Documenta primeiros anos das hortas.
10	Cabildo Cointanube	Governador indígena Embera Chamí, vítima do conflito. Hortas há 12 anos e criação de galinhas.
11	Horta Familiar	Mulher deslocada, trouxe saberes camponeses. Horta de em parceria com corporação de vítimas.
12	Horta Menstrual	Ativista feminista, doutoranda. Lidera horta dedicada a saúde menstrual e medicinas alternativas.
13	Horta Menstrual	Mulher deslocada. Responsável pela horta, articula dimensões alimentar, medicinal e ornamental.
14	Horta Escola Ester Vásquez	Coletivo de mulheres. Articulam formação agroecológica, redes solidárias e de cuidado.
15	Ecohuertas Jardín	Fundador da corporação. Impulsionou Ecohuerta Las Tinajas. Produção e comercialização agroecológica.
16	Fundação Salvaterra (Extensionista)	Diretor. Operador agro logístico. Experiência técnica em agricultura urbana e periurbana.
17	Horta Escola El Faro	Jovem. Integra agroecologia, arte e educação ambiental. Forma crianças e adolescentes.

18	Movimento de Laderas	Ativista. Impulsiona Escola Popular de Autonomia Alimentar e grupo infantil Semillas de Vida.
19	Unidade de Vítimas (Prefeitura)	Funcionária pública. Promoveu agricultura urbana como reparação simbólica e reconstrução social.
20	Rede de Hortas Comuna 8	Articula rede de hortas, planejamento comunitário e defesa ambiental.
21	Horta Menstrual e Centro Solidário	Coordenadora do Centro Solidário. Impulsiona horta menstrual, saúde comunitária e economia do cuidado.

Fonte: dados tomados da pesquisa

Os vínculos estabelecidos com as hortas revelam múltiplas formas de engajamento que transcendem a produção de alimentos e se inscrevem em dinâmicas de resistência, reapropriação territorial e subjetivação política. A maioria dos entrevistados está associada a hortas comunitárias, enquanto outros perfis atuam no campo do ativismo e da articulação de redes, tecendo conexões entre hortas, bairros, cidade e política pública. Essas trajetórias demonstram a capacidade da agroecologia urbana de inserir-se em agendas mais amplas de justiça ambiental e planejamento participativo.

As lideranças identificadas reforçam esse mosaico de práticas e vínculos. Algumas se destacam pelo papel fundacional em processos de agricultura urbana com mais de duas décadas de continuidade, expressando sustentabilidade de longo prazo. Outras exercem lideranças pedagógicas orientadas para a educação popular, articulando produção de alimentos e formação crítica. Por fim, emergem lideranças femininas que se configuram a partir do cuidado, da cura e da defesa do corpo-território.

#### **2.2.4. Organização e análise das informações**

O processo de análise e interpretação foi estruturado de modo a assegurar a congruência entre os objetivos da pesquisa, as perguntas de investigação e a redação final da dissertação. Para isso, utilizou-se a *matriz de congruência* (Tabela 2), que relaciona o tema central da pesquisa com perguntas, objetivos, eixos, categorias e subcategorias de análise, garantindo coerência metodológica em todas as etapas.

Com o intuito de evitar ambiguidades conceituais, realizou-se a padronização terminológica dos níveis de análise. Essa distinção foi fundamental tanto para orientar o processo de codificação das falas para posterior análise no software Atlas.ti quanto para organizar a redação dos capítulos, assegurando consistência entre a matriz e os resultados empíricos:

Tabela 2. Matriz de congruência do Projeto de Pesquisa

<b>Matriz de congruência projeto Agroecología Urbana Popular em Medellín</b>				
Tema principal	Pergunta principal	Objetivo geral	Categorias	Subcategorias
Agroecologia urbana em Medellín	Por que e como surgem, se desenvolvem e se projetam as principais práticas de agroecologia urbana e periurbana nas encostas de origem informal em Medellín?	Analisar as práticas de agricultura urbana desenvolvidas nas encostas de Medellín (Colômbia), em suas dimensões sociais, políticas e ambientais/territoriais, e em sua contribuição para a formação de redes de solidariedade, coesão social e autonomia comunitária, com base no enfoque das Multidões Agroecológicas Emergentes.	Multidões Agroecológicas	Agroecologias Emergentes
<b>Subtema 1</b>	<b>Pergunta específica 1</b>	<b>Objetivo específico 1</b>	<b>Categoria 1</b>	<b>Subcategorias Eixo 1</b>
Eixo Ambiental / Territorial	Quais são as características próprias do território da Borda Urbana Rural Nordeste (BUR – NOR) de Medellín onde se desenvolvem as práticas de Agroecologia urbana?	Diagnosticar socioecologicamente o território da Borda Urbana-Rural Nordeste de Medellín, considerando as condições que moldam as experiências e práticas de agroecologia urbana e seu papel na construção social do território.	Borda Urbana Rural: Encostas de Medellín	1. Características físicas e geográficas  2. História de Configuração social do território  3. Práticas de agricultura urbana popular
<b>Subtema 2</b>	<b>Pergunta específica 2</b>	<b>Objetivo específico 2</b>	<b>Categoria 2</b>	<b>Subcategorias Eixo 2</b>
Eixo Sociocultural / Organizativo	Como se configura tecido social e organizativo nas práticas e propostas organizacionais de Agroecologia urbana?	Caracterizar a construção do tecido social e os processos organizativos associados às práticas de agroecologia urbana, destacando sua contribuição para ações coletivas que promovem autonomia e solidariedade.	Criação de Multidões Agroecológicas	1. Tecido social  2. Ações coletivas das organizações  3. Motivações para participar
<b>Subtema 3</b>	<b>Pergunta específica 3</b>	<b>Objetivo específico 3</b>	<b>Categoria 3</b>	<b>Subcategorias Eixo 3</b>
Eixo Político	E possível desenvolver participativamente propostas de implementação e fortalecimento da AUP no marco do ordenamento territorial na Borda Rural Urbana do Medellín?	Compreender a dimensão política da agroecologia urbana e popular, com ênfase nas formas de mobilização, nas disputas territoriais e nas estratégias de incidência social e política protagonizadas pelos processos organizativos	Agroecologia urbana e popular	1. Impacto social e político das organizações  2. Autonomia e dependência  3. Políticas públicas sobre agricultura urbana e ordenamento territorial

- Eixo: corresponde à dimensão macroanalítica, que delimita grandes campos de investigação e articula objetivos específicos e categorias. Nesta pesquisa, os eixos foram definidos a partir da multifuncionalidade da agroecologia urbana e

do marco das Multidões Agroecológicas (Giraldo, 2022), organizados em três âmbitos: Ambiental/Territorial, Sociocultural/Organizativo e Político.

- Categoria: refere-se ao conceito estruturante dentro de cada eixo, de caráter teórico-analítico, que orienta a organização das evidências coletadas. As categorias emergem da interlocução entre o referencial teórico-conceitual e a realidade empírica observada nas práticas comunitárias. Exemplo: no eixo Sociocultural/Organizativo, a categoria *Criação de Multidões Agroecológicas* sintetiza processos de configuração de tecido social, ação coletiva e construção de redes.

- Subcategoria: designa a unidade analítica mais específica, vinculada diretamente a práticas, discursos e observáveis empíricos. As subcategorias orientaram a codificação detalhada das entrevistas no *Atlas.ti*, permitindo captar nuances do processo investigado, como as práticas aplicadas no manejo agroecológico das hortas.

Essa hierarquização (Eixo → Categoria → Subcategoria) possibilitou uma análise sistemática, avançando do plano mais abstrato e abrangente ao mais concreto e empírico. Cada eixo foi associado a uma pergunta e a um objetivo específico, os quais estruturaram os capítulos da dissertação, garantindo a articulação entre teoria, método e empiria.

Após a transcrição integral dos áudios das entrevistas e grupos focais, a primeira tarefa foi organizar as informações por meio de codificação orientada pelas categorias e subcategorias da matriz. A análise foi realizada no *Atlas.ti*, que permitiu categorizar falas e conduzir a análise de discurso com maior profundidade. O percurso seguiu seis etapas:

1. Transcrição: Os áudios foram transcritos integralmente, assegurando fidelidade ao material empírico.
2. Codificação inicial: As transcrições foram codificadas no *Atlas.ti*, tomando como referência as subcategorias.
3. Identificação de códigos emergentes: O processo incorporou códigos que surgiram do próprio campo, enriquecendo a análise.
4. Agrupamento por eixos: A codificação foi organizada em três eixos analíticos, que correspondem às dimensões da agroecologia urbana estudadas: Ambiental/Territorial, Sociocultural/Organizativo e Político.
5. Produção de relatórios: O *Atlas.ti* gerou relatórios por códigos e subcategorias, com as citações, e inter-relações. Esses relatórios serviram de base para a redação dos capítulos.
6. Integração final: Desenvolvimento de cada eixo em planos de escrita vinculados a perguntas e objetivos específicos, assegurando coerência entre resultados, análise e objetivos do estudo

A codificação das entrevistas constituiu um procedimento central para a sistematização e posterior análise dos dados. Esse processo foi realizado entre junho e julho de 2025, abrangendo as 21 entrevistas. Embora inicialmente estivessem definidos 34 códigos, ao final foram sistematizados 43, dos quais nove emergiram ao longo do processo.

*Tabela 3. Quadro com códigos utilizados para classificar as falas e respectivas Subcategorias*

Subcategorias	Observáveis / Codificação Atlas Ti
<b>Subcategorias Eixo 1</b>	<b>Ambiental / Territorial</b>
1.1. Características físicas e geográficas	1.1.1. Estrutura ecológica
	1.1.2. Bacias e córregos
	1.1.3. Áreas de risco
1.2. Configuração social do território	1.2.1. Processo de ocupação das ladeiras
	1.2.2. Configuração atual do território
1.3. Práticas de agricultura urbana popular	1.3.1. Hortas Comunitárias
	1.3.2. Hortas familiares
	1.3.3. Agroflorestas
	1.3.4. Adaptação as mudanças climáticas
	1.3.5. Compostagens
<b>Subcategorias Eixo 2</b>	<b>Sociocultural / Organizativo</b>
2.1. Tecido social	2.1.1. Características da população
	2.1.2. Trajetória de vida das pessoas
	2.1.3. Trajetória de vida das organizações
2.2. Ações coletivas das organizações	2.2.1. Práticas organizativas (processos de formação)
	2.2.2. Processos de mobilização
	2.2.3. Redes de solidariedade e coesão social
2.3. Motivações para participar	2.3.1. Características dos participantes
	2.3.2. Sonhos e utopias
<b>Subcategorias Eixo 3</b>	<b>Político</b>
3.1. Impacto social e político das organizações	3.1.1. Relações de articulação entre atores
	3.1.2. Correlação de forças
	3.1.3. Relação organização-comunidade
3.2. Autonomia e dependência	3.2.1. Soberania alimentar
	3.2.2. Segurança alimentar
	3.2.3. Dependência estado local
3.3. Políticas públicas sobre agricultura urbana e ordenamento territorial	3.3.1. Questão ambiental
	3.3.2. Adaptação as mudanças climáticas
	3.3.3. Planejamento participativo

O uso do *Atlas.ti* também possibilitou maior rigor no tratamento das informações, por meio do administrador de documentos, que contabiliza os trechos codificados em cada entrevista, e do administrador de códigos, que quantifica as falas associadas a cada código específico.



**Resultados**

Esta seção apresenta os resultados empíricos derivados da aplicação da metodologia de pesquisa, estruturados em três capítulos, correspondentes aos três eixos analíticos definidos: ambiental-territorial, social-organizativo e político. As entrevistas permitiram explorar os três eixos, enquanto os grupos focais concentraram-se sobretudo nos segundo e terceiro, vinculados às dimensões social-organizativa e política da agroecologia urbana. Nesses espaços, emergiram, de forma particular, debates sobre os processos de incidência social e política em torno do Macroprojeto de Planejamento da Borda Urbano-Rural Nororiental (BUR NOR).

### **Codificação das entrevistas**

No total, as 21 entrevistas resultaram em 851 trechos codificados no software *Atlas.ti*, distribuídos de acordo com os três eixos analíticos da pesquisa: o eixo 1 (ambiental/territorial) correspondeu a 258 trechos (30,4%); o eixo 2 (social/organizativo) a 261 trechos (30,6%); e o eixo 3 (político) a 332 trechos, representando a maior incidência. Cada eixo corresponde a um capítulo dos resultados da dissertação, de modo que é possível afirmar que o trabalho de campo produziu um conjunto de informações suficiente e rigorosamente sistematizado para sustentar a análise nas três dimensões propostas.

A codificação também permitiu uma leitura em nível de *subcategorias*, revelando a densidade dos dados. Do total de 851 trechos, a subcategoria “Práticas sustentáveis” concentrou 222 falas (26%), confirmando que o manejo da compostagem e de insumos alternativos constitui um eixo central das narrativas dos entrevistados, oferecendo um material robusto para a análise.

Em seguida, destacou-se a subcategoria “Tecido social”, com 124 trechos (14,5%), ressaltando a importância das relações comunitárias, redes de apoio e dinâmicas de solidariedade que sustentam a agricultura urbana nas encostas de Medellín. Essa elevada frequência relativa demonstra que a agroecologia urbana vai além de técnicas produtivas, envolvendo também a construção de vínculos sociais e coletivos.

As subcategorias “Ações coletivas” (98 falas; 11,5%) e “Autonomia e dependência” (96 falas; 11,2%) evidenciam, respectivamente, como os sujeitos se articulam em iniciativas conjuntas e como negociam suas práticas. Já “Impacto social e político” (92 falas; 10,8%) revela como essas experiências ultrapassam a escala local, gerando efeitos na visibilidade política e na incidência em agendas públicas. Por fim, “Políticas públicas de agricultura urbana e ordenamento territorial” (71 trechos; 8,3%) oferece elementos para avaliar os alcances e limites das políticas públicas, assim como sua influência no macroprojeto urbanístico do BUR NOR.

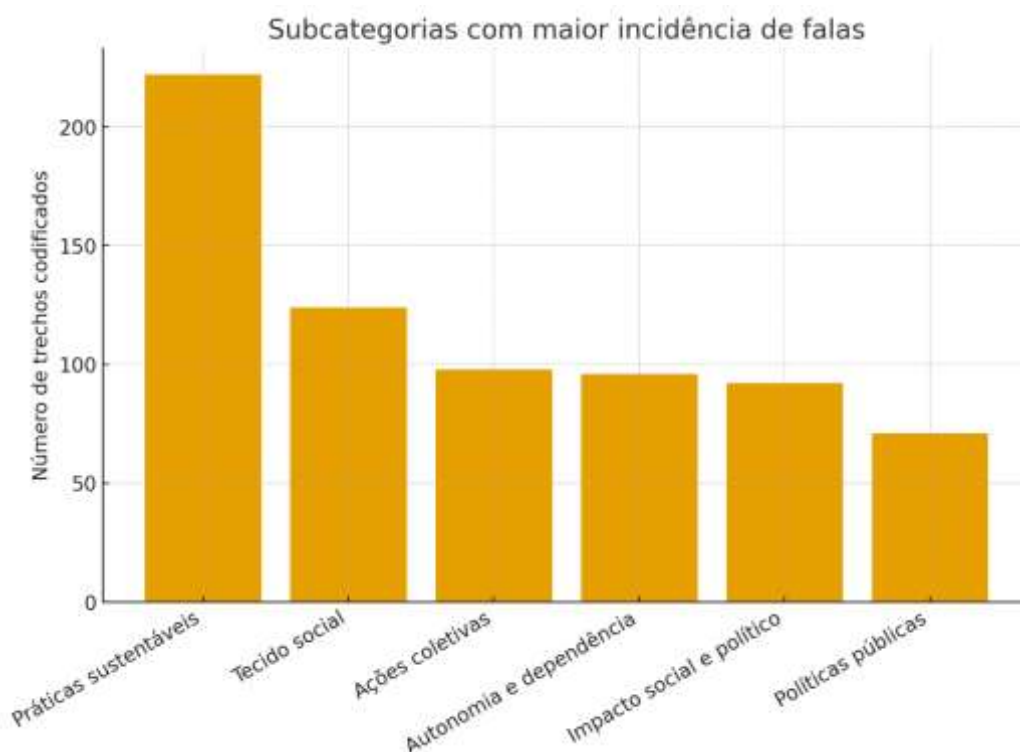


Figura 9. Subcategorias mais faladas no processo de codificação no Atlas ti

Essa distribuição evidencia que todas as subcategorias dispõem de material suficiente para o desenvolvimento da análise, garantindo a consistência metodológica e a representatividade dos achados em relação às diferentes dimensões investigadas.

Finalmente, frente às tendências nos códigos mais frequentes, a codificação revelou uma concentração temática em torno de dez códigos principais, que refletem tanto as motivações subjetivas quanto as dinâmicas coletivas. O código mais mencionado, “Relações de articulação entre atores” (51 citações), evidencia que as experiências agroecológicas são concebidas e praticadas em diálogo constante com outros coletivos e organizações. Essa centralidade da articulação confirma que a construção das multidões agroecológicas se sustenta em redes de colaboração.

Tabela 4. Códigos mais falados no Atlas.ti

Códigos mais falados nas entrevistas	
1. Relações de articulação entre atores	51
2. Agroecologia / horta no futuro	47
3. Origem da horta comunitária	41
4. Trajetória de vida das pessoas	41
5. Motivações para participar	39
6. Dependência do Estado local	39
7. Processos de formação	38

8. Autonomia e dependência	34
9. Planejamento participativo	33
10. Trajetória de vida das organizações	32

O código “Agroecologia/horta no futuro” (47 citações) destaca o caráter prospectivo das narrativas, nas quais os entrevistados projetam suas práticas para além do presente, vinculando-as a sonhos, evidencia-se a agroecologia não apenas como prática agrícola, mas como horizonte político e territorial. De forma articulada, os códigos “Origem da horta comunitária” (41) e “Trajetória de vida das pessoas” (41) revelam a imbricação entre histórias pessoais, coletivas e territoriais na emergência das hortas, frequentemente associadas a processos de deslocamento ou fome. Nesse mesmo sentido, “Motivações para participar” (39) evidencia a diversidade de razões, sejam alimentares, econômicas, educativas ou políticas que sustentam a adesão comunitária.

Por outro lado, a presença dos códigos “Dependência do Estado local” (39) e “Autonomia e dependência” (34) explicita a tensão permanente entre a capacidade de autogestão e a mediação de recursos ou programas estatais. Essa dualidade reforça o caráter híbrido da agroecologia urbana, simultaneamente autônoma e dependente, em diálogo e, por vezes, em fricção com o Estado. Complementarmente, os códigos “Processos de formação” (38) e “Planejamento participativo” (33) sublinham a relevância dos espaços de aprendizado coletivo e das metodologias horizontais, reforçando a dimensão pedagógica e política da agroecologia. Finalmente, o código “Trajetória de vida das organizações” (32) situa as hortas no acúmulo histórico de lutas e aprendizagens coletivas, demonstrando que estas experiências não surgem isoladamente, mas em continuidade com trajetórias comunitárias anteriores.

Em conjunto, esses resultados mostram que a agroecologia urbana em Medellín se configura como uma prática híbrida, onde convergem dimensões biográficas, comunitárias, políticas e institucionais. A tensão entre autonomia e dependência emerge como elemento central para compreender a formação das multitudes agroecológicas.

A partir desse panorama geral da codificação, os resultados são apresentados de forma detalhada em cada eixo de análise. No Eixo 1 (ambiental-territorial), são discutidas as origens, as práticas e os sentidos da agroecologia urbana e popular, nas encostas de Medellín. O Eixo 2 (social-organizativo) explora a centralidade do tecido social, das ações coletivas e dos processos de solidariedade, enfatizando como a agricultura urbana fortalece redes comunitárias e vínculos de reciprocidade. Por fim, o Eixo 3 (político) examina as dimensões de impacto social e político, a relação com as políticas públicas e a

incidência territorial, destacando as disputas em torno do BUR NOR e o papel estratégico das hortas na defesa do direito ao território.

### **Codificação dos grupos focais**

O processo de codificação das falas provenientes dos dois grupos focais realizados, foi conduzido com base na matriz categorial de análise, estruturada a partir dos Eixos 2 (Social) e 3 (Político). No total, foram 166 falas analisadas no software de *Atlas.ti*, das quais 40% corresponderam ao Eixo Social e 60% ao Eixo Político, indicando uma tendência de privilegiar, nas discussões, aspectos relacionados à incidência pública e às formas de organização política das experiências agroecológicas.

Os grupos focais contaram com a participação de representantes de diferentes organizações comunitárias e coletivos vinculados à agricultura urbana e popular das encostas de Medellín. Entre elas destacaram-se a Ecohuerta El Pacífico, a Ecohuerta Las Tinajas, a Ecohuerta Plazoleta 13 de Noviembre e Huertas Nuevos Horizontes. Participaram igualmente integrantes da Red de Huerteros y Huerteras de Comuna 8 e da Mesa de Vivienda y Hábitat da Comuna 8, espaços articuladores de processos de incidência política e de planejamento comunitário no território. Além disso, estiveram presentes representantes da antiga Red de Huerteros de Bello Oriente (Comuna 3), reconhecida hoje como Escola Ambiental “La Montaña que Siente”, cuja trajetória tem contribuído para fortalecer as conexões na Borda Urbano Rural.

No Eixo 2 (Social), as subcategorias mais recorrentes foram ações coletivas das organizações (47 ocorrências) e tecido social (15), seguidas de motivações para participar (5). Tais resultados indicam que o fortalecimento das redes de solidariedade e o enraizamento das ações coletivas configuram dimensões estruturantes das experiências locais, sustentando a coesão comunitária. Já no Eixo 3 (Político), as falas concentraram-se em torno de políticas públicas sobre agricultura urbana e ordenamento territorial (56) e impacto social e político das organizações (24), seguidas de autonomia e dependência (6) e agroecologia/horta no futuro (13). Esse predomínio reflete a centralidade do debate sobre o papel do Estado, os instrumentos de planejamento urbano e os desafios da institucionalização das práticas agroecológicas, revelando tensões entre a busca por reconhecimento e a defesa da autonomia comunitária.



*Figura 10. Subcategorias mais faladas nos grupos focais no processo de codificação do software Atlas ti*

De forma complementar, os códigos mais falados: “Políticas públicas” (40), “Práticas organizativas” (24), “Processos de formação” (19) e “Planejamento participativo” (16), sintetizam as principais preocupações e horizontes de ação das organizações. As menções às políticas públicas e ao planejamento participativo evidenciam uma apropriação crítica das ferramentas de gestão territorial e a demanda por espaços de cogestão entre comunidade e poder público. Por sua vez, as práticas organizativas e os processos de formação expressam a dimensão pedagógica e emancipatória da ação coletiva, marcada pela valorização dos saberes locais e pela construção de capacidades autogestionárias. Em conjunto, esses resultados permitem compreender os grupos focais não apenas como espaços de coleta de dados, mas como arenas de reflexão política e elaboração coletiva e de propostas de incidência.

# 3

## **Origens, práticas e sentidos da agroecologia urbana e popular**



# CAPÍTULO 3.

## Origens, práticas e sentidos da agroecologia urbana e popular

### 1 Hortas Comunitárias e Familiares



### 2 Origem dos processos: De onde surgem as hortas?



- 2.1 Resposta a contextos de fome e escassez de alimentos
- 2.2 A apropriação comunitária de terrenos subutilizados
- 2.3 Aproveitamento de saberes camponeses e rurais
- 2.4 Influência da pandemia em sua origem e consolidação

### 3 Temporalidades e ciclos na criação de hortas



**Ciclo 0 (1995-2003)** Antecedentes: Subsistência familiar

**Ciclo 1 (2004-2011)**

Surgimento de huertos comunitarios

**Ciclo 2 (2012-2019)** Tecnificação orgânica e controle da expansão

**Ciclo 3 (2020-2025)**

La pandemia como catalizador e multifuncionalidade

### 4 Práticas agroecológicas na agricultura urbana de Medellín



- Compostagem
- Biopreparados: Controle biológico e biofertilizantes
- Vermicultura
- Comercialização
- Memória e turismo comunitário
- Criação de aves: frangos e galinhas
- Práticas de saúde menstrual
- Agrofloresta
- Paca digestora

### 5 Sentidos e concepções do agroecológico nas hortas urbanas



- Horta orgânica
- Horta agroecológica
- Ecohorta

Este capítulo propõe examinar as expressões organizativas, produtivas e discursivas da agroecologia urbana e popular nas encostas de Medellín, a partir de cinco seções inter-relacionadas. Na primeira seção descrevem-se as dinâmicas das hortas comunitárias e familiares, destacando seu papel como espaços de produção de alimentos e de construção de tecido social. Ressalta-se a coexistência de iniciativas autônomas, nascidas da autogestão, e de aquelas que articularam apoios institucionais, o que evidencia a diversidade de trajetórias e de relações com o Estado e com outros atores territoriais.

Na segunda seção, aprofunda-se a análise da origem desses processos, detalhando os fatores que motivaram a criação de hortas no território: desde a resposta a contextos de fome e escassez alimentar, a apropriação comunitária de terrenos subutilizados e o aproveitamento de saberes camponeses, até o impacto da pandemia e as particularidades dos ciclos de instalação de hortas nas encostas. A terceira seção desenvolve as temporalidades e ciclos na criação de hortas comunitárias desde 1995 até 2005.

A quarta seção aborda as práticas agroecológicas identificadas, diferenciando entre um conjunto de práticas transversais, comuns à maioria das experiências, e práticas particulares que expressam a inovação comunitária e a adaptação a contextos socioambientais específicos. Por fim, a quinta seção analisa as formas pelas quais as hortas são definidas por seus atores, investigando os argumentos que sustentam seu caráter agroecológico e a tensão semântica entre as noções de *horta orgânica* e *horta agroecológica*, a qual remete a disputas epistêmicas e políticas sobre o sentido da agricultura urbana.

### **3.1. Hortas Comunitárias e Familiares**

As hortas da borda urbano rural de Medellín localizam-se majoritariamente em áreas de fragilidade socioambiental, caracterizadas por encostas íngremes, solos com risco de deslizamentos, bem como por uma limitada cobertura de serviços públicos formais. Essa localização implica que seu desenvolvimento ocorra em um contexto de vulnerabilidade física e social, mas também em um espaço de grande valor ecológico e paisagístico. Seu posicionamento na interface campo-cidade lhes confere um caráter híbrido, no qual se entrelaçam traços da paisagem rural, como parcelas e criação de aves de pequeno porte, com a marcada influência de processos urbanos, tais como a pressão imobiliária informal por meio da expansão urbana e a fragmentação progressiva do solo. O acesso à terra responde, na maioria dos casos, a formas de uso e apropriação social mais do que à posse formal, com forte presença de hortas desenvolvidas em terrenos baldios, faixas de proteção ambiental ou terrenos de uso

comunitário, o que reforça sua condição de espaços construídos a partir da interação social.



*Figura 11. Panorâmica de Medellín, desde o bairro Carpinelo. Fonte: própria*

A partir do trabalho de campo, hipotetiza-se que as funções das hortas comunitárias nesse território inscrevem-se em um amplo espectro que transcende o produtivo para abarcar dimensões sociais, ambientais e culturais. Em primeiro lugar, cumprem um papel central na segurança e soberania alimentar, ao prover hortaliças, plantas aromáticas e medicinais principalmente para o autoconsumo, embora com eventuais excedentes destinados à troca ou à venda direta. Também, atuam como espaços de encontro, fomentando a coesão comunitária e o trabalho colaborativo. Sua contribuição para a resiliência territorial é igualmente relevante, já que favorecem a adaptação às mudanças climáticas e a gestão comunitária do risco por meio da cobertura vegetal e de práticas de manejo sustentável de solos. Finalmente, possuem uma dimensão cultural e educativa significativa, ao facilitar a transmissão de saberes agrícolas e promover identidade comunitária.

A origem dessas hortas apresenta uma diversidade de trajetórias que permite diferenciar entre aquelas de caráter autônomo e as impulsionadas por programas institucionais. As primeiras emergem da iniciativa de vizinhos, coletivos ou lideranças comunitárias, com um forte componente de autogestão que potencializa sua flexibilidade e adaptabilidade; e as segundas costumam articular-se com programas municipais e receber apoio técnico, insumos e diretrizes de manejo.

Um amplo conjunto de hortas que nasce da própria iniciativa das comunidades, desenvolvem-se em terrenos subutilizados ou recuperados, muitas vezes sem apoio institucional direto ou com acompanhamentos mínimos, baseando-se em

saberes camponeses e práticas transmitidas por famílias rurais migrantes. Sua lógica está vinculada à segurança e soberania alimentar, à recuperação do tecido social e à reterritorialização. Essas hortas tendem a ter um caráter mais autônomo, com dinâmicas organizativas próprias e voltadas ao autoconsumo.

Por outro lado, as hortas que emergem a partir de iniciativas estatais promovem a agricultura urbana como estratégia para a recuperação ambiental, o controle do crescimento urbano ou a segurança alimentar. Exemplos emblemáticos dessa categoria são as hortas vinculadas ao projeto Jardim Circunvalar, ou as impulsionadas pela Secretaria de Meio Ambiente, pela Unidade de Vítimas. Essas iniciativas costumam contar com acompanhamento técnico, recursos para infraestrutura e capacitação, e estão articuladas a marcos programáticos definidos. No entanto, apresentam desafios para a sustentabilidade a longo prazo, especialmente quando os apoios institucionais se reduzem ou cessam.

Essa classificação não é rígida nem excludente, pois, na prática, existem processos híbridos em que o apoio institucional se combina com a autonomia comunitária. Contudo, essa distinção facilita a compreensão das diferentes trajetórias e desafios enfrentados pelas hortas urbanas em Medellín, e orienta a formulação de estratégias mais sensíveis às realidades locais e à diversidade de atores envolvidos.

Para a presente pesquisa, conforme abordado na metodologia, foram analisadas um total de 15 experiências (ver figura 12, mapa com localização geográfica das experiências), sendo nove da Comuna 8, três da Comuna 3 e três da Comuna 1, abrangendo os três territórios que fazem parte da Borda Urbano-Rural Nororiental de Medellín. Por tipo de horta, estudamos um total de 10 Hortas Comunitárias (Ecohuerta El Pacífico, Ecohuerta Plazoleta 13 de Noviembre, Hortas Nuevos Horizontes, Horta Sembrando Caminos de Libertad, Hortas de Paz, Cabildo Indígena Cointanube, Horta Menstrual, Horta Escola Ester Vásquez, Corporação Ecohuertas Jardín, Horta Escola El Faro); assim como 3 Hortas Familiares (Blanca, Marta e Lucelly), uma de cada comuna; um processo de articulação de hortas (Rede de Horticultores e Horticultoras da Comuna 8); e um projeto produtivo familiar de café orgânico (Tintoretto) entre o corregimento de Santa Elena e a Comuna 8.

Dessas experiências, é importante destacar que as horticultoras e horticultores comunitários exercem certas práticas de territorialização, como a apropriação coletiva do solo, muitas vezes degradado (entulho, lixo), ressignificado como lugar de vida e memória. Da mesma forma, contribuem para o fortalecimento do tecido comunitário por meio do trabalho colaborativo e da circulação de saberes camponeses e urbano populares. Essas hortas são mais que espaços

produtivos, são espaços de luta e cuidado, onde a agroecologia se torna uma ferramenta para re-existir em contextos de precariedade e fragmentação urbana, criando um vínculo situado e relacional com o entorno, no qual o cultivo se inscreve em processos mais amplos de reconfiguração do bairro e de construção social do território.



Figura 12. Mapa com localização geográfica das 15 experiências analisadas

Por sua vez, as hortas familiares correspondem a estratégias de autonomia alimentar e de resistência silenciosa em espaços como quintais ou terrenos adjacentes às suas residências. Embora menos visíveis coletivamente, esses vínculos expressam uma prática de agroecologia do cuidado, com ênfase na soberania alimentar familiar, no cuidado emocional e na cura, particularmente em casos de mulheres que viveram violências estruturais ou a perda de familiares.

O projeto produtivo familiar *Café Tintoretto*, com forte ancoragem produtiva e de turismo comunitário é uma expressão de soberania econômica e de valorização de saberes rurais. Esse vínculo representa uma aposta em cadeias curtas de comercialização e na agregação de valor a produtos tradicionais como o café, abrindo possibilidades para economias populares. Esse tipo de experiência

permite pensar em modelos híbridos de economia agroecológica territorializada, com potencial de replicabilidade e de fortalecimento de circuitos alternativos.

É importante ressaltar que a agroecologia urbana nas encostas não pode ser entendida unicamente como uma prática técnica ou produtiva. Pelo contrário, configura-se como uma prática socioespacial complexa, situada na interseção de múltiplas dimensões como a soberania alimentar, práticas de cuidado, memória e reparação simbólica, e, em menor medida, economias populares.

A soberania alimentar aparece como uma noção presente em muitos dos relatos, ainda que com diferentes graus de elaboração política. Nesse sentido, torna-se uma ferramenta de justiça territorial, na medida em que propõe a defesa do território como espaço de vida; e a articulação entre direitos alimentares e direito à cidade, especialmente em zonas onde o acesso a alimentos frescos e saudáveis é limitado.

Apresenta-se a articulação entre agroecologia e práticas de cuidado, entendidas tanto em sentido relacional (cuidado da vida, dos corpos) quanto em termos materiais (saúde física e emocional). A horta é um espaço de reparação simbólica e de empoderamento corporal. Da mesma forma, mulheres encontram na horta um espaço de cura emocional e psicossocial, frente a experiências de perda e violência.

As hortas são lugares onde reinscrevem-se os vínculos com a terra e constroem-se narrativas de pertencimento frente ao deslocamento forçado pela violência. O cultivo está intimamente ligado a processos de recomposição identitária e territorial, onde o passado camponês é atualizado em chave de resistência urbana.

Embora a dimensão econômica não apareça como eixo central nos relatos, algumas experiências incorporam uma perspectiva econômica e de valorização do trabalho, especialmente em projetos com projeção comercial ou de turismo comunitário. Por exemplo, as hortas que trabalham com espécies de pequeno porte, o que sugere uma economia de subsistência com potencial de escalabilidade.

As dimensões temáticas das experiências agroecológicas nas encostas de Medellín demonstram que as hortas urbanas são muito mais que espaços de cultivo. São formas de disputa pelo sentido da cidade, que ressignificam as margens como territórios de dignidade e se convertem em chave para enfrentar as crises urbanas, climáticas e civilizatórias contemporâneas.

### **3.2. Origem dos processos: De onde surgem as hortas?**

Existem alguns elementos recorrentes na origem das hortas nas encostas de Medellín, que vão desde a apropriação de terrenos subutilizados, cuja recuperação foi conduzida por líderes comunitários ou organizações do bairro, até a resposta a contextos de vulnerabilidade socioeconômica, já que a origem de muitas hortas está ligada à necessidade de enfrentar situações de precariedade econômica ou insegurança alimentar, especialmente em comunidades compostas por população deslocada e famílias de baixa renda. Também merece destaque o aproveitamento de saberes camponeses e rurais, uma vez que a memória agrícola de moradores provenientes de zonas rurais foi um recurso fundamental no estabelecimento e manejo das hortas, aportando conhecimentos sobre práticas de cultivo, manejo do solo e diversidade de espécies. A seguir, desenvolvem-se esses elementos:

#### **3.2.1. Resposta a contextos de fome e escassez de alimentos**

Na gênese de muitas hortas, o fator predominante não foi um interesse inicial pela sustentabilidade ambiental, mas sim uma resposta direta a situações de fome e escassez de alimentos. Em muitos casos, a produção não estava inicialmente destinada à venda, mas ao autoabastecimento imediato, garantindo que as famílias pudessem acessar alimentos básicos sem custo. Esse caráter emergencial foi moldando, com o tempo, processos de organização comunitária, mas em seus primórdios a motivação essencial foi resolver uma necessidade alimentar urgente.

A prática agroecológica foi incorporada progressivamente, à medida que se integravam saberes camponeses e acompanhamento técnico, mas a semente inicial foi a sobrevivência. Nesse sentido, a fome não apenas funcionou como detonador, mas também estruturou a lógica de produção das hortas em suas primeiras etapas: cultivos de ciclo curto, espécies de alto rendimento e alimentos de consumo cotidiano (feijão, milho, hortaliças e plantas aromáticas), priorizando o que poderia ser colhido rapidamente para suprir a dieta familiar.

A análise das entrevistas revela que a fome e a insegurança alimentar constituem o detonador mais recorrente na origem das hortas. Nos casos analisados, os entrevistados relatam que a motivação inicial para iniciar o plantio esteve associada à necessidade de garantir o acesso a alimentos frescos, em um contexto marcado pelo deslocamento forçado, uma alta concentração de população em condição de pobreza e aumentos contínuos no preço da cesta básica. Existiu uma motivação pragmática, centrada na subsistência mais do que em objetivos ambientais, pedagógicos ou de participação política. Esse padrão

da agricultura urbana ocorre especialmente em contextos de desigualdade no Sul Global, como uma estratégia de resposta a crises socioeconômicas.

Entretanto, embora a motivação inicial se centre em satisfazer a fome, os processos mostram que, com o tempo, essas hortas tendem a diversificar seus propósitos, integrando dimensões educativas, culturais e políticas. Assim, a origem marcada pela necessidade alimentar converte-se em uma plataforma para a construção de redes e o intercâmbio de saberes. Essa transição evidencia como uma necessidade imediata pode evoluir para uma práxis agroecológica consciente, na qual se combinam o autoconsumo, a organização comunitária e a incidência política.

### **3.2.2. A apropriação comunitária de terrenos subutilizados**

O segundo elemento identificado na origem das hortas comunitárias é que sua instalação ocorre em terrenos baldios, faixas de proteção ambiental ou áreas degradadas, respondendo também a uma lógica de gestão do território. Esses espaços, muitas vezes marginais, foram ressignificados como locais produtivos e sociais, contribuindo para a mitigação de riscos ambientais, como, por exemplo, os deslizamentos. Emerge, assim, uma prática que transcende a função produtiva para converter-se em um mecanismo de defesa territorial frente à expansão urbana.

Em Medellín, onde a pressão urbanizadora avança sobre áreas de encosta e corredores verdes, essas práticas constituem uma forma concreta de resistência frente à fragmentação do território e à erosão dos bens comuns. Ao ocupar esses espaços com hortas, interpõe-se uma barreira social e ambiental contra processos de urbanização descontrolada. A presença ativa de pessoas plantando, cuidando do solo e gerando dinâmicas de uso comunitário dificulta (ainda que não impeça) a privatização ou a mudança de uso do solo para construções. Do mesmo modo, ao evitar que os terrenos se convertam em depósitos de lixo ou zonas de degradação ambiental, as hortas também contribuem para a conservação de coberturas vegetais, a recarga hídrica e a biodiversidade urbana.

### **3.2.3. Aproveitamento de saberes camponeses e rurais**

As hortas constituem-se em uma ponte entre memórias agrícolas e práticas urbanas. A chegada de populações deslocadas pela violência ou de migrantes de zonas rurais trouxe consigo um conjunto de conhecimentos acumulados, que se recontextualiza em ambientes urbanos de alta densidade e limitações espaciais. Esses saberes não são transferidos de forma linear, mas ressignificados ao se adaptarem às condições particulares das encostas: solos

degradados ou pouco profundos, declividades acentuadas, escassez de água limpa e forte pressão da expansão urbana. Nesse processo, a experiência camponesa não é apenas um insumo técnico, mas um patrimônio que contribui para a coesão comunitária e o fortalecimento identitário.

A agroecologia urbana em Medellín, nesse sentido, opera como um dispositivo de reterritorialização, permitindo que a memória camponesa se materialize em práticas produtivas concretas e em um imaginário coletivo que reconhece a agricultura como parte da vida urbana. Ao integrar saberes camponeses na prática urbana, essas hortas oferecem uma vantagem diante de crises alimentares, fortalecendo a autonomia dos coletivos e sua capacidade de resposta frente a emergências.

#### **3.2.4. Influência da pandemia em sua origem e consolidação**

Um quarto elemento, que queremos destacar em relação não apenas à origem, mas também à consolidação dos processos, foi a influência da pandemia de COVID-19 em 2020, que representou um ponto de inflexão para as dinâmicas da agricultura urbana nas encostas, evidenciando a vulnerabilidade socioeconômica das comunidades e a urgência de garantir a segurança alimentar a partir de uma abordagem territorial e coletiva. Nesse contexto, a pandemia não apenas aprofundou a crise alimentar, mas também atuou como um fator catalisador que impulsionou a criação, recuperação e fortalecimento de hortas comunitárias.

Um exemplo ilustrativo encontra-se no processo da Horta Escola El Faro, onde, durante a pandemia, o espaço inicialmente destinado à sede comunitária foi reconvertido em uma horta comunitária para responder à necessidade urgente de alimentos, enfrentando inicialmente a precariedade do solo e desenvolvendo uma estratégia formativa que foi crescendo em alcance e participação comunitária. Nesse sentido, a pandemia contribuiu para consolidar as hortas como núcleos de formação, reafirmando o papel estratégico da agroecologia em contextos urbanos.

#### **3.2.5. Elementos comuns na origem das hortas familiares**

Por sua vez, o estudo das hortas familiares revela uma série de elementos recorrentes em sua constituição, que permitem compreender essas iniciativas não apenas como práticas produtivas, mas como processos complexos de reconstrução social, cultural e territorial. Entre esses, destacam-se a experiência prévia vinculada ao campo, os processos de deslocamento e vitimização pelo conflito armado, e o reaproveitamento de espaços disponíveis.

Uma constante é que muitas das pessoas que impulsionam as hortas familiares provêm de territórios rurais, com uma tradição agrícola arraigada em suas histórias familiares. Essa experiência prévia fornece um conjunto de saberes práticos fundamentais para o estabelecimento e manutenção da horta em contextos urbanos, onde as condições produtivas são muito distintas das do campo. A horta, então, converte-se em um espaço onde se ressignificam práticas camponesas, adaptando-as à escala e aos recursos disponíveis.

No contexto de deslocamento forçado e da condição de vítima do conflito armado, a horta emerge como uma estratégia de reparação frente às rupturas traumáticas ocasionadas pela violência. Não se trata unicamente de um espaço para a produção de alimentos, mas de um território simbólico onde se reconstróem a vida, a saúde emocional e os laços sociais. A prática agroecológica, nesse sentido, torna-se um instrumento terapêutico e de reconstrução comunitária, oferecendo às pessoas deslocadas um sentido de pertencimento e propósito. No testemunho de uma mulher vítima que atravessou um episódio severo de depressão, a horta aparece como uma ferramenta vital para superar a crise pessoal, confirmando a dimensão emocional e política dessas práticas.

Por fim, destaca-se a capacidade e a decisão de reaproveitar espaços que, em muitos casos, encontram-se em estado de abandono ou degradação dentro do tecido urbano. Esses terrenos familiares ou lotes com entulho são transformados em hortas produtivas, o que implica não apenas uma transformação física, mas também uma apropriação simbólica do território. Nos relatos coletados, evidencia-se como a limpeza inicial do terreno e implantação da horta foram atos decisivos que demonstraram o compromisso e a motivação das pessoas envolvidas.

### **3.3. Temporalidades e ciclos na criação de hortas comunitárias**

A análise das experiências nas encostas de Medellín permite reconhecer um ciclo de antecedentes, marcado por práticas domésticas de subsistência, e três ciclos principais de criação e consolidação das hortas, vinculados a contextos históricos específicos e a dinâmicas territoriais próprias. Este percurso pode ser compreendido como um processo de transição agroecológica que não se reduz a uma evolução técnica linear. Trata-se de uma trajetória histórica e política enraizada na construção social do território por comunidades populares, na qual práticas agrícolas, estratégias organizativas e disputas por direitos e narrativas se entrelaçam. Assim, os ciclos expressam transformações simultâneas nas formas de produzir, de se organizar e de atribuir sentidos às hortas, evidenciando a agroecologia urbana e popular como um projeto em permanente construção.



*Figura 13. Evolução da ocupação urbana no BUR NOR (1995–2024): comparação entre imagem de satélite (1995) e ortofoto (2024), com delimitação do BUR NOR e comunas. Fonte: Elaboração própria.*

Como se observa na Figura 13, a comparação entre 1995 e 2024 evidencia um processo acelerado de adensamento e expansão urbana no BUR NOR, com redução progressiva de vazios e áreas disponíveis para cultivo, intensificando a pressão sobre os espaços disponíveis e reconfigurando as condições territoriais em que as hortas emergem e se consolidam. O cenário de 1995 é de baixa consolidação urbana, que é o contexto do surgimento das primeiras práticas de cultivo doméstico associadas à reterritorialização das famílias deslocadas.

Em contraste, a ortofoto de 2024 evidencia um avanço expressivo da urbanização: a mancha construída torna-se mais contínua, adensa-se e ascende pelas encostas nas comunas 1, 3 e 8, reduzindo vazios e terrenos subutilizados. Em termos territoriais, isso implica que o BUR NOR deixa de operar apenas como zona de “transição” e passa a configurar-se como uma frente ativa de expansão urbana e de pressão informal, na qual o solo se torna progressivamente mais escasso e disputado.

Esse achado indica que a agricultura urbana (que em 1995 ainda podia apoiar-se em maior disponibilidade de quintais e lotes) passa, no tempo recente, a

depender cada vez mais de estratégias de apropriação comunitária de espaços residuais e de arranjos institucionais capazes de garantir permanência e condições mínimas de infraestrutura. Em outras palavras, à medida que a ocupação se intensifica, o território cultivável se contrai, tornando a continuidade das hortas mais condicionada tanto à ação coletiva quanto à existência de instrumentos públicos que protejam e viabilizem o cultivo em áreas de encosta.

Esse pano de fundo espacial é decisivo para compreender por que as hortas se deslocam, ao longo do tempo, de práticas domésticas de subsistência para formas comunitárias mais organizadas e, mais recentemente, para disputas políticas pela permanência territorial. É nesse marco que se apresenta a Tabela 5 (Pelos Caminhos da transição), que sintetiza os ciclos e suas transformações:

*Tabela 5. Pelos Caminhos da transição agroecológica nas encostas de Medellín*

<b>Ciclo</b>	<b>Origens / por que se cria a horta</b>	<b>Formas de organização</b>	<b>Práticas predominantes (tecnicidade/alcance)</b>	<b>Sentidos (narrativas)</b>
<b>0. 1995– 2003</b>	Fome e escassez alimentar; deslocamento forçado; reterritorialização nas encostas; aproveitamento de saberes camponeses	Hortas familiares de subsistência; autogestão doméstica	Mulheres: cultivos de ciclo curto e criação de aves em áreas próximas à casa; Homens: cultivos na zona rural de Santa Elena (milho, feijão, banana, mandioca) com práticas convencionais	Léxico de <i>era / pancoger</i> ; o alimentar subordinado à luta por moradia e água; prática doméstica e de ajuda vicinal, sem organização comunitária em hortas
<b>1. 2004– 2011</b>	Fome e vulnerabilidade socioeconômica; deslocamento forçado; apropriação comunitária de terrenos em expansão; incorporação de saberes camponeses, afro e indígenas	Hortas comunitárias mistas (parcelas familiares em projetos coletivos); experiências autônomas, institucionais ou híbridas	Início de hortas comunitárias com acompanhamento da Unidade de Vítimas, ONGs e universidades; práticas centradas em cultivos de ciclo curto; criação de aves de pequeno porte; primeiras capacitações técnicas; transição de práticas convencionais para orgânicas	Emergência do problema alimentar como tema público; denominação “horta comunitária”; narrativas de segurança alimentar e pertencimento territorial (“arranhar a terra”)
<b>2. 2012– 2019</b>	Controle da expansão urbana; consolidação de programas institucionais (Jardim Circunvarlar); continuidade de saberes camponeses	Hortas comunitárias; projetos institucionais; organizações formalizadas (Eco hortas Jardim); redes comunitárias (Bello Oriente, Mesa de Deslocados C8)	Hibridização entre saber camponês e tecnificação: compostagem aprimorada, vermicultura, biofábricas, biopreparados; surgimento da comercialização incipiente; a horta como infraestrutura de contenção territorial	Virada para o discurso do orgânico; horta como infraestrutura social e ambiental que contém a expansão; organizações reivindicam o direito à alimentação e o direito à cidade

Ciclo	Origens / por que se cria a horta	Formas de organização	Práticas predominantes (tecnicidade/alcance)	Sentidos (narrativas)
3. 2020– 2025	Pandemia como impulso de novas hortas; fome e crise socioeconômica; apropriação de lotes subutilizados; demandas por autonomia e cuidado territorial	Hortas comunitárias e familiares; coletivos autônomos, institucionais ou mistos; projetos produtivos (ex. Café Tintoretto); redes comunitárias e cirandas infantis	Consolidação do orgânico e politização da agroecologia; “outras práticas”: turismo comunitário, saúde menstrual, agrofloresta, <i>paca biodigestora</i> , café orgânico, produtos transformados; formação política; expansão de circuitos econômicos	Agroecologias do cuidado (corpo, território, alimentos sem químicos); narrativa de autonomia e redes; economia popular a; a agroecologia transcende a horta (multifuncionalidade) e se afirmar como projeto político-territorial

### Ciclo 0 (1995–2003): Subsistência familiar

Este período de antecedentes está vinculado à chegada de famílias deslocadas pelo conflito armado do país, que trouxeram consigo saberes agrícolas e práticas camponesas. Diante da perda de suas terras e do sentimento de desterritorialização, a agricultura adquiriu um valor simbólico e psíquico, tornando-se parte essencial do processo de reterritorialização. O que antes eram grandes extensões rurais transformou-se em pequenos quintais domésticos, em um processo descrito por muitos como “arranhar a terra”.

No imagen de 1995 (figura 14), observa-se uma borda ainda marcada por alta disponibilidade de espaço, indicando que o BUR NOR apresentava uma configuração predominantemente “rural”, com ocupação urbana ainda limitada. De acordo com a máscara urbana reconstruída, do total de 15,7 km<sup>2</sup> do território do BUR NOR, 65,5% correspondiam a tratamentos rurais, enquanto 5,4 km<sup>2</sup> (34,5%) eram classificados como tratamentos urbanos. Ainda assim, a mancha urbana construída em 1995 era de apenas 0,5 km<sup>2</sup>, o que equivale a 9,4% da área urbana do BUR NOR. Em outras palavras, no início do Ciclo 0, a ocupação era incipiente e coexistia com extensas áreas disponíveis, o que ajuda a compreender por que as famílias recém-chegadas (portadoras de saberes camponeses) puderam incorporar o cultivo como parte do processo de reterritorialização e da construção social do habitat. Esse dado territorial ajuda a explicar por que, no ciclo de antecedentes, o cultivo pôde se expandir como prática cotidiana de subsistência junto à moradia, antes que a pressão urbanística restringisse o acesso a lotes e quintais.



Figura 14. Máscara urbana no BUR-NOR reconstruída a partir de imagem de satélite de 1995. Elaborado em colaboração com o Laboratório de Análise Territorial e Participação Comunitária (Comulab), do CentroGeo, México.

As hortas, localizadas em espaços reduzidos junto às casas, tinham caráter familiar e eram voltadas ao autoconsumo, com destaque para o cultivo de espécies de ciclo curto, como cebola, tomate e coentro, além da criação de aves e da produção de ovos crioulos como estratégias complementares de subsistência. Em algumas trajetórias, observou-se uma divisão prática do trabalho: enquanto mulheres sustentavam o cultivo cotidiano junto à moradia (hortaliças de ciclo curto e plantas medicinais e aromáticas), parte dos homens mantinha cultivos tradicionais na zona rural de Santa Elena (milho, feijão, banana-da-terra e mandioca), frequentemente com técnicas convencionais.

Apesar de seu papel central na sobrevivência cotidiana, essas práticas não configuravam espaços de organização comunitária nem possuíam um conteúdo político ou ambiental explícito. A prioridade das famílias e organizações estava centrada na luta por moradia, no acesso à água e na permanência no território. A produção de alimentos surgia, portanto, como uma necessidade imediata e subordinada às demandas estruturais da vida urbana, sem constituir ainda um eixo articulador da ação coletiva.

## Ciclo 1 (2004–2011): Transição para o comunitário

Com o agravamento das vulnerabilidades socioeconômicas e a chegada contínua de populações deslocadas, a questão alimentar ganha centralidade no debate público e inicia-se uma transição das práticas familiares para formas coletivas e comunitárias. Destacam-se as experiências das *Huertas de Paz*, em Santo Domingo Savio, surgidas em 2004 com a participação de 28 famílias deslocadas, e de *Nuevos Horizontes*, em Pinares de Oriente, iniciada em 2008 com cerca de 50 famílias, também deslocadas, que buscavam garantir sua segurança alimentar por meio da produção própria.



Figura 15. Cartaz na entrada de Hortas de Paz, lembrando as origens do processo.

Ambas combinaram parcelas individuais com projetos coletivos e incorporaram saberes afro, indígenas e camponeses, configurando formas mistas de cultivo: cada família manejava um lote de aproximadamente 50 m<sup>2</sup> dentro de um terreno mais amplo, gerido coletivamente. Essas experiências foram pioneiras não apenas nas encostas, mas no conjunto da cidade, e contaram com acompanhamento inicial da Unidade de Vítimas da Prefeitura. No mesmo período, o *Cabildo Indígena Cointanube*, estabelecido no bairro La Honda em 2011, expressa um processo de reterritorialização étnica em contexto urbano, ao buscar adaptar técnicas agrícolas indígenas a solos menos férteis, e apesar de desafios e frustrações, impulsionou novas estratégias adaptativas.

A formação técnica e a capacitação tornam-se instrumentos centrais desse ciclo. A atuação da Universidade Nacional, de ONGs e da Unidade de Vítimas contribuiu para reduzir a dependência de insumos externos e promover a transição de práticas convencionais para abordagens mais sustentáveis e orgânicas. Ainda que a noção de agroecologia não fosse amplamente utilizada nesse contexto, o período representa um ponto de inflexão, já que a produção

de alimentos deixa de ser apenas uma estratégia de sobrevivência doméstica e passa a articular-se com processos de organização comunitária, ação coletiva e construção de novos vínculos sociais em torno do território.

## **Ciclo 2 (2012–2019): Tecnificação orgânica e controle da expansão**

O segundo ciclo representa um salto qualitativo na trajetória da agricultura urbana, marcado pela consolidação de processos de tecnificação e pela entrada de novos atores institucionais. Programas como o *Jardín Circunvalar* e o *Cinturón Verde* passam a articular a produção de alimentos ao planejamento territorial, vinculando as hortas a estratégias de contenção da expansão urbana. No caso do Jardín Circunvalar, a iniciativa foi liderada pela Empresa de Desenvolvimento Urbano (EDU) e contou com a Fundação Salvaterra como operadora agro-logística, favorecendo a criação de hortas comunitárias nas Comunas 1, 3, 6 e 8. Em termos de escala, o programa iniciou em 2013 com um piloto de quatro hortas e chegou a se estender a cerca de 22 iniciativas. Inserem-se nesse marco experiências como a *Ecohorta Las Tinajas* e a *Horta El Pacífico*, que evidenciam a vinculação direta com os processos institucionais.

Nesse contexto, a horta deixa de ser apenas um espaço produtivo e assume um papel estratégico como infraestrutura social e ambiental, integrando-se às dinâmicas urbanas de ordenamento e uso do solo. As práticas tradicionais trazidas por camponeses deslocados são progressivamente aprimoradas e combinadas com técnicas agroecológicas introduzidas por iniciativas institucionais, resultando em sistemas produtivos mais diversificados.

O discurso do *orgânico* ganha força e se traduz na difusão de práticas como compostagem aprimorada, vermicultura, biofábricas, biofertilizantes e biopreparados para o controle de pragas. A comercialização, ainda incipiente, surge como nova dimensão do processo, e se amplia o leque de espécies cultivadas diversificando a dieta das famílias. Paralelamente, emergem críticas às políticas públicas por parte de movimentos sociais e redes comunitárias (Red de Huertas de Bello Oriente e a Mesa de Desplazados da Comuna 8) que denunciam a priorização de projetos ornamentais e reivindicam a criação de um “cordão alimentar urbano”.

Esse período reflete, portanto, um processo de maior institucionalização da agricultura urbana e de consolidação da agroecologia sob o marco do orgânico. Se distingue pela formalização de iniciativas vinculadas às hortas, como a *Corporación Ecohuertas Jardín* (2016), formada sobretudo por mães chefes de família da Comuna 8. Além disso, entre 2016 e 2019, a gestão das hortas do Jardín Circunvalar passou do Banco de Alimentos para a Corporación Parque

Arví, priorizando a sustentabilidade das hortas já existentes, mais do que a criação de novas.

Ao mesmo tempo, a pauta alimentar ganha centralidade na agenda política dos movimentos sociais, articulando-se ao debate sobre o direito à cidade. A agroecologia começa a ser compreendida não apenas como técnica produtiva, mas como ferramenta de disputa política e reivindicação de políticas públicas, consolidando sua dimensão estratégica na transformação do território.

### **Ciclo 3 (2020–2025): Politização e multifuncionalidade**

O ciclo mais recente é marcado por uma intensificação da diversificação e da politização das experiências agroecológicas, impulsionadas, em grande medida, pelos efeitos da pandemia. Esse contexto atuou como catalisador tanto para o surgimento de novas hortas quanto para a revitalização e reativação de experiências existentes, ampliando o repertório de práticas, que passam a incluir turismo comunitário, sistemas agroflorestais, *pacas biodigestoras*, produção de alimentos transformados, café orgânico, banheiros secos e iniciativas ligadas à saúde menstrual e feminina. A expansão dessas ações revela a multifuncionalidade da agroecologia urbana, que transcende a dimensão produtiva e consolida-se como um projeto político-territorial articulador de cuidado ambiental, soberania alimentar e formação política, em um processo que pode ser caracterizado como “agroecologia ampliada”, fruto direto da maturação de experiências coletivas e educativas.

Nesse período, a Horta Escola El Faro ativou suas atividades e, em articulação com o Movimento de Laderas e a Escola Popular de Autonomia (EPA), passou a impulsionar processos formativos em agroecologia, evidenciando a expansão da prática para além do cultivo e em direção à educação política e territorial. Paralelamente, a formação política ganha centralidade ao lado da capacitação técnica, fomentando novos espaços de participação, como os *semilleros infantiles* (cirandas), que integram educação ambiental e ação comunitária desde a infância.

A articulação entre soberania alimentar e processos comunitários torna-se mais explícita, e experiências inovadoras como a Horta Menstrual no bairro Carambolas (2022–2023), que incorporam dimensões de gênero e saúde comunitária às práticas agroecológicas, ampliando os repertórios de sentido e as formas de pertencimento territorial. A economia popular assume papel estratégico nesse contexto, reforçando a busca por soberania alimentar e fortalecendo a autonomia local. Nesse cenário emergem as chamadas *agroecologias do cuidado*, orientadas à saúde do corpo, do território e da

alimentação, que se tornam eixos articuladores de novos sentidos, práticas e projetos coletivos.

Esse percurso histórico revela que a criação e consolidação das hortas comunitárias nas encostas de Medellín têm sido influenciadas por condições de vulnerabilidade social, processos de deslocamento, políticas de recuperação ambiental e, mais recentemente, por crises como a pandemia. Ao mesmo tempo, ele evidencia a confluência de atores diversos (famílias deslocadas, organizações sociais e comunitárias e instituições estatais) na produção de espaços agroecológicos urbanos orientados à segurança e soberania alimentar e à recuperação territorial.

Ao longo desse processo, a agroecologia se consolida como um projeto político-territorial enraizado nas lutas das encostas: as hortas ultrapassam sua função produtiva e se tornam infraestruturas sociais, arenas de disputa e espaços de resistência que fortalecem a permanência no território. Assim, o alimento converte-se em eixo de reivindicações por justiça socioambiental e direito à cidade, articulando dimensões pedagógicas, redes de solidariedade e estratégias de autogestão; das práticas domésticas de subsistência à construção inicial de sistemas agroecológicos, observa-se um movimento contínuo de crescente complexidade, no qual a agroecologia urbana e popular se afirma como projeto coletivo de transformação social.

### **3.4. Práticas agroecológicas na agricultura urbana de Medellín**

Nas encostas de Medellín identifica-se um conjunto de práticas transversais, recorrentes na maioria das experiências estudadas, e um repertório de práticas particulares, associado a enfoques temáticos, territoriais ou sociopolíticos específicos. Essa distinção cumpre uma função analítica, já que permite diferenciar o núcleo de reprodução da agroecologia urbana popular, é dizer, aquilo que estabiliza o cotidiano e sustenta a continuidade, das frentes de singularização e expansão, nas quais cada coletivo projeta a horta para campos simbólicos, pedagógicos e políticos. Em vez de operar como tipologia rígida, trata-se de uma chave para ler, simultaneamente, como a agroecologia se mantém e como ela se amplia no território.

Essas práticas não devem ser lidas como um repertório meramente técnico, porque são produzidas e sustentadas por arranjos organizativos. Em geral, o núcleo transversal depende de rotinas e de uma divisão de trabalho que combina lideranças comunitárias, grupos de base e, em alguns casos, apoios técnicos de universidades, ONGs ou programas públicos. Já as práticas particulares tendem a emergir onde existem arquiteturas organizativas mais densas, com coletivos

com trajetória, espaços formativos e capacidade de articulação temática, justamente porque exigem continuidade, coordenação e produção de sentido para além do lote.



*Figura 16. Cultivos de ciclo curto. Fonte: própria*

Essa padronização também permite qualificar o papel das práticas na produção de autonomia. As práticas transversais operam como infraestrutura de autonomia produtiva e tecnológica, ao fechar ciclos ecológicos e reduzir dependências externas; ainda assim, sua estabilidade costuma depender de condições materiais mínimas e, por vezes, de apoio técnico pontual, evidenciando uma autonomia sempre situada. As práticas particulares, por sua vez, ampliam a autonomia em outra chave: fortalecem uma autonomia político-territorial ao produzir cuidado, reconhecimento e incidência pública, conectando a horta a disputas e necessidades do território.

À luz dessa chave, observa-se que compostagem, biopreparados e vermicultura conformam um núcleo transversal que sustenta a reprodução agroecológica nas encostas. Em paralelo, práticas como memória e turismo comunitário, saúde menstrual, agrofloresta e criação de aves de pequeno porte expandem o horizonte da agroecologia ao inscrevê-la em dimensões de cuidado, gênero, biodiversidade e adaptação climática. Se as primeiras garantem condições de estabilidade, as segundas abrem frentes de inovação e politização, projetando a agroecologia urbana popular para além do cultivo.

### **3.4.1. Práticas transversais**

Nas encostas de Medellín, o núcleo de práticas transversais que sustenta a agroecologia urbana popular é composto principalmente pela compostagem e pela elaboração de biopreparados, voltados ao manejo ecológico do solo e ao controle biológico de pragas e doenças. A esse conjunto somam-se a vermicultura, presente em cerca da metade das experiências documentadas, e em menor medida, iniciativas de comercialização, incorporadas de forma pontual e uma estratégia coordenada. Em conjunto, essas quatro práticas configuram o repertório mais recorrente entre hortas comunitárias e familiares da borda urbano-rural, constituindo as condições de base para a reprodução agroecológica e a autonomia produtiva.

#### **3.4.1.1. Compostagem**

Com base nas experiências analisadas, a compostagem está presente na grande maioria das hortas, ainda que com distintos níveis de implementação e permanência. Estima-se que 75% a realizam de maneira ativa e contínua, 20% a praticam de forma esporádica ou a abandonaram, principalmente por limitações de tempo, recursos ou dificuldades na gestão coletiva, e apenas 5% não registram experiência nessa prática. Isso indica que, ainda que quase todas as hortas tenham experimentado a compostagem, a consolidação de um sistema estável e bem gerido continua sendo um desafio, especialmente naquelas com menor coesão organizativa ou acesso à infraestrutura.

Predominam métodos artesanais e de baixa tecnificação, o que expressa tanto a escassez de recursos quanto a lógica de autogestão que caracteriza as hortas das encostas. Essa simplicidade não deve ser lida como limitação técnica, mas como uma adaptação criativa às condições urbanas precárias, que garante viabilidade, baixo custo e apropriação comunitária. Mesmo as variações observadas (pilhas, caixas, covas ou sistemas domiciliares) reforçam a ideia de que a prática é menos uma padronização técnica e mais uma linguagem coletiva de manejo que se adapta a diferentes contextos sociais e espaciais.

No contexto das hortas, a prática da compostagem se articula em torno de um eixo comum de gestão descentralizada e comunitária dos resíduos orgânicos para o fechamento dos ciclos de nutrientes. Esse fechamento configura-se como uma dimensão ecológica, na medida em que as hortas transformam um problema urbano, como a acumulação de resíduos, em uma oportunidade para fortalecer a autonomia produtiva.



*Figura 17. Esquerdo: Compostagem familiar. Direita: CCTRO Ecohuertas Las Tinajas*

De forma pontual, uma experiência apresenta maior grau de tecnificação, a Ecohorta Las Tinajas na Comuna 8, fortalecida pelo acompanhamento da Secretaria do Meio Ambiente, evidenciando que a assistência técnica e o acesso a recursos melhoram a eficiência e a qualidade da compostagem. Na experiência do Centro Comunitário de Transformação de Resíduos Orgânicos (CCTRO), evidencia que a articulação entre comunidades e instituições pode ampliar a eficiência e a escala sem comprometer a autogestão. O CCTRO, ao receber resíduos do bairro e transformá-los em insumos, mostra o potencial da compostagem como infraestrutura comunitária de gestão ambiental, que reduz a pressão sobre os aterros sanitários e projeta a agroecologia para além da escala da horta, como serviço socioecológico urbano.

Assim, mais do que uma técnica de adubação, a compostagem constitui um marcador da identidade agroecológica das encostas. Ela condensa princípios de sustentabilidade, cooperação e inovação popular, ao mesmo tempo em que projeta as hortas como espaços de produção de bens comuns urbanos.

#### **3.4.1.2. Biopreparados: Controle biológico e biofertilizantes**

O uso de biopreparados e biofertilizantes é uma prática amplamente difundida, presente em 13 dos 15 processos analisados, e constitui uma estratégia integral de manejo ecológico de cultivos que combina controle biológico e nutrição vegetal, e constitui uma das estratégias mais emblemáticas da agroecologia urbana popular. Mais do que substituir insumos químicos, trata-se de um núcleo de soberania tecnológica, no qual comunidades produzem seus próprios recursos a partir de plantas medicinais, aromáticas e microrganismos de montanha. Esse caráter endógeno e participativo revela a capacidade das hortas

de reinventar conhecimentos tradicionais e adaptá-los às condições urbanas, configurando um processo de experimentação permanente.

O manejo de biopreparados reforça três dimensões centrais da agroecologia urbana popular: (a) a autonomia produtiva, ao reduzir a dependência de insumos externos e fortalecer o fechamento de ciclos locais; (b) a circulação de saberes, pois a preparação coletiva de insumos fomenta encontros, oficinas e intercâmbios; e (c) a prevenção integrada, ao promover alelopatia e manejo ecológico de pragas e doenças de maneira antecipatória.

Embora se observe uma grande diversidade de formulações e técnicas, o ponto analítico não está nas receitas em si, mas no que elas expressam: a construção de uma infraestrutura popular de conhecimento agroecológico. Biofábricas comunitárias, hortas que cultivam espécies repelentes e a incorporação de plantas medicinais no desenho dos canteiros mostram que os biopreparados se tornaram, ao mesmo tempo, uma prática agrícola, pedagógica e política. Eles materializam a defesa da saúde coletiva e da biodiversidade, ao mesmo tempo em que territorializam saberes agroecológicos, fruto tanto de processos formativos com universidades, ONGs e entidades públicas, quanto de intercâmbios entre agricultores, o que tem permitido adaptar receitas e dosagens às condições locais.

Esse achado aporta evidências ao debate sobre agroecologia urbana, mostrando que, em periferias urbanas do Sul Global, o manejo agroecológico de pragas e a fertilização podem converter-se em um processo de territorialização do conhecimento agroecológico, integrando objetivos produtivos, ecológicos e políticos.

#### **3.4.1.3. Vermicultura ou Minhocário**

A vermicultura foi implementada em pouco mais da metade das hortas estudadas (8 das 15 experiências), ainda que de forma irregular e nem sempre contínua. Essa variação revela que a prática, embora relevante, não é central como a compostagem ou os biopreparados, mas cumpre um papel complementar na construção da resiliência produtiva. Seu atrativo está no fato de utilizar materiais de baixo custo e fácil acesso, o que favorece a apropriação comunitária e a viabilidade em contextos urbanos marcados pela escassez.

Mais do que pela produção de húmus e lixiviados, a importância da vermicultura está em sua dimensão pedagógica. Frequentemente incorporada em oficinas e processos de capacitação, ela funciona como ferramenta de demonstração prática, permitindo que participantes repliquem a técnica em seus lares e em outros espaços comunitários. Nesse sentido, o minhocário atua como um

dispositivo de circulação territorial de saberes, expandindo o alcance da agroecologia para além da escala da horta coletiva. Assim, mesmo que pontual e intermitente, a vermicultura reforça a lógica de uma agroecologia adaptativa e pedagógica, que não se limita a resultados produtivos imediatos, mas investe na formação comunitária e na replicabilidade.



*Figura 18. Minhocário*

#### **3.4.1.4. Comercialização**

A comercialização aparece nas hortas do BUR NOR de forma pontual e fragmentada, funcionando mais como complemento do autoconsumo do que como estratégia consolidada. Predominam vendas ocasionais de excedentes, participação esporádica em feiras e mercados camponeses, trocas comunitárias e experiências isoladas de produtos transformados, como plantas medicinais, suculentas ou café. Essa dispersão revela tanto o limite da dimensão econômica da agroecologia urbana popular quanto seu potencial de fortalecimento futuro.

Mais do que ausência de mercado, o que se observa é a inexistência de uma estratégia territorial de comercialização. As cadeias curtas que se formam dependem de convites externos, contatos pessoais ou projetos institucionais, o que cria vínculos frágeis e intermitentes. O caso mais estável identificado foi a articulação do Jardim Circunvarar com o Mercado de La Presidenta, mediada pela Fundação Salvaterra, que mostrou como a mediação institucional pode abrir portas para mercados urbanos sem diluir o caráter agroecológico. Ainda assim, a experiência também evidenciou os riscos da dependência de aliados externos, bem como a necessidade de maior autonomia logística e organizativa.



*Figura 19. Comercialização de plantas medicinais e café orgânico*

Analiticamente, a comercialização expõe um paradoxo: de um lado, demonstra a centralidade do autoconsumo e da segurança alimentar local como prioridade das hortas; de outro, aponta para a urgência de consolidar canais econômicos estáveis. A ausência de organização formal, a descontinuidade institucional e a intermitência produtiva impedem a consolidação de circuitos estáveis. Daí a necessidade de explorar modelos mais estruturados, como cooperativas de comercialização ou plataformas logísticas, que preservem os valores de proximidade e reciprocidade. Nesse sentido, a comercialização, ainda incipiente, representa menos um fim em si mesmo e mais uma fronteira de inovação para as multitudes agroecológicas, capazes de projetar-se para além da escala doméstica e comunitária, sem perder seu caráter popular e territorial.

### **3.4.2. Práticas particulares: expressões diferenciadas da agroecologia urbana**

Junto ao núcleo de práticas comuns, emergem práticas particulares que respondem a especificidades temáticas, políticas ou territoriais de certos processos organizativos. Embora não sejam generalizáveis, enriquecem o repertório agroecológico e evidenciam a capacidade de adaptação da agroecologia urbana em Medellín a contextos e subjetividades diversas. A diversidade dessas experiências confirma que não estamos diante de um modelo técnico homogêneo, mas de um campo dinâmico no qual a agroecologia se adapta às subjetividades e lutas de cada coletivo. Nesse horizonte, destacam-se apostas como a criação de aves de pequeno porte, os percursos de memória

e o turismo comunitário, a culinária experimental, a saúde menstrual e a agrofloresta, que projetam a horta para além da produção de alimentos e a consolidam como espaço de resistência, experimentação política e construção territorial.

#### **3.4.2.1. Práticas de memória e turismo comunitário nas hortas**

Nas hortas do BUR NOR emergem múltiplas formas de ativação da memória territorial e de pedagogia popular, que configuram espaços de ressignificação simbólica, reconstrução identitária e, em alguns casos, sustentabilidade econômica. A memória atua como eixo articulador, conectando trajetórias de vida marcadas pelo deslocamento e pela violência com o território e os saberes de origem camponesa. Na Horta de Pinares de Oriente, por exemplo, o deslocamento forçado motivou a criação do projeto agroecológico como forma de “restauração da dor”, expressa no cultivo de plantas medicinais e no protagonismo das mulheres que lideram o processo. Na Horta Menstrual, no bairro Carambolas, a memória é reinterpretada a partir de uma perspectiva feminista e medicinal, por meio do “círculo da dor menstrual” e do uso terapêutico de plantas, reafirmando a horta como espaço de cuidado, cura e construção coletiva de sentido.

Nesse contexto, o turismo comunitário se consolida como estratégia de reterritorialização e de visibilização das práticas agroecológicas, para além de sua dimensão econômica ou recreativa. Configura-se como ferramenta pedagógica que transforma a dor em relato, o deslocamento em pertencimento. A Horta de Pinares é pioneira nessa linha, com um coletivo de mulheres guias que oferecem percursos estruturados, tem alianças com agências turísticas e atividades culinárias baseadas em produtos locais. Esses roteiros integram técnicas agroecológicas, processos de enraizamento e de cura emocional, constituindo-se em instrumentos de produção de memória e de consciência social. De modo semelhante, na Horta Escola Ester Vásquez, os percursos concluem com rituais de plantio e entrega de mudas, fortalecendo a conexão simbólica com a terra e com os saberes tradicionais. Por sua vez, o Café Tintoretto, no bairro La Sierra, evidencia uma experiência híbrida que combina turismo comunitário e empreendimento familiar. Através de vivências sobre o processo do café, esse espaço contribui para revalorizar o trabalho agrícola. Ainda em meio a uma lógica mais próxima do comercial, prioriza-se o componente educativo em torno do café.

Mais do que buscar reconhecimento externo, ao abrir suas portas ao turismo comunitário as hortas se fortalecem internamente como espaços de ação coletiva e experimentação política. Essas práticas tornam visíveis saberes, trajetórias e lutas que frequentemente permanecem invisibilizados, e projetam

as hortas como escolas vivas, onde o comunitário se exerce e se reinventa permanentemente. Longe de constituírem elementos acessórios, a memória e o turismo comunitário são componentes centrais da consolidação das multidões agroecológicas, pois ampliam a agroecologia urbana para dimensões simbólicas, educativas e de resistência territorial.

#### **3.4.2.2. Criação de aves: frangos e galinhas**

A criação de aves de pequeno porte, como galinhas e frangos, aparece em algumas hortas do BUR NOR como prática complementar à produção vegetal. Embora não seja generalizada, sua presença contribui para diversificar a dieta, ampliar a autonomia alimentar e reduzir a dependência de mercados externos. Uma das experiências mais destacadas nesse sentido é a das Hortas da Paz, onde a criação de aves integra uma aposta pela soberania alimentar, já que são fonte de proteína animal, seja pela carne, seja pelos ovos. De forma semelhante, o Cabildo Cointanube desenvolve a criação de galinhas poedeiras como parte de um projeto que integra dimensões produtivas e organizativas.

Em ambos casos, a atividade se articula com processos de reparação coletiva impulsionados pela Unidade de Vítimas. Mais do que uma função produtiva, a criação de aves adquire um caráter simbólico e político. Ela se conecta a processos de cuidado e de reconstrução social em comunidades marcadas por deslocamento forçado e violência, funcionando como prática de cura territorial. A alimentação das aves com resíduos orgânicos, assim como a construção de galinheiros com materiais reciclados, mostra a capacidade de transformar precariedade em recurso e de inscrever a produção animal em lógicas de sustentabilidade urbana.

#### **3.4.2.3. Práticas de saúde menstrual**

A Horta Menstrual, localizada no bairro Carambolas, constitui uma das experiências mais singulares da agroecologia urbana em Medellín, ao articular produção agroecológica com saúde comunitária e perspectiva feminista. A partir do Círculo da Dor Menstrual, desenvolveu-se um espaço de experimentação fitoterápica e terapêutica que utiliza plantas medicinais cultivadas na própria horta para o acompanhamento do ciclo menstrual. Essa prática ressignifica o cultivo como forma de cuidado coletivo, conectando corpo, território e conhecimento popular.

Da mesma forma, desenvolvem-se iniciativas de economia comunitária, como a produção de plantas ornamentais para comercialização, a elaboração e a venda de bolsas com estampas botânicas, cuja renda possibilita a manutenção do espaço e busca retribuir o trabalho de cuidado geralmente invisibilizado nas

dinâmicas das hortas. Soma-se a isso o kit menstrual, um espaço permanente na sede que oferece plantas e medicamentos com propriedades anti-inflamatórias e analgésicas, pensado para acompanhar os ciclos menstruais das mulheres da comunidade, especialmente em contextos de precariedade. Essa estratégia é complementada pela prática da “toalha solidária” nos banheiros, que democratiza o acesso a produtos de higiene menstrual.



*Figura 20. Kit menstrual e toalha solidaria*

A saúde menstrual enquanto prática agroecológica introduz um elemento de inovação política e epistemológica. Primeiro, porque amplia a agroecologia para o campo da saúde, configurando uma agroecologia do cuidado expandido que integra dimensões corporais e territoriais. Segundo, porque politiza a experiência feminina em territórios populares, transformando o manejo do ciclo menstrual em prática coletiva de resistência e dignidade. Essas práticas, sustentadas por mulheres deslocadas com saberes camponeses e desenvolvidas em contextos urbano populares, reafirmam que a agroecologia urbana é também uma pedagogia feminista do cuidado. Finalmente, porque mobiliza vínculos afetivos que consolidam multidões agroecológicas, nas quais as hortas se convertem em infraestruturas de cura e reexistência em meio à precariedade urbana.

#### **3.4.2.4. Cozinha e culinária**

As iniciativas de cozinha e de produção de alimentos saudáveis desenvolvidas em Pinares de Oriente e na Horta Escola Ester Vásquez constituem formas criativas de valorização da produção agroecológica local. Em ambos casos, o preparo coletivo de alimentos configura-se como uma estratégia de apropriação cultural da agroecologia urbana, que promove o autoconsumo e reconfigura os vínculos sociais por meio do ato de cozinhar, compartilhar e nutrir.

Em Pinares de Oriente, a cozinha *Raíces Campesinas* transforma excedentes e cultivos não convencionais, como plantas medicinais ou aromáticas, em pratos saudáveis, integrando essa prática a processos pedagógicos e ressignificando a cozinha como exercício de cuidado coletivo. Na Horta Escola Ester Vásquez, a dimensão culinária foi incorporada como ferramenta educativa, em que o preparo de alimentos com produtos próprios possibilita a transmissão de saberes tradicionais. Uma de suas expressões mais significativas foi a criação de um restaurante comunitário autogestionado, experiência efêmera, já que foi finalizada na pandemia, na qual os produtos da horta se transformaram em pratos saudáveis e acessíveis.

Essas experiências ampliam o horizonte da agroecologia ao articular produção, transformação e consumo em chave territorial e pedagógica. Ao politizar a cozinha como espaço coletivo, as hortas reafirmam a agroecologia como um campo híbrido, que entrelaça dimensões materiais, simbólicas e culturais. A culinária comunitária, nesse sentido, contribui para a consolidação das multidões agroecológicas, ao fortalecer identidades territoriais, promover economias solidárias e reconfigurar a alimentação como direito e prática de resistência urbana.

#### **3.4.2.5. Agrofloresta**

Um exemplo significativo encontra-se na Horta Escola El Faro, onde a agrofloresta se integra a uma agroecologia com forte dimensão política e territorial. Esse processo combina formação técnica com um claro compromisso na defesa do território.

No contexto do BUR NOR, marcado pela pressão urbanística e pela perda de solos produtivos, a agrofloresta adquire um valor estratégico. Não apenas mantém e diversifica a produção de alimentos, como também regenera solos degradados e preserva funções ecossistêmicas essenciais. Sua implementação cumpre uma dupla função: ecológica, ao favorecer a cobertura vegetal, melhorar a fertilidade, reter umidade e promover a biodiversidade; e político-pedagógica, ao demonstrar que a borda pode se constituir como um território produtivo e resiliente.

Dessa forma, a experiência em El Faro fortalece seu caráter de escola viva e oferece um modelo replicável para outras iniciativas que enfrentam desafios similares. Assim, a agrofloresta transcende a escala local para converter-se em uma ferramenta de construção de capacidades coletivas orientadas ao manejo sustentável e à defesa do território, mas também consolida as multidões agroecológicas como atores políticos capazes de disputar usos do território, reivindicando o direito de permanecer e produzir nas encostas de Medellín.

#### 3.4.2.6. Paca digestora

Também chamada de paca biodigestora, é uma técnica criada pelo tecnólogo florestal colombiano Guillermo Silva Pérez e difundida em diferentes regiões do país. Seu princípio é simples: em vez de deixar os resíduos orgânicos se decompor de forma desordenada, o sistema promove a fermentação anaeróbica desses materiais ao serem compactados em camadas alternadas de restos domésticos e serapilheira dentro de uma caixa de madeira. O resultado é um processo sem odores, sem proliferação de vetores e capaz de transformar o chamado *lixo orgânico* em solo fértil rico em matéria orgânica e microrganismos recicladores. No BUR NOR de Medellín, algumas hortas comunitárias têm incorporado a paca digestora como alternativa à compostagem convencional, ampliando as possibilidades de manejo sustentável de resíduos em contextos urbanos precários.

A paca expressa o caráter inovador, criativo e situado da agroecologia popular colombiana. Ao mesmo tempo em que se insere em um repertório de tecnologias sociais, sua implementação nas encostas de Medellín revela a capacidade das hortas de adaptar práticas globais ou nacionais às realidades locais. Além de oferecer uma solução técnica de baixo custo e alta eficiência, a paca é também uma prática pedagógica e cultural, pois frequentemente envolve mutirões comunitários marcados por gestos lúdicos, como saltar e dançar sobre a caixa para compactar as camadas. Dessa forma, a técnica não apenas transforma resíduos em recurso produtivo, mas também reconfigura a relação das comunidades com seus territórios, consolidando as hortas como infraestruturas populares de cuidado.

Em conjunto, essas práticas se articulam de forma complementar: as transversais asseguram as condições de base (insumos, fertilidade, circulação de nutrientes), enquanto as particulares abrem frentes de inovação (memória, feminismo, turismo comunitário, agrofloresta). Esse repertório revela uma agroecologia do cuidado, que ultrapassa a produção de alimentos e se projeta para o corpo, a memória e o território. Assim, a saúde menstrual ressignifica a horta como espaço de cura comunitária; os percursos de memória convertem dor em pertencimento; e a agrofloresta defende os solos frente à pressão urbana. A agroecologia urbana popular, portanto, não se define apenas pelo que cultiva, mas pela maneira como tece relações de cuidado integral.

#### 3.5. Sentidos e concepções do agroecológico nas hortas urbanas

Diante da pergunta *Por que a horta é considerada agroecológica?* os entrevistados convergem em defini-la a partir de suas práticas concretas,

organizáveis em dimensões técnicas, ambientais, epistemológicas e socioculturais. No entanto, a maneira como essas práticas são nomeadas e compreendidas varia significativamente, revelando diferentes formas de apropriação conceitual. Um 45% dos entrevistados empregam o termo *horta orgânica*, destacando a ausência de agroquímicos e o uso de fertilizantes naturais, compostagem e práticas de cuidado ambiental, sem associá-lo necessariamente a um marco agroecológico. Por sua vez, um 25% se autodefinem como parte de uma *horta agroecológica*, integrando não apenas práticas sustentáveis de produção, mas também dimensões sociais, culturais, educativas e políticas, tais como o trabalho comunitário, a soberania alimentar e a formação popular. Já 30% não utilizam nenhuma dessas denominações, preferindo termos como *horta*, *ecohorta* ou *cultivo*, embora adotem práticas compatíveis com a agroecologia.



Figura 21. Horta El Pacífico e a cidade de Medellín no fundo

O primeiro elemento destacado é a rejeição ao uso de agroquímicos. A renúncia explícita a fertilizantes e pesticidas sintéticos legitima essas hortas como agroecológicas, inscrevendo-as em uma ética de cuidado ambiental e sanitário. Essa decisão responde a uma crítica aos efeitos tóxicos desses insumos sobre a saúde humana e os ecossistemas e, no contexto das encostas de Medellín, adquire um caráter contra-hegemônico, pois prioriza o cuidado do solo, dos corpos e das comunidades, especialmente quando os cultivos são destinados ao autoconsumo familiar ou comunitário. Em uma dimensão técnica, essa rejeição se traduz na exclusão de agrotóxicos, o que implica uma transição para manejos agroecológicos baseados em conhecimentos locais e práticas de baixo impacto. Essa orientação implica uma série de aprendizagens e adaptações sobre o manejo de cultivos em condições urbanas. Ambientalmente, essa escolha contribui para reduzir a contaminação do solo e da água, assim como para preservar a biodiversidade e regenerar ecossistemas urbanos. No plano

epistemológico, representa uma crítica ao paradigma agrícola dominante e a revalorização de saberes camponeses e populares. Já na dimensão sociocultural, constitui um ato de defesa do direito à alimentação saudável, transformando a horta em espaço de saúde comunitária.

Um segundo argumento recorrente é a produção de adubos orgânicos pela compostagem e pelo uso de insumos locais. Essas práticas regeneram o solo, aumentam sua matéria orgânica e fortalecem a soberania dos horticultores sobre seus processos produtivos. Tecnicamente, permitem fechar ciclos de nutrientes, reduzir a dependência de insumos externos, diminuir a pressão sobre os sistemas de coleta de resíduos, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e recuperam solos degradados. E epistemologicamente, revalorizam o conhecimento técnico-popular sobre solos e vida microbiana, construindo um saber agroecológico situado, relacional e coletivo.

O terceiro elemento central é o controle ecológico de pragas. Em vez de pesticidas sintéticos, utilizam-se biopreparados artesanais, infusões de plantas repelentes e estratégias de controle biológico. Essas práticas favorecem a autonomia técnica e recuperam conhecimentos camponeses e populares transmitidos em processos comunitários, configurando uma tecnologia social que fortalece as capacidades locais. Ambientalmente, reduzem a toxicidade nos ecossistemas urbanos, promovem o equilíbrio ecológico e potencializam manejos diversificados por meio da alelopátia ou do plantio intercalado com plantas aromáticas. Sob uma perspectiva epistemológica, os biopreparados articulam saberes populares com aportes da agronomia, consolidando formas comunitárias de apropriação do conhecimento técnico. No plano social seu uso fomenta a troca de receitas e o empoderamento, especialmente das mulheres, que em muitos casos lideram a preparação e aplicação desses insumos.

Assim, as diferentes formas de nomear e entender a agroecologia expressam tanto os saberes técnicos e ambientais construídos no cotidiano das hortas quanto os valores sociais e políticos que orientam a ação coletiva nesses territórios. Essa multiplicidade de concepções revela que a agroecologia constitui um campo de significados em disputa, no qual se articulam práticas de cuidado ambiental, estratégias de resistência comunitária e projetos de transformação territorial. Ao mesmo tempo, evidencia que a construção do agroecológico é um processo dinâmico e situado, resultante da interação entre práticas produtivas, saberes populares e lutas por reconhecimento.

# 4

**Construção do tecido social e organizativo nas Multidões agroecológicas do BUR NOR**

# CAPÍTULO 4.

## Construção do tecido social e organizativo nas Multidões agroecológicas do BUR NOR

---

### 1 Tecido social e subjetividades



- 1.1 Participantes dos processos agroecológicos
- 1.2 Motivações para participar
- 1.3 Trajetórias de vida das horticultoras

### 2 Processos de coesão social



- 2.1 Redes de solidariedade
- 2.2 Trajetória de vida das organizações
- 2.3 Diversificação organizativa

### 3 Práticas organizativas



- 3.1 Dinâmicas de articulação
- 3.2 Comunicações
- 3.3 Processos de formação

Este capítulo é construído a partir da análise das entrevistas e dos grupos focais associados à categoria *Criação de Multidões Agroecológicas*, correspondente ao eixo 2 social-organizativo da pesquisa. Seu propósito é caracterizar a construção do tecido social que sustenta as hortas e organizações comunitárias, centrando o olhar em como, a partir da prática, as comunidades têm tecido vínculos e formas de organização que promovem a autonomia e a solidariedade como princípios de ação.

A análise parte da hipótese de que a agroecologia urbana e popular conforma redes de reciprocidade, subjetividades e estruturas organizativas capazes de sustentar a ação coletiva. Esse processo se desenvolve em três planos inter-relacionados: um, o tecido social e as subjetividades, onde se analisam as características dos participantes dos processos, suas motivações e trajetórias; dois, a coesão social e as redes de reciprocidade, que expressam os vínculos compartilhados; e três, as ações coletivas das organizações, que evidenciam as formas concretas de organização, comunicação e formação. Em conjunto, esses níveis permitem compreender como o pessoal se transforma em político e como o ato de semear se converte em uma prática de emancipação territorial.

#### **4.1. Tecido social e subjetividades**

Este tópico se estrutura em três níveis complementares: em primeiro lugar, caracterizam-se os grupos populacionais que participam das hortas, como base humana e relacional do processo; em segundo lugar, exploram-se as motivações que impulsionam a participação, nas quais a prática agroecológica se revela como uma experiência de bem-estar, aprendizado e transformação; e, por fim, analisam-se as trajetórias de vida das pessoas, por meio das quais a horta se converte em um espaço de cura, memória e liderança situada.

Essa sequência permite observar como o tecido social se configura a partir das experiências individuais em direção às formas relacionais e coletivas que sustentam os processos comunitários. O tecido, aqui, não é uma metáfora, mas uma prática viva que entrelaça vínculos, afetos e saberes, revelando a capacidade das comunidades de reconstruir a vida a partir da terra em meio de contextos urbanos.

A partir de uma leitura sociológica, o tecido social pode ser compreendido por meio de três dimensões interdependentes que se retroalimentam: a dimensão relacional, expressa nos vínculos humanos e nas formas de pertencimento que sustentam a participação; a dimensão afetiva, que se manifesta nas experiências de cuidado, cura e recomposição do laço social derivadas do trabalho

compartilhado com a terra; e a dimensão subjetiva, na qual a participação gera identidades, motivações e projetos de vida vinculados ao território.

Em conjunto, essas três dimensões configuram um processo social vivo, em constante transformação. A agroecologia, mais do que uma técnica, converte-se assim, em uma estratégia de reconstrução do tecido social e de afirmação territorial desde baixo, onde as pessoas, suas motivações e trajetórias se entrelaçam na criação das multidões agroecológicas urbanas.

#### **4.1.1. Características dos participantes dos processos**

As hortas reúnem uma ampla diversidade de atores sociais, cujas histórias, idades e trajetórias de vida configuram a base humana do tecido social agroecológico. Aqui se caracterizam aqueles e aquelas que sustentam cotidianamente esses processos, a fim de compreender como, por meio de sua participação, a agroecologia se converte em um espaço de enraizamento, cuidado e reconstrução comunitária nas encostas da cidade.

As experiências analisadas são marcadas por histórias de deslocamento forçado, reassentamento e reconstrução de vínculos com a terra. A maioria das pessoas participantes provém de contextos rurais camponeses ou são vítimas do conflito armado, o que confere às hortas um forte sentido de continuidade cultural e de reparação identitária. Ao transpor seus saberes agrícolas para o contexto urbano, essas famílias transformam espaços de marginalidade em territórios de vida, onde cultivar significa não apenas produzir alimentos, mas também reconstruir comunidade e pertencimento.

As hortas representam espaços de re-territorialização, onde os camponeses deslocados recriam suas práticas e saberes em meio à cidade. As hortas funcionam como pontes de memória que conectam as trajetórias rurais às condições urbanas, atualizando práticas herdadas, como o uso de ferramentas tradicionais, os fogões a lenha, o intercâmbio de sementes e a organização do trabalho coletivo, que adquirem novos significados no contexto urbano.

Em termos de composição etária e de gênero, predomina a participação de mulheres adultas e idosas, muitas delas chefes de família. Esse protagonismo feminino, reiterado em quase todas as experiências, responde tanto a uma necessidade material, como é garantir o alimento do lar, quanto a uma decisão política orientada ao cuidado e à sustentabilidade comunitária. As mulheres são, nesse sentido, as principais portadoras do tecido social: organizam, sustentam e educam, fazendo da horta um espaço de empoderamento.



*Figura 22. Horticultoras do BUR NOR*

A agroecologia nas encostas de Medellín configura-se como um campo de ação profundamente feminizado, no qual o trabalho de cuidado deixa de se restringir ao espaço doméstico e se converte em prática coletiva e política. No BUR NOR, as horticultoras não apenas garantem a alimentação familiar, mas também sustentam redes de apoio mútuo que fortalecem o tecido comunitário: coordenam jornadas, organizam a rotina das hortas, articulam parcerias e conduzem processos pedagógicos. Por isso, a horta opera como uma extensão comunitária do cuidado e como plataforma de liderança territorial, cujo protagonismo se projeta para além do cultivo, reaparecendo em organizações de vítimas, moradia e meio ambiente, evidenciando que a liderança feminina constitui um traço estrutural das dinâmicas organizativas nas encostas.

Essa participação majoritária deve ser compreendida não apenas como resposta a uma sobrecarga histórica do trabalho reprodutivo, mas como uma reapropriação política desse trabalho. Nesse sentido, a horta opera como um espaço onde o cuidado se coletiviza. Quatro entrevistadas observam que, quando as mulheres se retiram do processo, as hortas são abandonadas ou

mudam de uso; daí que a sustentabilidade dessas experiências dependa, em grande medida, do trabalho feminino.

A participação masculina é minoritária e se manifesta de forma pontual em experiências como a de Villa Turbay, onde um grupo de homens deslocados se articula em torno do trabalho agrícola, reivindicando sua identidade camponesa. No entanto, essas experiências ainda são excepcionais dentro do panorama geral, no qual os homens costumam ocupar papéis secundários ou intermitentes. Em contraste, começam a se tornar visíveis casais adultos que cultivam conjuntamente, o que introduz uma dimensão familiar significativa na organização das hortas.

A dimensão geracional constitui um dos aspectos mais críticos do tecido social, uma vez que a maioria dos horticultores é adulto ou idoso. Esse envelhecimento organizativo representa o risco de uma perda progressiva dos saberes camponeses, caso não se consolide um processo de renovação geracional. Embora existam iniciativas que envolvem crianças, adolescentes e jovens, como as cirandas infantis, seu alcance ainda é limitado. As dificuldades de engajamento juvenil decorrem de fatores como a falta de incentivos e a distância simbólica entre as novas gerações urbanas e o trabalho com a terra.

Por outro lado, um dos achados mais consistentes é a preocupação com a sustentabilidade geracional das hortas e organizações comunitárias. O predomínio de pessoas idosas, muitas delas fundadoras do processo, coloca em risco a perda de saberes e o enfraquecimento do tecido social no médio prazo. Embora existam iniciativas incipientes de formação ambiental voltadas a crianças, adolescentes e jovens, seu alcance ainda é limitado diante do envelhecimento da base organizativa. Daí a urgência de fortalecer pedagogias intergeracionais que articulem os saberes camponeses com as motivações, linguagens e sensibilidades das novas gerações urbanas. A continuidade das hortas dependerá, portanto, da capacidade das organizações de transmitir conhecimento e sentido de pertencimento em um contexto urbano.

Nesse marco, as cirandas infantis e juvenis emergem como estratégias centrais de educação ambiental, renovação geracional e enraizamento territorial. Por meio delas, as organizações buscam diversificar lideranças e consolidar redes solidárias que mantenham viva a organização como projeto de vida. Esses espaços fortalecem o vínculo de crianças, adolescentes e jovens com a terra, com as práticas de cuidado e com a memória, contribuindo para a sustentabilidade social dos processos no médio prazo.



Figura 23. Ciranda Infantil Semillas de Vida, Comuna 8: Fonte: Huerta Escuela El Faro

As experiências analisadas mostram que as cirandas funcionam como espaços de continuidade social e pedagógica, com diferentes graus de formalização, mas com um mesmo horizonte: vincular as novas gerações ao cuidado ambiental e à defesa do território. Entre seus traços mais destacados encontra-se a pedagogia do vínculo e do fazer. Semear, preparar o solo ou visitar outras hortas são atos que combinam aprendizado sensorial e sentimento de pertencimento. Mais do que ensinar técnicas agrícolas, esses espaços formam sensibilidade ecológica e consciência da interdependência entre natureza e comunidade.

Um exemplo paradigmático desse processo é a ciranda *Semillas de Vida*, vinculada à Horta Escola El Faro. Iniciada em 2021, o grupo reúne atualmente cerca de trinta participantes, que se encontram a cada quinze dias. Sua metodologia integra temas ambientais e sociais, como soberania alimentar, gestão da água e do risco, com práticas de semeadura e cuidado do território. O acompanhamento de lideranças locais e profissionais sociais tem permitido consolidar esse espaço de sensibilização ambiental e formação política precoce.

Em síntese, as cirandas constituem núcleos de recomposição do tecido social, pois não apenas garantem a renovação geracional, mas também produzem subjetividades, afetos e saberes situados que sustentam a vida comunitária. Representam a dimensão mais esperançosa do processo: a das sementes

humanas que, a partir das margens urbanas de Medellín, preservam a possibilidade de futuro para a terra e para a comunidade.

#### **4.1.2. Motivações para participar**

As hortas das encostas de Medellín constituem espaços onde se entrelaçam dimensões pessoais, sociais e políticas da experiência agroecológica. Os depoimentos coletados mostram que o cultivo urbano não responde apenas a uma necessidade material, mas produz subjetividades, vínculos e horizontes coletivos. As motivações para participar, as mudanças percebidas e a influência cotidiana das hortas formam um continuum de sentidos que são analisadas de maneira articulada.

No que diz respeito à influência das hortas na vida pessoal, os relatos analisados indicam que elas aparecem sobretudo como espaços de bem-estar e recomposição subjetiva, mais do que como unidades de produção agrícola. A palavra mais recorrente é “terapia”, entendida não no sentido clínico, mas como uma prática de autocuidado e equilíbrio emocional. Em diferentes experiências, as participantes e os participantes afirmam que o trabalho com a terra lhes permite enfrentar a dor, o estresse ou o luto. Uma horticultrice resume assim essa vivência: *“A gente entra em contato com a terra e isso gera saúde; a doença vai embora, o estresse passa”*. Essas narrativas, atravessadas por histórias de deslocamento, perda familiar e desenraizamento, evidenciam que a agricultura urbana pode funcionar como um dispositivo de cura corporal e espiritual.

Essa dimensão terapêutica se articula a uma dimensão identitária. Para aproximadamente 70% das experiências, a horta representa uma possibilidade de reconectar-se com aquilo que eram, uma forma de reconstruir a continuidade com seu passado camponês. Em contextos urbanos, as hortas reativam práticas agrícolas herdadas e saberes familiares, e o contato com o ambiente natural reforça a percepção de bem-estar.

Do mesmo modo, a experiência nas hortas produz uma abertura para o coletivo. Pessoas que antes se definiam como tímidas ou restritas à vida doméstica encontram na horta um espaço de socialização e protagonismo. Por exemplo, na Horta Menstrual e Horta Escola Ester Vasquez, mulheres que começaram ajudando em tarefas básicas hoje coordenam grupos, gerenciam recursos ou lideram atividades. Essa transição do privado ao comunitário representa um passo na construção de subjetividades, ao ampliar a participação social e gerar reconhecimento dentro do tecido comunitário.

Além disso, os relatos indicam que a participação nas hortas desencadeia transformações na forma de habitar o território e de se reconhecer como sujeito coletivo. Três dimensões de mudança se destacam nos relatos: em primeiro lugar, observa-se uma mudança na posição subjetiva, pois os participantes começam a se reconhecer como horticultores, líderes ou educadoras e educadores populares. Essa passagem de receptores de assistência a produtores de conhecimento marca um processo de empoderamento que reafirma o valor dos saberes locais.

Em segundo lugar, evidencia-se uma transformação na relação com o território. Aquilo que antes era percebido apenas como um bairro periférico passa a ser ressignificado como um lugar de pertencimento, identidade e orgulho. Experiências como Tintoretto e Horta Escola Ester Vasquez se propõem a “*mudar a imagem do bairro*” e a demonstrar que, em territórios historicamente estigmatizados, também se cultiva e se ensina. Assim, o cultivo se converte em um instrumento de reapropriação simbólica e política do espaço, que habilita as comunidades como interlocutoras legítimas nos debates sobre planejamento e justiça territorial.

Por fim, a participação nas hortas amplia o horizonte de futuro. Os horticultores expressam o desejo de transmitir o que aprenderam, fortalecer as cirandas, consolidar redes intercomunais e garantir a continuidade das práticas agroecológicas. A horta se projeta, assim, como um espaço de aprendizagem intergeracional e de ação climática, no qual o cuidado com a terra se associa à construção de um futuro coletivo: “*Se isso me transformou, também pode transformar outras pessoas*”, afirmou uma participante.

### **Eixos de motivação para participar das hortas**

As motivações que impulsionam a participação nas hortas são diversas, mas todas compartilham um fio condutor: a busca por bem-estar através do vínculo com a terra. A partir dos relatos, é possível identificar cinco eixos que condensam a pluralidade de experiências e de sentidos atribuídos ao trabalho agroecológico.

O primeiro eixo remete à cura pessoal e à superação de lutos, especialmente entre mulheres deslocadas ou marcadas pela violência. Para elas, a horta se converte em um espaço terapêutico e de recomposição emocional: um lugar onde o contato com a terra alivia a dor, devolve energia e permite reconstruir a vida cotidiana após a perda. Expressões como “a horta é minha psicóloga” demonstram como o ato de semear se transforma em prática de cura.

O segundo eixo está relacionado à busca por uma alimentação saudável e pela autonomia alimentar. As hortas surgem como resposta direta à escassez e ao encarecimento dos alimentos, mas também como um exercício de soberania frente à dependência do mercado.

O terceiro eixo refere-se ao cuidado de si e do território. A motivação para participar não se limita aos benefícios materiais, mas responde a uma relação afetiva com o ambiente: cuidar da terra é também cuidar de si e dos outros. A tranquilidade e o prazer que emergem do trabalho na horta se entrelaçam com uma ética do cuidado, visível em práticas como o plantio de árvores, a proteção de nascentes e córregos e a melhoria do microclima nos bairros.

O quarto eixo vincula-se às motivações de aprendizado e educação ambiental. Muitas pessoas se aproximam movidas pela curiosidade ou pelo desejo de aprender novas técnicas, mas logo descobrem que a horta é também uma escola viva. Nela, saberes são trocados, habilidades são fortalecidas e a confiança para falar em público ou assumir responsabilidades coletivas se amplia.

Por fim, o quinto eixo reúne as motivações utópicas ou transformadoras, nas quais a horta se associa à aspiração por uma vida mais justa e digna. Semear é compreendido como um ato de resistência e como afirmação política nas margens da cidade. Os depoimentos revelam o desejo de transformar os territórios, projetando a agroecologia como horizonte de futuro.

Ao longo desses eixos, aparece um elemento que os conecta: a memória camponesa. A origem rural de muitas pessoas e seu saber acumulado sobre o cultivo não constituem um motivo isolado, mas uma raiz que alimenta as motivações. Essa herança, recriada em contextos urbanos, permite que se reconheçam na prática agrícola, afirmem sua identidade e reconfigurem sua relação com o território.

#### **4.1.3. Trajetórias de vida das horticultoras**

A análise das trajetórias de vida das pessoas vinculadas às hortas permite compreender a dimensão humana do processo. Por trás de cada espaço cultivado há histórias de deslocamento, perda, reconstrução e aprendizado coletivo. Essas biografias demonstram que a agroecologia urbana não é apenas uma estratégia produtiva ou ambiental, mas também um processo de transformação subjetiva e social. Por meio do trabalho com a terra, muitas dessas pessoas encontraram um caminho para curar feridas, recuperar raízes camponesas e construir novos sentidos de pertencimento e de comunidade nas encostas da cidade.



*Figura 24. Horticultora Elizabeth, Horta Nuevos Horizontes, Pinares de Oriente, Comuna 8*

A partir das trajetórias analisadas, identificam-se alguns processos emblemáticos que condensam, de forma paradigmática, os modos de construção do sujeito agroecológico nas encostas de Medellín. Esses estudos de caso permitem compreender como certas experiências, ao articular biografia e território, geram formas diferenciadas de liderança e consolidam processos coletivos de maior alcance. As três experiências aqui apresentadas expressam distintas maneiras de habitar, cuidar e politizar a terra a partir da agroecologia urbana e popular.

#### *Comuna 8: Liderança para a articulação*

A experiência de uma das horticultoras de Pinares de Oriente constitui um exemplo emblemático de como uma trajetória de vida atravessada pelo deslocamento, pela ruralidade e pelo trabalho comunitário pode se transformar em uma capacidade de articulação territorial. A pessoa que liderou esse processo não apenas cultivava a terra, mas também traduziu a prática agroecológica em linguagem política. Desde o seu surgimento, em 2008, até o deslocamento forçado por atores armados em 2017, sua atuação se caracterizou por tecer relações entre diferentes escalas que, habitualmente, permanecem desconectadas. A partir do trabalho cotidiano na horta, como espaço de subsistência e soberania alimentar, impulsionaram-se processos organizativos de alcance local e comunal, ao mesmo tempo em que se abriram canais de interlocução com a escala da cidade, especialmente no diálogo com políticas públicas, o Plano de Ordenamento Territorial e espaços acadêmicos.

O que distingue essa liderança é sua capacidade crítica e mediadora. Ela não assume os programas de agricultura urbana como simples ajudas institucionais,

mas os analisa, questiona e reorienta de acordo com as necessidades reais do território. Essa leitura situada converte a horta em um ponto de encontro entre o Estado e a comunidade, sem perder o seu enraizamento local. Trata-se de uma liderança feminil e política, sustentada pela ética do cuidado, pela defesa do direito de habitar e produzir na encosta e pela busca de autonomia coletiva.

Além disso, o processo funcionou como um nó articulador de redes comunitárias na Comuna 8, a partir do qual se irradiaram processos de articulação com outras organizações do território, bem como vínculos com a academia. Este caso demonstra que as multidões agroecológicas não emergem de maneira espontânea: exigem sujeitos capazes de ler o território, conectar experiências dispersas e disputar sentidos sobre o uso da terra.

### *Comuna 3: O núcleo ecofeminista*



*Figura 25. Integrantes Huerta Menstrual. Fonte: @uteravibrantes*

O processo da Horta Menstrual configura-se como uma liderança coletiva na qual diversas trajetórias de vida convergem em torno de uma mesma sensibilidade: o corpo, a terra e o cuidado como territórios interdependentes. Esse núcleo ecofeminista é alimentado por três fios biográficos que se entrelaçam de modo singular: a herança de saberes corporais e de plantas medicinais transmitidos por gerações de mulheres; a formação acadêmica e política vinculada ao

feminismo e à teologia da libertação; e uma leitura territorial do corpo e da saúde em contextos urbanos marcados pela precariedade.

Nesse processo, a horta se converte em um dispositivo pedagógico. A relação entre útero e solo torna-se metáfora e prática: o cuidado com a terra associa-se à cura dos corpos e à sustentabilidade da vida. A experiência demonstra que as lideranças não são apenas organizativas ou administrativas, mas também epistêmicas: as pessoas que dinamizam esse processo elaboram discursos, produzem conhecimento situado e constroem novos marcos de sentido sobre a relação entre território, corpo e comunidade.

A liderança na Horta Menstrual combina diferentes níveis de ação: algumas integrantes politizam o discurso e o articulam com agendas de saúde e feminismo popular; outras tecem vínculos comunitários e acompanham processos de base; e outras mantêm a rotina do espaço por meio de práticas concretas de plantio e compostagem. Essa tríade de lideranças: política, pedagógica e cotidiana, mostra que a agroecologia também pode emergir de uma agenda do cuidado, e não apenas de uma agenda da alimentação, revelando que o humano se converte em fonte de ação política.

#### *Comuna 1: Lideranças complementares*

Na Horta Escola Ester Vásquez, a liderança assume uma forma ecossistêmica e complementar. Aqui não existe uma figura central, mas sim uma rede de papéis diferenciados que garantem a sustentabilidade do processo, permitindo que a horta permaneça viva ao longo do tempo, mesmo diante da ausência de apoios externos ou da rotatividade das pessoas envolvidas.

Dentro do coletivo, identificam-se três dimensões de liderança: a visionária, associada à recuperação do solo e à criação do restaurante comunitário; a do cuidado, que sustenta a rotina diária do espaço e reforça os vínculos de pertencimento; e a técnica, responsável pela gestão, comunicação e articulação com universidades e programas públicos. A força do processo reside nessa interdependência funcional: uma impulsiona, outra sustenta, outra projeta. Esse equilíbrio demonstra que a liderança não se constrói a partir do carisma individual, mas sim da cooperação entre pessoas que assumem diferentes tarefas. Assim, este processo permite refletir sobre a importância política dos trabalhos de cuidado: cozinhar, acompanhar, abrir o espaço ou escutar, pois são gestos cotidianos que constituem o coração mesmo do processo.

A análise comparativa desses três casos permite reconhecer que cada processo encarna uma forma singular de construção do sujeito agroecológico. Apesar das

diferenças, as três experiências convergem em um mesmo horizonte: são as trajetórias pessoais que conferem densidade, sentido e continuidade ao coletivo. Não são os projetos que produzem comunidade, mas as vidas concretas, aquelas que, ao se encontrarem, reconfiguram a horta como um espaço político.

### **Elementos comuns nas trajetórias de vida**

As trajetórias de vida analisadas configuram uma cartografia humana da agroecologia urbana nas encostas. Em conjunto, demonstram que a força do movimento não reside apenas nas hortas, mas nas pessoas que as habitam, sustentam e transformam. Mulheres e homens converteram a dor em projeto, a necessidade em aprendizado e o território em escola de vida. A agroecologia revela-se, assim, como um processo vital, no qual o cultivo urbano se entrelaça com a reconstrução de vínculos, a recuperação da memória e a busca por dignidade. Três tendências sintetizam essa recomposição subjetiva e coletiva:

A primeira tendência comum está relacionada à cura e ao bem-estar. Uma motivação recorrente nos relatos é a busca por pertencimento e equilíbrio emocional diante de experiências de perda, doença ou deslocamento. A horta aparece como espaço de cura: o contato com a terra funciona como terapia e o trabalho compartilhado restitui confiança e alegria. Em muitos casos, as participantes afirmam que semear “tira a dor”, “traz paz” ou “ajuda a sair da depressão”. Esse processo não é individual: a cura se produz em comunidade, quando o cuidado com plantas e solo se entrelaça com o cuidado mútuo. Cozinhar juntas, trocar sementes ou acompanhar outra horticultora torna-se uma cura relacional, que repara corpos e vínculos. Trata-se de uma reapropriação do sensível, em que a terra deixa de ser apenas recurso e passa a mediar relações.

A segunda tendência relaciona-se à memória camponesa e à continuidade cultural. A maioria das pessoas participantes provém de contextos rurais ou vivenciou deslocamento forçado; nesse sentido, a agroecologia urbana opera como memória ativa do campesinato: um modo de lembrar semeando e de voltar a pertencer. Cultivos, cozinhas a lenha e práticas de troca evocam um passado rural que se ressignifica na cidade, sustentando a motivação de preservar raízes e transmiti-las às novas gerações. A horta converte-se, assim, em ponte intergeracional entre a memória dos avós e a experiência comunitária atual. O desafio é manter viva essa herança em um urbano com outros ritmos e valores; por isso, os saberes são reinventados em escala cidadina por meio de compostagem doméstica, captação de água da chuva e hortas em terraços.

A terceira tendência expressa-se na emergência de lideranças situadas. As biografias indicam que essas lideranças não se apoiam em cargos formais, mas

em compromisso, coerência e trabalho compartilhado. São lideranças que cuidam, articulam e organizam, construindo autoridade moral baseada na confiança, não na hierarquia. Enfrentam o desafio permanente de sustentar a coesão do grupo diante do desgaste, da escassez de recursos e da fragmentação institucional. Ainda assim, a liderança se renova quando produz aprendizagem coletiva: gerir o cotidiano, dialogar com o poder público sem perder autonomia, formar novos integrantes e transmitir estratégias organizativas. Assim, trajetórias individuais se convertem em força coletiva, fortalecendo a sustentabilidade dos processos.

Em síntese, as trajetórias de vida que compõem as multidões agroecológicas do BUR NOR configuram um tecido no qual a experiência humana se converte em motor político e pedagógico. Cada história pessoal amplia a potência do coletivo, e cada processo coletivo devolve sentido e dignidade às histórias individuais. Nas margens urbanas de Medellín, a terra produz comunidade, memória e esperança, fazendo da agroecologia uma forma de reconstruir o laço social e reinventar o futuro desde baixo.

Em conjunto, as trajetórias analisadas revelam que a força das multidões agroecológicas do BUR NOR se sustenta na interação entre histórias individuais e processos coletivos. Cada pessoa contribui com uma experiência vital que enriquece a compreensão do território e ressignifica a relação entre corpo, terra e comunidade. Essas vidas entrelaçadas dão forma a uma territorialidade popular, na qual a agroecologia se converte em prática de cuidado, memória e autonomia. No próximo tópico, a análise se deslocará do plano pessoal ao organizativo, para examinar como as experiências coletivas, como hortas, redes e escolas, consolidaram estruturas de ação e aprendizagem que sustentam a expansão do movimento social nas encostas de Medellín.

#### **4.2. Processos de coesão social**

A consolidação das multidões agroecológicas nas encostas de Medellín não depende apenas das trajetórias individuais nem das motivações pessoais, mas da capacidade coletiva de sustentar vínculos, alianças e formas estáveis de cooperação. Nesse sentido, a coesão social erige-se como o núcleo vital do processo agroecológico, pois é o tecido de relações que permite transformar experiências isoladas em comunidades com projeção territorial. As hortas são nós de reciprocidade, onde circulam saberes, afetos, alimentos e valores compartilhados, e essas relações de apoio mútuo configuram redes internas e externas de solidariedade.

A partir desse entramado relacional, emergem formas de ação comunitária que, apesar das tensões com o individualismo, mantêm a vitalidade do movimento. Os dois itens a seguir analisam, respectivamente, como essas redes fortalecem a vida cotidiana e a organização, e como as trajetórias das organizações refletem os ciclos, aprendizados e desafios de um movimento em processo de maturação.



Figura 26. Atividade de Mutirão na Horta Escola E Faro com estudantes universitários

#### 4.2.1. Redes de solidariedade

As hortas e os coletivos agroecológicos das encostas de Medellín teceram, ao longo dos anos, uma trama de múltiplas solidariedades que constituem a base do tecido social. Essas solidariedades emergem tanto dos vínculos cotidianos entre horticultoras e vizinhos quanto das alianças com atores externos (universidades, organizações sociais e instituições), conformando uma rede diversa que sustenta o sentido coletivo.

Nos relatos, destacam-se o apoio entre as pessoas envolvidas nos processos, o intercâmbio de sementes, plantas e saberes, e a corresponsabilidade nas tarefas de cultivo. Na Horta de Pinares, por exemplo, a solidariedade atingiu sua expressão mais concreta durante a pandemia: as horticultoras compartilharam plantas medicinais e alimentos frescos com os vizinhos, garantindo que, “*mesmo quando não havia comida, sempre houvesse algo para cozinhar ou um chá de capim-limão para compartilhar*”.

Junto a essas formas de solidariedade cotidiana, configurou-se uma rede mais ampla, que vincula as hortas entre si e com aliados externos. Essa solidariedade se expressa nos intercâmbios de plantas e conhecimentos, como as sementeiras e visitas mútuas entre a Horta Menstrual e outras experiências agroecológicas, e nas alianças com universidades, que têm proporcionado acompanhamento técnico, formação e reconhecimento simbólico.

A Horta Escola Ester Vásquez constitui um exemplo dessa articulação entre atores sociais: seus vínculos com casas de cultura e instituições educativas fortaleceram sua projeção social. Tais conexões oferecem recursos e saberes, mas também legitimam as experiências, integrando-as a um circuito mais amplo de apoio técnico e político. Do mesmo modo, algumas hortas expressam uma dimensão ética da solidariedade, como ocorre no Centro Solidário Carambolas, onde os produtos são vendidos a preços simbólicos ou entregues gratuitamente a quem não pode pagar. Essas práticas evidenciam uma economia do cuidado, que prioriza o bem-estar coletivo sobre a rentabilidade individual.

Entretanto, essas redes de apoio convivem com tensões derivadas da influência do individualismo e das lógicas de competição. Nos grupos focais, reconhece-se que, junto ao espírito de cooperação, persistem dinâmicas em que alguns participantes priorizam benefícios pessoais, reproduzindo os valores competitivos impostos pela cultura neoliberal. Essas contradições não anulam a solidariedade, mas evidenciam sua fragilidade e os desafios de mantê-la viva em contextos marcados pela precarização. As e os participantes convergem na percepção de que essa tensão entre cooperação e egoísmo constitui um dos principais desafios para a sustentabilidade do tecido agroecológico.

Em conjunto, as ações de solidariedade que emergem configuram uma trama comunitária que transcende a ajuda pontual ou assistencial, convertendo-se em uma prática de cuidado e construção de comunidade. Pode-se falar, portanto, em uma dupla dimensão da solidariedade: uma interna, sustentada no apoio cotidiano e na reprodução da vida; e outra externa, baseada nas alianças com atores educativos, institucionais e sociais. Apesar das tensões com o individualismo, essas redes permitem sustentar a coesão social e a continuidade dos processos, demonstrando que a solidariedade é uma estratégia de sobrevivência diante das lógicas de exclusão que atravessam a cidade.

#### **4.2.2. Trajetória de vida das organizações**

As hortas caracterizam-se por uma organização modular e multiescalar, na qual coexistem experiências familiares, pequenos núcleos de duas ou três pessoas,

grupos médios e articulações comunais de maior alcance. Essa diversidade demonstra que não existe um modelo único de organização, mas arranjos adaptativos que respondem ao tamanho do terreno, à disponibilidade de tempo, aos vínculos sociais e às afinidades entre os participantes. Cada horta atua como uma célula autônoma, com capacidade própria de decisão, mas ao mesmo tempo pode integrar-se a redes que ampliam sua escala de ação, fortalecem a cooperação e aumentam a capacidade de negociação diante do Estado.

O exame das experiências permite identificar padrões compartilhados na forma como as hortas e organizações comunitárias se constituem, evoluem e se sustentam ao longo do tempo. Mais do que estruturas fixas, esses processos são organismos vivos, que se adaptam, se transformam e, por vezes, se reconfiguram diante dos desafios do contexto. Suas trajetórias revelam dinâmicas cíclicas, enraizamentos territoriais e formas diversas de organização.

#### **4.2.2.1. Ciclos das organizações**

A análise das trajetórias organizativas permite reconhecer que esses processos não seguem uma linha ascendente nem homogênea, mas transitam por ciclos de auge, transformação e desgaste, próprios da ação coletiva popular. A maioria das experiências surge em contextos de necessidade, como a busca por alimento, o luto, o deslocamento ou a recuperação do entorno; e evolui para formas mais complexas de cooperação e aprendizado comunitário. No entanto, poucas conseguem se consolidar de maneira estável: muitas oscilam entre a expansão e a reconfiguração, em função das lideranças, dos apoios institucionais e da energia social disponível em cada momento.

Observar as hortas sob esse enfoque cíclico implica compreendê-las como organismos vivos, com fases de emergência, crescimento, maturação e crise ou reconfiguração. Essa ideia permite não apenas entender como as organizações respondem ao passar do tempo, mas também identificar momentos de inflexão, nos quais os processos se reinventam, transformam seus objetivos ou redefinem suas formas organizativas (por exemplo, quando uma horta se converte em uma organização legalmente constituída). Trata-se, portanto, de ler a agroecologia urbana como um processo histórico e dinâmico, mais do que como um conjunto de projetos estáticos.

A análise mostra que nem todas as organizações se encontram no mesmo ponto do ciclo. O movimento de agroecologia urbana do BUR NOR é assíncrono e desigual, pois, enquanto algumas experiências como a Horta Escola El Faro e a Rede de Horticultores de Comuna 8, avançam em direção à consolidação e à incidência política, outras, como a de Huertas Sembrando Caminos de Libertad em Villa Turbay ou o *Cabildo Indígena Cointanube* permanecem em etapas de

gestação ou dependem do impulso de lideranças individuais. Essa diversidade não representa fraqueza, mas sim a expressão de um ecossistema social em construção, no qual cada experiência aporta aprendizados distintos ao conjunto.

A maioria das hortas da borda urbano-rural encontra-se ainda em fases iniciais, caracterizadas pela busca de estabilidade interna, autogestão de recursos e construção de uma identidade coletiva incipiente. Funcionam de maneira atômica, sustentadas por vínculos afetivos e por lideranças locais, mais do que por estruturas formais de coordenação. Ainda assim, compartilham um horizonte comum, centrado na soberania alimentar e na defesa do território. Apenas algumas alcançaram níveis de consolidação que lhes permitem articular-se em redes comunais ou dialogar com instituições públicas e universidades.

Analisar as hortas sob a perspectiva dos ciclos organizativos permite reconstruir uma história viva do movimento agroecológico nas encostas de Medellín. Essas experiências, ainda que dispersas, conformam um tecido em gestação, no qual os ciclos de auge e reconfiguração são parte inerente do aprendizado coletivo. As hortas ainda não constituem uma multidão agroecológica plena, mas prefiguram sua emergência, semeando no presente as condições sociais, culturais e políticas que poderão fazê-la florescer no futuro próximo.

#### **4.2.2.2. Territorialização da ação e enraizamento na encosta**

Nas encostas de Medellín, a ação organizativa das hortas é determinada pelo território que as abriga, pois, na borda urbano-rural, semear tornou-se uma forma de permanecer. O cultivo não apenas produz alimentos, mas reafirma a presença das comunidades em lugares historicamente marcados pelo deslocamento e pela expansão do perímetro urbano. Nesse sentido, a prática agroecológica adquire um caráter político, pois cultivar na encosta é também defender o direito de habitar e existir na cidade.

As hortas funcionam como pontos de ancoragem territorial e emocional, onde o plantio, o cuidado com o solo e a recuperação dos espaços fortalecem os vínculos de pertencimento. Nelas, o território é um espaço de vida e memória, onde se reativam as marcas camponesas e se reconfigura a relação entre cidade e natureza. Semear na ladeira, captar águas pluviais ou reflorestar córregos são atos de reapropriação simbólica e material que devolvem sentido a uma paisagem historicamente marginalizada.

A territorialização da ação agroecológica nas encostas de Medellín expressa uma nova forma de habitar. Cultivar equivale a permanecer, e permanecer equivale a resistir. A horta converte-se, assim, em um espaço onde o cuidado

com a terra, a defesa do território e o sentido de pertencimento se entrelaçam, configurando uma territorialidade popular que revaloriza a encosta como horizonte de futuro.

#### **4.2.3. Diversificação organizativa**

Nas encostas de Medellín, as experiências agroecológicas conformam um mosaico diverso de formas organizativas, que variam segundo sua origem, escala e nível de formalização. Essa heterogeneidade reflete a capacidade adaptativa das comunidades diante de um contexto marcado pela instabilidade institucional, pela falta de acesso à terra e pela necessidade de autogestão. Longe de evidenciar fragmentação, essa multiplicidade de experiências constitui uma força do movimento agroecológico, permitindo-lhe atuar simultaneamente em diferentes planos (produtivo, educativo, ambiental e político) e com diversos graus de complexidade organizativa.

Nesse território, coexistem hortas familiares, onde o espaço doméstico se converte em lugar de sustento e cura; coletivos de bairro, que emergem de vínculos de vizinhança e afetividade; organizações comunitárias, com estruturas de liderança e gestão; hortas-escolas, voltadas à formação e ao intercâmbio de saberes; ecohortas, que articulam produção e educação ambiental; e redes de hortas, que conectam experiências dispersas em escala comunal. Cada uma dessas formas cumpre um papel complementar: umas sustentam a prática cotidiana do cultivo, outras dinamizam processos formativos e outras gerem a interlocução com o Estado ou com a academia.

A diversidade também se expressa nas escalas territoriais de ação. No âmbito doméstico, as hortas familiares reafirmam o vínculo íntimo com a terra. Na escala de bairro, os coletivos promovem a cooperação e a gestão ambiental. Na escala comunal, as redes e hortas-escolas consolidam espaços de aprendizado coletivo e articulação política. Apesar desses avanços, ainda não se configura uma rede plenamente integrada em nível do BUR NOR, o que evidencia tanto o potencial quanto os limites da articulação intercomunal.

Em conjunto, os achados deste tópico mostram que a força das hortas e organizações reside na densidade relacional e afetiva que as sustenta. As redes de reciprocidade permitem que os processos sobrevivam às crises, mantenham sua vitalidade e projetem horizontes comuns para além dos limites dos bairros. Contudo, a coesão social é uma prática em permanente construção, ameaçada pela fragmentação territorial, pela rotatividade das lideranças e pela persistência de valores individualistas. Diante disso, as comunidades têm desenvolvido estratégias para cuidar dos vínculos, compartilhar recursos e sustentar a

cooperação. Essas redes de interdependência constituem o substrato que dá forma às multidões agroecológicas e preparam o terreno para a ação coletiva.

### **4.3. Práticas organizativas no BUR NOR**

Se nas seções anteriores se apresentou quem sustenta as hortas e como se tecem os vínculos que as mantêm vivas, nesta seção o foco desloca-se para o fazer coletivo, ou seja, para as formas concretas pelas quais essas comunidades organizam o trabalho, se articulam com outros atores, se comunicam e se formam para sustentar os processos. As experiências mostram que as hortas funcionam como células autônomas, porém conectáveis, que combinam produção com pedagogia, memória com incidência territorial e autogestão com alianças externas.

Igualmente, as práticas organizativas constituem um componente essencial para compreender como as comunidades sustentam, transformam e projetam seus processos. Essas práticas expressam tanto a estrutura interna das hortas quanto as dinâmicas de articulação entre atores, as tensões próprias da ação coletiva. A partir do trabalho de campo realizado, identificam-se três eixos analíticos: as dinâmicas de articulação com suas respectivas tensões e desafios; e os processos de comunicação e formação das organizações.

#### **4.3.1. Dinâmicas de articulação e alianças**

As experiências revelam uma reconfiguração organizativa que parte da memória e da autocrítica. Nas três comunas, persiste a lembrança de processos anteriores (como a Rede de Horticultores e a Corporação Ecohortas Jardín) que, apesar de sua descontinuidade, deixaram lições sobre sustentabilidade, comunicação e gestão. A partir dessas experiências, tem-se proposto reconstruir as redes, equilibrando produção, formação e ação política, e aprendendo com os erros de enfoques baseados exclusivamente no viés comercial ou na institucionalização prematura. Essa memória converte-se em um ativo político que orienta a reconstrução do tecido social.

A articulação com atores externos, como universidades, ONGs e programas públicos, tem sido uma fonte de recursos, formação técnica e visibilidade. No entanto, os coletivos estão conscientes da necessidade de manter a autonomia diante da dependência cíclica de projetos institucionais. Daí surge a aposta em alianças estratégicas e não subordinadas, nas quais a comunidade se reapropria dos recursos externos a partir de seu próprio horizonte de autonomia.

Por fim, o grupo focal da Comuna 8 destaca a importância de construir uma Rede de Horticultores com capacidade de incidência política. Essa articulação, inicialmente comunal e depois intercomunal (1, 3 e 8), fortaleceria a capacidade de negociação territorial, a participação na formulação de políticas públicas e a representação das organizações dentro do macroprojeto BUR-NOR.



*Figura 27. Encontro da Rede de Horticultores da Comuna 8. Fonte: Red de Huerteros (2025)*

Os processos se desenvolvem em meio a tensões que, longe de enfraquecê-los, atuam como motores de aprendizado e transformação. Essas tensões expressam os limites e possibilidades da ação coletiva em contextos urbanos. Uma das tensões mais recorrentes é a relação entre o individual e o coletivo. Em experiências como Hortas de Paz, Carpinelo e La Honda, as diferenças de comprometimento ou de apropriação dos espaços resultaram em práticas mais parceladas, reduzindo a coesão comunitária. Contudo, essa fragmentação coexiste com a consciência de que a sustentabilidade das hortas depende do trabalho conjunto, da troca de saberes e da manutenção de redes solidárias. A superação do individualismo torna-se, assim, um desafio ético e político, que exige reconstruir vínculos e fortalecer a associativade territorial.

Do mesmo modo, a autonomia das sementes afirma-se como princípio estratégico para a continuidade organizativa. Em todas as comunas identifica-se a preocupação com a dependência de insumos externos, especialmente de sementes comerciais. Diante disso, se propõem iniciativas de guardiãs e guardiões de sementes, bem como bancos comunitários, articulados a que

buscam assegurar a soberania material e simbólica dos processos. A ideia de que “*o melhor banco é semear*” sintetiza a lógica que orienta essas ações: a semente como fonte de autonomia.

Esses desafios têm permitido consolidar um conjunto de fortalezas organizativas que sustentam o tecido social: a autogestão comunitária; a dimensão pedagógica; o enraizamento territorial das hortas como espaços de memória; a diversidade organizativa adaptada às condições locais; e a articulação com universidades e movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, persistem fragilidades: a fragmentação interna, a falta de comunicação entre as hortas, a dependência cíclica de apoios institucionais, a sobrecarga de trabalho concentrada em poucas lideranças femininas e a ausência de revezamento geracional. Também se observa o risco de perda de coerência agroecológica quando predomina a lógica comercial sobre a solidária. No entanto, o reconhecimento dessas limitações reflete uma maturidade organizativa em construção, na qual os erros são reinterpretados como oportunidades de aprendizado coletivo.

Em síntese, as hortas do BUR NOR configuram-se como espaços de experimentação social e organizativa, nos quais as tensões não são contradições a eliminar, mas dinâmicas a serem geridas. O aprendizado organizativo que emerge dessas experiências fortalece o tecido comunitário e reafirma a agroecologia como um processo político de transformação territorial.

#### **4.3.2. Comunicações**

O componente comunicativo das hortas e dos coletivos agroecológicos evidencia um campo em construção, onde coexistem experiências incipientes de comunicação comunitária e amplas lacunas de visibilização pública. Na maioria dos casos, a comunicação ainda não constitui um eixo estruturante do trabalho organizativo, mas sim uma tarefa pendente, condicionada pelos níveis de formação técnica, pela disponibilidade de tempo e pelas capacidades geracionais das pessoas que integram as hortas.

Apenas uma minoria das experiências dispõe de redes sociais ativas e sustentadas ao longo do tempo. Casos como Tintoretto, a Horta-Escola Ester Vásquez e a Fundação Solidariedade em Marcha (que coordena a Horta Menstrual) revelam diferentes níveis de apropriação digital. Tintoretto articula Facebook, Instagram e WhatsApp, administrados por jovens aliados, que utilizam as redes como vitrine para o turismo comunitário. Na Horta-Escola Ester Vásquez, a gestão comunicativa alcançou um nível de profissionalização: o perfil

de Instagram, administrado pela filha de uma das integrantes, permitiu atingir mais de mil seguidores, estabelecer contato com jornalistas e construir uma memória visual do processo, com o apoio de estudantes de comunicação.



Figura 28. Captura de tela do perfil da Huerta Escuela Ester Vasquez e Huerta Escuela El Faro

Outras experiências encontram-se em fase de projeção. A Horta-Escola El Faro e a Rede de Horticultores da Comuna 8, por exemplo, reconhecem a necessidade de fortalecer sua presença nas redes sociais para divulgar atividades, consolidar articulações e atrair novos participantes. Nesses casos, a comunicação é compreendida como ferramenta de memória, articulação e educação, ainda que sem uma estratégia ou responsável definidos. Em particular, El Faro destaca a importância de envolver jovens “nativos digitais” e de integrar a comunicação ao seu projeto pedagógico. Os grupos focais retomam essa perspectiva e propõem vincular estudantes de escolas e universidades à criação de materiais audiovisuais, peças gráficas e conteúdos educativos sobre as hortas, sintetizando o horizonte de uma comunicação popular na frase: “*que todo o bairro saiba*”.

No entanto, a maioria das hortas carece de redes sociais ou de mecanismos de comunicação pública. A comunicação mantém-se em um plano interno, baseada em redes de confiança ou grupos de WhatsApp, utilizados principalmente para

coordenar tarefas cotidianas. As lideranças reconhecem sua “fragilidade tecnológica” e expressam o desejo de capacitar-se ou de envolver novas gerações que possam assumir esse papel. Reconhece-se que a falta de presença digital limita a visibilidade coletiva e a chegada de apoios externos, evidenciando a necessidade de criar uma equipe ou figura de comunicação comunitária que dinamize os conteúdos e as interações.

Essa situação reflete uma lacuna digital de caráter estrutural e geracional. Muitos horticultores provenientes de contextos rurais ou deslocados pelo conflito armado não tiveram acesso precoce às tecnologias digitais nem oportunidades de formação para seu uso. Como expressou uma horticultora: “*Sou muito talentosa para muitas coisas, menos para a tecnologia.*” Essas declarações evidenciam que o problema não está na falta de interesse, mas na ausência de conectividade, equipamentos ou acompanhamento formativo. Ainda assim, a incorporação de jovens e estudantes aos processos representa uma oportunidade, permitindo que a comunicação seja assumida como um componente educativo, político e cultural.

Nesse marco, as comunicações e as redes sociais emergem como ferramentas estratégicas de fortalecimento organizativo, com quatro dimensões interdependentes: No primeiro lugar, a difusão e visibilidade pública, já que as redes permitem mostrar os resultados e práticas agroecológicas, abrir canais com instituições e meios de comunicação, e disputar a narrativa hegemônica que associa a borda urbano-rural à informalidade ou ao risco; no segundo lugar, a memória e sistematização, por meio do registro de plantios, oficinas e percursos, constroem-se arquivos visuais e pedagógicos que preservam a história e a identidade das hortas; Em terceiro lugar, a educação e sensibilização, que possibilitam compartilhar conteúdos sobre soberania alimentar, justiça climática e ação comunitária; e em quarto lugar, a incidência e articulação territorial, que fortalecem a interlocução com universidades, ONGs e programas públicos.

Em síntese, as hortas do BUR-NOR reconhecem que a comunicação não pode se limitar à promoção ou ao marketing digital, mas constitui uma dimensão fundamental de sua ação política e pedagógica. Quando apropriadas coletivamente, as redes sociais permitem democratizar a voz das comunidades, romper o isolamento territorial e construir uma narrativa comum em torno da defesa da vida e do território. Para avançar nesse horizonte, será necessário formar comunicadores comunitários, fortalecer as capacidades digitais locais e garantir condições de conectividade que tornem possível uma comunicação autônoma, coerente e enraizada nos valores do movimento agroecológico.

### 4.3.3. Processos de formação

Os processos de formação em agroecologia do BUR NOR de Medellín constituem um eixo fundamental na consolidação das ações coletivas. Por meio deles, as comunidades construíram capacidades técnicas, pedagógicas e políticas que sustentam a continuidade e a projeção das hortas. Este item analisa tais processos em duas dimensões complementares: os processos formativos já desenvolvidos e consolidados, que expressam uma trajetória acumulada de aprendizagem; e os processos formativos projetados para o futuro, nos quais as organizações delineiam caminhos para fortalecer sua autonomia educativa, política e territorial.

#### 4.3.3.1. Processos formativos desenvolvidos e atuais

A dimensão dos processos formativos atuais revela um tecido diverso de experiências técnicas e comunitárias que, ao longo do tempo, configuraram um campo educativo próprio nas encostas da cidade. Essas práticas de aprendizagem, originadas tanto do acompanhamento institucional quanto da autogestão comunitária, refletem as tensões e convergências entre a agricultura orgânica promovida por programas municipais e a agroecologia entendida como projeto político de autonomia e transformação territorial.

Na Comuna 8, alguns processos formativos remontam a 2008, quando, em Pinares de Oriente, a Universidad Nacional de Colombia ofereceu assessoria em agroecologia. Mais adiante, durante a década de 2010, o projeto Jardín Circunvar de Medellín, impulsionado pela Fundación Salvaterra, foi decisivo na tecnificação de múltiplas hortas, introduzindo conhecimentos sobre agricultura orgânica, compostagem, controle biológico de pragas e biopreparados.



Figura 29. Cartilha Escola Popular pela Ação Climática. Movimiento de Laderas (2022)

Muitas hortas consolidaram, nesse contexto, uma base técnica sólida que ainda sustenta boa parte de suas práticas. No entanto, com o passar do tempo, esses processos evoluíram para uma compreensão mais integral da agroecologia. Em alguns casos, a participação de seus integrantes na Escola Popular para a Ação Climática (EPA Climática) em 2022, permitiu ressignificar as hortas como estratégias comunitárias de adaptação às mudanças climáticas e de defesa do território. A formação política articulou, assim, os discursos sobre soberania alimentar e justiça climática com as práticas de cultivo.

Por sua vez, nas Comunas 1 e 3, diversas hortas contaram com o acompanhamento psicossocial e formativo da Unidade de Vítimas da Prefeitura, cujos processos se orientaram para a reparação simbólica de mulheres deslocadas, promovendo hortas de autoconsumo. Embora, nesses casos, o componente técnico tenha sido limitado, desenvolveu-se uma pedagogia do cuidado e da memória, na qual o plantio é concebido como um ato de cura e reconstrução de vínculos comunitários, mais próximo da educação para a paz.

Em contraste, a Horta-Escola El Faro representa um dos processos formativos mais estruturados do BUR NOR. Inicialmente acompanhada pela Rede de Sementes Livres, adotou um modelo de educação popular agroecológica que articula cultivo, formação política e reflexão ambiental. Sua ciranda infantil *Semillas de Vida* desenvolve ciclos pedagógicos sobre soberania alimentar, gestão de riscos e defesa do território, em parceria com a Corporación Jurídica Libertad. O próprio Movimento de Ladeiras, por sua vez, encarna a vertente mais madura da formação política no território. Por meio de suas Escolas Populares de Autonomia (Hídrica, Alimentar, Energética e Climática), consolida uma pedagogia dialógica que combina saber técnico com reflexão coletiva sobre justiça ambiental e soberania territorial.

De forma complementar, a Rede de Horticultores e Horticultoras da Comuna 8 representa uma nova geração de processos de articulação e aprendizagem coletiva. Nascida da autocrítica aos ciclos anteriores de dependência e fragmentação, promove uma pedagogia da troca entre experiências diversas, organizando oficinas formativas e mutirões de manutenção das hortas. Paralelamente, outras hortas desenvolvem aprendizados empíricos e cotidianos baseados na memória camponesa de seus integrantes. Nelas, a formação ocorre no fazer (semear, observar e compartilhar) reativando saberes rurais. Essas práticas são complementadas por capacitações pontuais do Orçamento Participativo e da Secretaria de Meio Ambiente, que fornecem ferramentas técnicas específicas.

Em Bello Oriente, a antiga Rede de Horticultores evoluiu para a Escola Ambiental “La Montaña que Siente”, consolidando uma institucionalização comunitária do aprendizado ambiental, com formação em hidroponia, compostagem, biopreparados e liderança comunitária. Por sua vez, a experiência da Horta Menstrual, embora não tenha recebido uma formação formal em agroecologia, oferece uma dimensão feminista e de saúde comunitária, na qual o aprendizado surge do corpo e do cuidado, por meio de oficinas sobre plantas medicinais, soberania corporal e formação política, articulando saúde e economia solidária. A Horta-Escola Ester Vásquez integra crianças e jovens em processos práticos de educação ambiental, fortalecendo o sentido de pertencimento territorial. Já a experiência da Ecohortas Jardín (promovida por Salvaterra e pela Prefeitura) evidencia os limites de uma formação exclusivamente técnica, pois seu foco na produção comercial orgânica gerou aprendizados em cultivo e comercialização, mas a ausência de formação política levou à desarticulação do processo.

Em conjunto, os processos de formação nas ladeiras de Medellín configuram um mosaico de saberes no qual convergem três trajetórias complementares: a trajetória institucional-técnica, impulsionada por programas como o Jardín Circunvalar ou a Secretaria de Meio Ambiente, que contribuiu com bases de agricultura orgânica, mas tendeu a despolitizar os processos. Essas experiências introduziram uma racionalidade técnico-produtiva que melhorou as capacidades de cultivo e legitimou o trabalho das hortas perante o Estado, mas também subordinou a agroecologia à lógica da produtividade e à temporalidade dos projetos institucionais.

Por sua parte, a trajetória comunitária-autogestionária, sustentada pela prática cotidiana, pela reciprocidade e pela transmissão intergeracional de saberes rurais. Nesse campo, as comunidades mantêm a continuidade dos processos mesmo após o fim dos apoios externos. Por fim, a trajetória político-pedagógica, promovida por organizações como o Movimento de Ladeiras e a Horta-Escola El Faro, representa o salto qualitativo rumo a uma práxis emancipatória, na qual a educação é entendida como processo de conscientização e ação coletiva, onde soberania alimentar, justiça ambiental e direito ao território se articulam em uma mesma agenda formativa.

#### **4.3.3.2. Processos formativos projetados para o futuro**

As organizações do BUR NOR de Medellín propõem o fortalecimento dos processos formativos em direção a uma educação agroecológica integral e territorializada, capaz de consolidar os aprendizados adquiridos e projetar novas capacidades coletivas. Nos grupos focais e entrevistas, expressa-se reiteradamente a necessidade de passar de capacitações pontuais a programas

permanentes de formação agroecológica, concebidos como escolas populares e espaços de construção de conhecimento coletivo. Essa projeção reflete a maturidade alcançada pelos processos, que reconhecem a importância de integrar dimensões técnicas, políticas e pedagógicas na consolidação de uma agroecologia urbana e popular.

A primeira linha de projeção corresponde à formação técnica, ambiental e administrativa, voltada à consolidação de capacidades locais em agrofloresta, técnicas de restauração ecológica, compostagem avançada, biopreparados, manejo de sementes nativas, restauração ecológica e infraestrutura produtiva (estufas, sistemas de irrigação e viveiros). Nesse marco, as organizações insistem na necessidade de criar um banco comunitário de sementes e um programa de guardiães e guardiões de sementes, como estratégias para alcançar autonomia material.

Paralelamente, reconhece-se a importância de fortalecer as competências de gestão, planejamento e sustentabilidade econômica das hortas, de modo que possam sustentar-se para além dos ciclos de financiamento institucional. Assim, o técnico e o administrativo se integram em uma mesma racionalidade agroecológica: a gestão coletiva do território.

A segunda linha de projeção orienta-se para a formação política agroecológica, considerada a aposta mais profunda e transformadora dos coletivos. A partir de experiências como as Escolas Populares de Autonomia, as comunidades compreenderam que o fortalecimento político é condição indispensável para a sustentabilidade organizativa. Nessa dimensão, a educação popular assume um papel estratégico, ao buscar formar lideranças capazes de compreender e atuar sobre a interdependência entre soberania alimentar e direito ao território.

Desde a Comuna 8, a projeção de futuro aponta para a criação de *uma Escola de Agroecologia Urbana e Popular* do BUR NOR, concebida como um espaço de construção de capacidades de incidência nas políticas públicas e nos projetos urbanos. Essa proposta pretende articular as experiências formativas existentes, combinando formação técnica e formação política, e consolidar uma educação agroecológica própria, gestada a partir das ladeiras de Medellín.

Por fim, projeta-se uma terceira linha de formação geracional e de profissionalização comunitária, orientada a articular as hortas com o sistema educacional formal e a garantir a continuidade social dos processos agroecológicos. Entre as propostas mais relevantes, destaca-se a criação de cursos técnicos escolares em agroecologia, voltados à transmissão intergeracional de saberes e à formação de jovens como líderes ambientais e

multiplicadores agroecológicos, que, no futuro, poderiam integrar um programa de extensão agroecológica para acompanhar tecnicamente as comunidades.

Em paralelo, propõe-se fortalecer a educação não formal, por meio do apoio às cirandas infantis já existentes e da criação de novos espaços juvenis vinculados à agroecologia, às mudanças climáticas e à ação ambiental. Essas cirandas e redes juvenis consolidariam uma pedagogia intergeracional, na qual a experiência dos mais velhos se entrelaça com as novas sensibilidades urbanas, projetando a agroecologia como horizonte de futuro para as ladeiras de Medellín.

Em síntese, os processos de formação em agroecologia do BUR NOR transitaram de uma etapa inicial de aprendizagem técnica para uma pedagogia territorial autônoma, em que as comunidades se reconhecem como produtoras de conhecimento. A evolução desses processos reflete um movimento de maturação política: da capacitação em agricultura orgânica à formação integral agroecológica. As projeções para o futuro expressam a vontade das organizações de construir seu próprio sistema educativo agroecológico, baseado no diálogo de saberes, na autogestão e no enraizamento territorial.

A análise desenvolvida neste capítulo mostra que as hortas do BUR NOR são núcleos de recomposição social, onde a memória camponesa e a autogestão se articulam para sustentar a vida comunitária. Por meio de vínculos afetivos e organizativos, as comunidades transformaram a agroecologia em uma prática de defesa do território e de reconstrução do tecido social. Em suma, o eixo social-organizativo evidencia que as multidões agroecológicas se constituem de baixo para cima, a partir de uma densa rede de relações afetivas, pedagógicas e políticas que reconfiguram as margens urbanas como territórios de vida. A agroecologia revela-se como um processo educativo e político que gera capacidades, vínculos e sentidos compartilhados, permitindo às comunidades resistir à precariedade e afirmar seu direito de habitar dignamente a cidade.

Assim, este eixo permite compreender a base relacional sobre a qual se assenta a dimensão política do movimento. O próximo capítulo abordará precisamente essa dimensão, aprofundando as formas de incidência, negociação e disputa pelo território, nas quais a agroecologia se manifesta como prática emancipatória e de transformação urbana, consolidando as organizações como atores políticos emergentes nas ladeiras de Medellín.



**5**

**Agroecologia  
urbana e popular em  
disputa: tensões e  
configurações**

# CAPÍTULO 5.

## Agroecologia urbana e popular em disputa: tensões e configurações emergentes

---

### 1 Tensões políticas na agroecologia urbana das encostas



- 1.1 Dependência do Estado local
- 1.2 Entre autonomia e apoio institucional
- 1.3 Soberania e segurança alimentar

### 2 Impacto social e político da organização comunitária



- 2.1 Trajetórias de incidência e defesa do território
- 2.2 Relações de articulação entre atores

### 3 Políticas públicas e planejamento participativo



- 3.1 Ausência de política pública de agricultura urbana
- 3.2 Diretrizes comunitárias para uma política pública de agroecologia urbana
- 3.3 Planejamento do Macroprojeto BUR-NOR

### 4 Imaginários comunitários sobre a Agroecologia



- 4.1 Projeções para as hortas comunitárias
- 4.2 A agroecologia urbana e popular como projeto de cidade

A agroecologia urbana e popular que se configura nas encostas de Medellín não é simplesmente uma variação dos modelos de agricultura urbana já existentes na cidade. As vozes de horticultoras e lideranças insistem que “a nossa é diferente”, pois se trata de práticas enraizadas em trajetórias rurais marcadas pelo deslocamento forçado, pela precariedade econômica e pela reconstrução comunitária em territórios historicamente marginalizados. Embora ainda não se possa falar de um modelo consolidado, nas comunas 1, 3 e 8 há um reconhecimento crescente de que essa agroecologia está emergindo de baixo para cima, impulsionada pela combinação entre saberes camponeses, pedagogias populares e lutas urbanas pela permanência no território.

Entretanto, o processo permanece atravessado por tensões que revelam seus limites e potencialidades. A precariedade convive com práticas inovadoras (hortas menstruais, salas ambientais, turismo comunitário, restauração ecológica), que expressam criatividade territorial e capacidade organizativa. Persistem também tensões entre segurança e soberania alimentar, entre enfoques técnicos e políticos, e entre a experiência comunitária e os marcos institucionais que regulam o território.

Em alguns bairros, a permanência da horta converte-se em forma de resistência frente ao avanço do mercado imobiliário informal, aos discursos excludentes de “proteção ambiental” e aos riscos associados ao controle armado. Ao mesmo tempo, a agroecologia se desenvolve em um campo de disputa no qual coexistem processos comunitários, pressões urbanísticas informais, políticas municipais descontínuas e a presença de atores armados. Nesse contexto, sustentar uma horta implica enfrentar simultaneamente a especulação fundiária, a tecnocracia ambiental e dinâmicas de controle armado. Assim, a agroecologia urbana e popular torna-se uma estratégia de afirmação territorial que articula produção de alimentos, memória e defesa da vida comunitária.

Em coerência com essa perspectiva, o capítulo organiza-se em quatro subcapítulos: O primeiro examina as tensões entre autonomia comunitária e dependência institucional, bem como as disputas em torno da segurança e da soberania alimentar. O segundo analisa os impactos sociais e políticos da organização territorial, com ênfase nas trajetórias de incidência e articulações. O terceiro aborda o papel das políticas públicas e da planificação participativa, evidenciando os vazios institucionais e as propostas comunitárias frente a uma política agroecológica. Por fim, o quarto subcapítulo apresenta os imaginários comunitários sobre o futuro das hortas e da agroecologia na cidade. Em conjunto, esses eixos permitem compreender a agroecologia urbana e popular como um campo político em construção.

## **5.1. Tensões políticas na agroecologia urbana das encostas**

A relação entre as hortas do BUR-NOR e o Estado local constitui um dos nós políticos mais decisivos desta investigação. As entrevistas e os grupos focais mostram que esse vínculo não pode ser descrito em termos de apoio ou rejeição, mas como um campo heterogêneo de relações, no qual a autogestão comunitária convive com a necessidade de apoios institucionais descontínuos. Nesse cenário, a autonomia não aparece como um ideal de autossuficiência total, mas como uma prática territorial construída em tensão permanente com programas públicos, operadores externos e ciclos administrativos curtos. Ao mesmo tempo, a presença estatal, quando opera como facilitadora e não como substituta, pode criar condições que possibilitam a continuidade das hortas. Este subcapítulo analisa esse equilíbrio em construção, explorando suas implicações para a capacidade das comunidades de sustentar a agroecologia como prática e como projeto político.

### **5.1.1. Dependência do Estado local**

A análise das entrevistas evidencia que a relação entre hortas e Estado local é ambivalente: sem o impulso institucional, muitas hortas não teriam surgido ou alcançado determinada escala; entretanto, a dependência de recursos públicos instáveis tende a fragilizar os processos, especialmente quando ainda não se consolidaram sujeitos e organizações com suficiente autonomia. A dependência estatal aparece, assim, como um componente estrutural do campo agroecológico urbano: simultaneamente motor inicial e fonte de vulnerabilidade.

#### **5.1.1.1. Instabilidade do apoio estatal e fragilidade das hortas**

As vozes provenientes das diferentes comunas convergem ao afirmar que as hortas impulsionadas por programas municipais tendem a desaparecer quando o contrato se encerra, quando muda o operador ou quando a linha orçamentária é fechada. Uma horticultrice sintetiza a situação com clareza: “*quando não há gente empoderada dos processos, as hortas tendem a desaparecer*”. Ou seja, o problema não está apenas na entrada do Estado, mas na ausência de apropriação comunitária capaz de sustentar a horta para além do ciclo administrativo. Nas hortas vinculadas ao Jardim Circunvalar, uma liderança resume o processo: o projeto começou com forte presença da Prefeitura, mas “*foi se apagando*” conforme o financiamento diminuía. As horticultrices, inicialmente motivadas e articuladas, começaram a desanimar diante da intermitência e do recuo institucional.

A lógica de projeto, marcada por ciclos curtos, metas quantificáveis e operadores variáveis, contrasta com os tempos longos da agricultura e da organização

comunitária. Quando uma horta depende quase exclusivamente de insumos, visitas técnicas ou pequenas transferências institucionais, e não possui um núcleo organizativo sólido, a retirada do Estado costuma significar o encerramento da horta. Mais do que ausência, as entrevistas revelam forte instabilidade nos apoios: contratos que iniciam e logo entram em suspensão, mudanças de operador que interrompem processos e ajustes administrativos sem continuidade metodológica.

A maioria das hortas recebeu, em algum momento, algum tipo de apoio estatal, seja na forma de insumos, formação técnica, pequenas infraestruturas ou incentivos produtivos. Essa presença institucional, embora relevante, não implica controle absoluto, pois muitas hortas surgem de iniciativas comunitárias autônomas e apenas se vinculam de modo circunstancial aos programas públicos, apropriando-se do que consideram útil e resistindo ao que entendem como cooptador ou tecnicamente inadequado. No entanto, revela que a agricultura urbana nas encostas se configurou em diálogo permanente (e por vezes conflituoso) com o Estado local.

Atualmente, identificam-se duas modalidades de acompanhamento institucional: uma desde a Unidade de Vítimas e outra desde a Secretaria do Meio Ambiente. A primeira constitui um exemplo de hortas com enfoque em reparação e segurança alimentar, dirigidas à população deslocada. Seus programas aportam insumos, formação e assessoria técnica, reconhecendo a horta como espaço de reconstrução do tecido social e de ressignificação territorial. No entanto, seus aportes (entre dois e três milhões de pesos em espécie) são insuficientes frente às necessidades reais, e as constantes mudanças de operadores geram descontinuidades. Além disso, persistem tensões técnicas internas ao próprio Estado (como o uso de sementes transgênicas versus nativas), revelando uma institucionalidade mais fragmentada que coesa.

Por sua vez, a Secretaria do Meio Ambiente aparece nos relatos com um balanço mais crítico. Embora tenha financiado oficinas, insumos e ações via Orçamento Participativo, são frequentes as queixas sobre fortalecimentos genéricos (caixotes padronizados, sementes de baixa qualidade) e um acompanhamento técnico superficial ou demasiado curto. Em conjunto, ambas as modalidades evidenciam que o apoio institucional existe, mas opera de forma intermitente, pouco contextualizada e com baixa coerência agroecológica.

#### **5.1.1.2. O *Jardín Circunvalar*: laboratório institucional e lições**

O programa de hortas comunitárias do *Jardín Circunvalar*, que operou na década passada com Salvaterra como operador técnico, constitui um laboratório para

compreender a dependência do Estado local. O projeto nasceu com uma visão: controle da expansão urbana, recuperação de áreas degradadas e fortalecimento da segurança alimentar, articulando componentes ambientais, sociais e econômicos. Segundo Salvaterra (2016), entre 2012 e 2015, passou de 4 a 22 hortas, com 31.000 m<sup>2</sup> em produção agrícola, localizadas em recuos de córregos e bordas de encosta estratégicas para o ordenamento territorial.

As hortas associadas ao Jardín foram desenhadas com critérios técnicos claros (canteiros elevados, terraços, curvas de nível), incorporaram infraestruturas como biofábricas e pequenos viveiros, e articularam-se a redes de comercialização camponesa. Ao mesmo tempo, a expansão do programa contribuiu para a criação e fortalecimento da *Corporación Ecohuertas Jardín*, que reuniu agricultoras urbanas em torno de objetivos produtivos e comunitários.

Entretanto, à medida que mudaram as administrações municipais, os contratos com o Banco de Alimentos e a Corporación Parque Arví foram sendo reduzidos ou reconfigurados. Salvaterra continuou como “*braço técnico*” durante certo tempo, mas com menor alcance; Ecohuertas Jardín permaneceu com menos apoio, em um contexto de intermitência institucional e ausência de um marco robusto de cogestão e financiamento. O resultado foi a redução de várias hortas e a permanência de outras graças à vontade de coletivos locais. Esse caso sintetiza o paradoxo central: a prefeitura foi indispensável para ativar processos e dar-lhes visibilidade, mas não construiu os mecanismos de longo prazo necessários para que amadurecessem sem depender de cada ciclo político.

Em conjunto, os testemunhos permitem caracterizar a dependência do Estado local não como um problema da presença estatal em si, mas da forma como essa presença se estrutura: projetos curtos, enfoques técnicos por vezes contraditórios, mudanças de operador, ausência de marcos de cogestão e de financiamento estável. Essa configuração cria expectativas, ativa processos e, em seguida, os expõe a um alto risco de frustração e enfraquecimento.

Ao mesmo tempo, o campo empírico oferece pistas sobre outro modelo possível: uma institucionalidade que assuma um papel de facilitadora, garantindo lotes, infraestruturas, acompanhamento técnico e canais de comercialização solidária, ao mesmo tempo em que reconhece as organizações comunitárias como sujeitos de cogestão e não como meras beneficiárias. Nessa direção avançam propostas como comodatos de longo prazo, estufas e biofábricas comunitárias, e modelos híbridos nos quais extensionistas como Salvaterra atuam em aliança com hortas locais, e não em seu lugar.

### **5.1.2. Entre autonomia e apoio institucional**

A autonomia não é compreendida como autossuficiência isolada, mas como prática territorial cotidiana: produzir parte do próprio alimento, cuidar dos solos, decidir coletivamente o que e como plantar, sustentar o processo quando a institucionalidade se retira e fortalecer lideranças capazes de orientar o rumo da horta. Os processos mais consolidados desenvolveram formas próprias de organização, como reuniões, distribuição de responsabilidades e mutirões, que permitem sustentar as iniciativas para além dos ciclos institucionais.

No entanto, essa autonomia organizativa não se esgota na autogestão diária, já que ela é também a base a partir da qual as hortas exercem incidência política. No território, a autonomia é condição para dialogar com o Estado sem subordinação. Assim, a participação no Orçamento Participativo, os debates sobre o BUR NOR e as demandas por políticas públicas convertem-se em extensões da autonomia. Em outras palavras, a autonomia cotidiana é inseparável da ação coletiva voltada a disputar políticas, defender o território e posicionar a agricultura urbana como necessidade vital da cidade.

#### **5.1.2.1. Institucionalidade como facilitadora**

As entrevistas permitem esboçar um modelo alternativo de relação com o Estado: aquele em que a institucionalidade atua como facilitadora dos processos, e não como protagonista exclusiva. Em vez de substituir a ação comunitária, o Estado poderia assumir funções de suporte, impulsionando iniciativas que posteriormente se sustentem de forma autônoma. Nessa perspectiva, o apoio institucional funciona como um “empurrão” e não como fonte permanente de dependência.

Sob a perspectiva de organizações comunitárias identificadas nos dois grupos focais, delineiam-se várias funções que o Estado poderia assumir sem enfraquecer a autonomia das hortas: garantir comodatos ou figuras jurídicas que assegurem estabilidade dos lotes; financiar infraestruturas básicas, como estufas, biofábricas, sistemas de irrigação, ou centros comunitários de transformação de resíduos orgânicos; assegurar um acompanhamento técnico coerente com princípios agroecológicos; e apoiar processos de comercialização solidária sem impor lógicas estritamente mercantis.

Um líder da Rede de Hortas de Comuna 8 destaca que a Secretaria do Meio Ambiente pode ser “um grande apoio” não pela entrega de adubos químicos ou caixotes padronizados, mas por aportar extensionistas que apoiem a preparação de bioinsumos e acompanhar a transição para sementes nativas. Nessa

perspectiva, a institucionalidade deveria oferecer infraestrutura e formação técnica, enquanto as comunidades mantêm o governo cotidiano da horta.

As comunidades não rejeitam a presença do Estado, mas sim as formas de intervenção que geram dependência, descontinuidade ou cooptação. Esse enfoque redefine o papel estatal: mais do que provedor de ajudas pontuais, o Estado deveria atuar como facilitador de capacidades, oferecendo suporte técnico, enquanto a gestão cotidiana e a orientação política do processo permanecem sob responsabilidade das comunidades. A institucionalidade é valorizada como aliada quando habilita autonomia, e percebida como obstáculo quando tenta substituí-la ou impor lógicas externas.

#### **5.1.2.2. Ambivalências na relação Estado–Comunidade**

Uma fonte de tensão é o descompasso entre os tempos comunitários e institucionais. Enquanto as hortas avançam com ritmos lentos e acumulativos (os do solo, do aprendizado coletivo e da maturação organizativa), a institucionalidade opera com ciclos curtos, contratos e metas trimestrais. Quando um processo alcança consolidação, frequentemente encerra-se o contrato, debilitando continuidade e confiança. Essa dissincronia reproduz a ambivalência e evidencia a necessidade de modelos de acompanhamento mais estáveis.

Somam-se a isso formas diferenciadas de relacionamento político. Convivem lideranças que buscam manter proximidade com a administração para garantir continuidade, com outras mais críticas que alertam para os riscos de cooptação e defendem a autonomia territorial. Essa coexistência mostra que a autonomia também depende de como cada coletivo decide interagir com o Estado.

Por fim, em territórios com presença de atores armados, algumas lideranças críticas necessitam de certo respaldo institucional para obter legitimidade e reduzir riscos. Essa necessidade de proteção indireta não implica subordinação política, mas evidencia que a autonomia comunitária também é condicionada pelas dinâmicas de segurança e pela complexa relação entre comunidade, Estado e atores armados.

#### **5.1.3. Dilemas entre soberania e segurança alimentar**

O mapa do Índice de Insegurança Alimentar em Medellín (2024) evidencia uma marcada desigualdade territorial: a insegurança alimentar concentra-se nas periferias e nas zonas de borda, enquanto o centro, Laureles e El Poblado registram níveis muito baixos, evidenciando-se uma forte desigualdade espacial no acesso a alimentos. Em particular, a Borda Urbano-Rural Nororiental (BUR

NOR) configura-se como um corredor contínuo de elevada vulnerabilidade, no qual predomina a categoria “muito alto”. Embora outras comunas de encosta também apresentem áreas críticas, o BUR NOR se destaca pela intensidade e pela continuidade espacial do problema: não se trata de focos isolados, mas de um conjunto territorial em que a fome e a precariedade alimentar operam como condição estrutural.

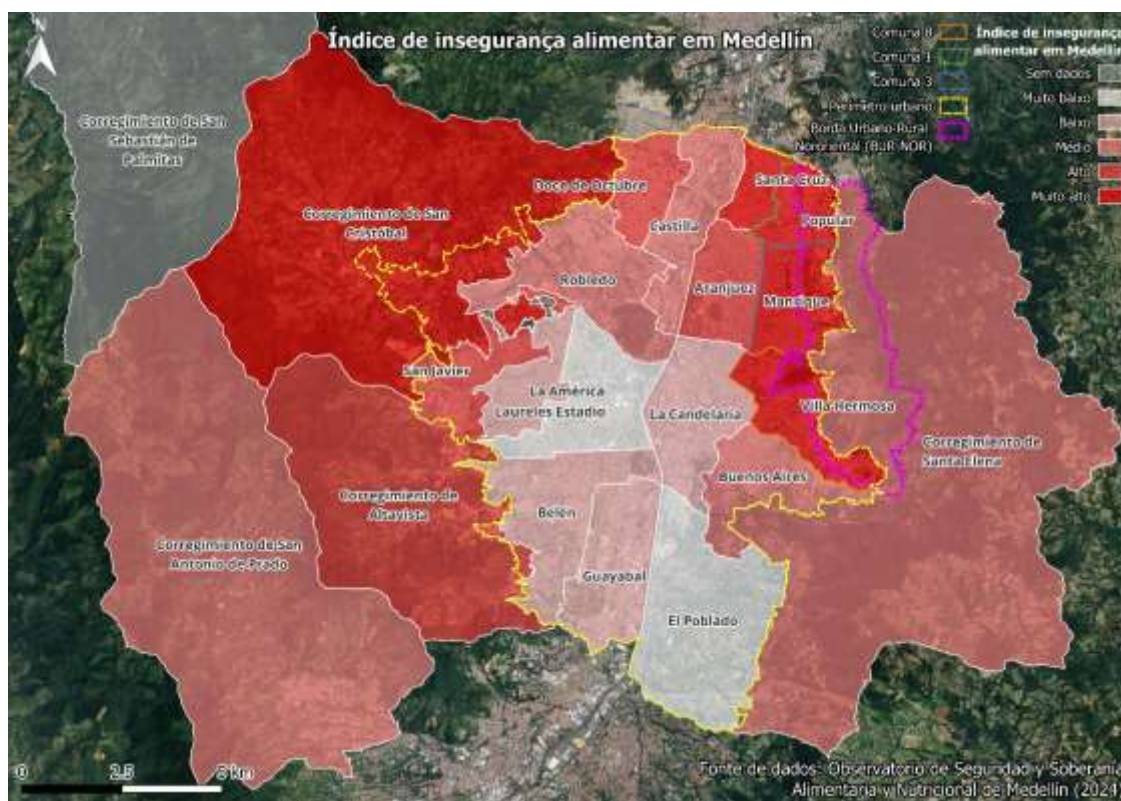


Figura 30. Mapa de índice de insegurança alimentar no município de Medellín. Fonte: Elaboração própria com dados do Observatório de Segurança e Soberania Alimentaria y Nutricional de Medellín (2024).

Esse padrão permite compreender por que, nas comunas 1, 3 e 8, as hortas comunitárias funcionam como resposta urgente a necessidades básicas, já que onde o índice é “muito alto”, a produção de alimentos e de plantas medicinais, articulada a redes de apoio, converte-se em estratégia de enfrentamento à fome e de cuidado coletivo e emerge como prática de sobrevivência e permanência territorial. Ao mesmo tempo, o mapa aponta uma implicação direta para a política pública: as áreas com maior insegurança alimentar deveriam ser objeto de priorização e investimento diferencial, por meio de um enfoque integral, e não de programas dispersos. Nesse cenário, a tensão entre urgências de provisão cotidiana e horizontes de transformação territorial torna central distinguir segurança e soberania alimentar nas práticas agroecológicas do BUR NOR.

As entrevistas e os grupos focais demonstram que a distinção entre segurança e soberania alimentar é mais do que conceitual, trata-se de uma distinção política. Ambas categorias atravessam as práticas agroecológicas do BUR NOR e orientam suas apostas. A segurança alimentar está vinculada às necessidades imediatas e à provisão cotidiana de alimentos para o lar; já a soberania alimentar funciona como horizonte ético e político que orienta a ação coletiva, mesmo quando suas possibilidades materiais são limitadas no contexto urbano.

#### **5.1.3.1. Sentidos e discussões comunitárias**

As hortas desenvolvem discussões que permitem diferenciar as ambas noções. A segurança alimentar é compreendida como a capacidade de garantir alimento disponível no lar, priorizando o autoconsumo, a nutrição cotidiana e o acesso a produtos frescos sem depender do mercado. Em algumas experiências, a prioridade é assegurar a alimentação familiar antes de qualquer projeção comercial. Trata-se de uma dimensão concreta e vinculada à vida doméstica.

A soberania alimentar, por sua vez, aparece em coletivos com maior trajetória como uma categoria política que ultrapassa a provisão imediata. Está associada a decidir o que e como produzir, defender sementes nativas, fortalecer a autonomia e recuperar práticas camponesas. Implica questionar a dependência de sementes comerciais, os modelos agroindustriais e promover uma justiça alimentar territorial.

Embora não existam fronteiras rígidas, emergem tendências: os processos mais organizados ou com trabalho político prolongado tendem a se orientar pela soberania alimentar; as hortas centradas no autoconsumo familiar priorizam a segurança alimentar. Mais do que posições opostas, operam como ênfases complementares: a primeira responde às necessidades imediatas; a segunda projeta horizontes de autonomia e transformação territorial.

Essas diferenças se expressam em aspectos centrais. Em relação à alimentação e saúde, os coletivos orientados pela soberania alimentar entendem a transição agroecológica como defesa frente a agrotóxicos e transgênicos, e como resposta a riscos sanitários e climáticos, enquanto a segurança alimentar se concentra na suficiência. No que diz respeito às sementes, a soberania promove variedades nativas e crioulas, enquanto a segurança alimentar adota um enfoque mais pragmático, recorrendo a sementes comerciais para garantir continuidade. Por fim, ambas reconhecem o limite do autoconsumo: as hortas não podem abastecer bairros inteiros. Mas, enquanto a segurança alimentar reafirma sua função doméstica, a soberania alimentar interpreta tal limite como um incentivo para aprofundar a autonomia e fortalecer a organização comunitária.

### **5.1.3.2. Soberania alimentar: utopia prática**

Nos discursos comunitários, a soberania alimentar não aparece como um objetivo plenamente alcançável no curto prazo, mas como um horizonte ético e político que orienta a ação coletiva. Ainda que seja difícil falar de soberania a partir de uma horta urbana, esse ideal continua sendo fundamental para sustentar práticas de autonomia e resistência. Ele funciona como uma bússola que organiza sentidos, inspira alianças e posiciona a agroecologia como um campo de disputa política, articulando lutas urbanas e rurais e fundamentando a incidência na elaboração do planejamento territorial.

A análise também evidencia uma relação estrutural entre soberania e autonomia alimentar. Enquanto a autonomia refere-se à capacidade concreta de produzir parte do próprio alimento e manter a horta, a soberania amplia essa prática, vinculando-a a direitos, saúde e território. A autonomia é vivida na horta; a soberania projeta-se para o território.

Essas tensões entre autonomia e dependência, ritmos institucionais e disputas territoriais mostram que as hortas produzem capacidades organizativas e subjetividades que transformam o território. Longe de constituir um obstáculo, tais ambivalências têm impulsionado os processos a diversificar estratégias e se projetar coletivamente. Com essa base, o subcapítulo seguinte analisa como essas práticas geram impactos sociais e políticos concretos e como se consolidam como atores relevantes nos debates sobre o modelo de cidade e sobre o futuro do BUR NOR.

## **5.2. Impacto social e político da organização comunitária**

O impacto social e político das hortas comunitárias configura um processo de organização territorial, produção de saberes coletivos e disputa pelo modelo de cidade. O trabalho de campo mostra que esses espaços têm funcionado como escolas políticas, nós de articulação comunitária e plataformas de incidência em debates estratégicos como o POT. Este subcapítulo analisa duas dimensões dessa trajetória: como práticas inicialmente orientadas à subsistência se transformaram em processos de defesa territorial; e como as articulações consolidaram sujeitos políticos capazes de interpelar a institucionalidade.

### **5.2.1. Trajetórias de incidência e defesa do território**

O impacto das hortas comunitárias do BUR NOR transcende a produção agrícola: tratam-se de plataformas de organização, espaços de formação política e dispositivos territoriais que disputam a forma como a cidade é pensada e

planejada. As entrevistas mostram que a agroecologia urbana e popular tem permitido reconstruir comunidade, fortalecer capacidades coletivas e abrir espaços de interlocução com a institucionalidade.

Muitas hortas surgiram em contextos de precariedade, deslocamento e fome. Experiências como a de *Nuevos Horizontes* mostram como iniciativas criadas para garantir a alimentação mínima de famílias deslocadas, à medida que seus participantes fortaleceram vínculos internos e se articularam a organizações e redes comunitárias, transformaram-se em espaços de politização.

Com o fortalecimento organizativo, essas hortas passaram da segurança alimentar para horizontes de soberania e direito ao território. Semear deixou de ser apenas um ato produtivo e tornou-se uma prática de permanência e resistência frente ao despojo urbano. Esse processo gerou capacidades para interpretar o ordenamento territorial, participar de debates do POT e do Plano de Desenvolvimento, e posicionar-se como atores legítimos na defesa da borda. Embora algumas iniciativas tenham se transformado ou se reduzido, seu legado segue operando como memória organizativa e inspiração para debates atuais sobre justiça territorial.

Embora muitas hortas atuem politicamente, nem sempre verbalizam essa dimensão. Há uma lacuna entre a prática cotidiana centrada em plantios, adubos ou compostagens, e debates mais amplos sobre soberania alimentar ou incidência política. Essa limitação abre, justamente, um campo estratégico para a consolidação de agendas coletivas.

Os grupos focais indicam que a discussão precisa transcender o bairro e projetar-se em escala de cidade, articulando as agendas do BUR NOR com os corregimentos e com processos rurais, como o Distrito Rural Camponês. Três eixos concentram hoje as principais disputas: a defesa do território; o reconhecimento da autonomia e da soberania alimentar como objetivos da política pública; e a articulação urbano-rural como parte de um mesmo projeto territorial.

Esses debates ganham maior relevância diante do macroprojeto BUR NOR, no qual a agroecologia emerge como alternativa a modelos tecnocráticos de “proteção ambiental”, gestão do risco e restauração ecológica. A Lei de Cidades Verdes abre uma janela de oportunidade jurídica que pode fortalecer essa incidência, desde que as comunidades consigam disputar sua implementação. Nesse cenário, as organizações enfrentam questões cruciais: a agroecologia será reconhecida como política ou continuará relegada a programas assistenciais? Como integrar agendas urbanas e rurais? E o que diferencia a

agroecologia urbana e popular de versões institucionais mais tecnocráticas e despolitizadas?

### **5.2.2. Relações de articulação entre atores**

As experiências analisadas mostram que nenhuma horta ou processo comunitário do BUR NOR opera de forma isolada; todas se inscrevem em um tecido relacional que combina vínculos produtivos, pedagógicos e políticos, e que explica boa parte da capacidade organizativa para defender o borde e disputar a planificação urbana. Este subcapítulo examina como essas articulações se configuram, que formas assumem nas distintas comunas, quais temas integram as organizações e que problemáticas afetam a continuidade do trabalho coletivo. O conjunto revela um mosaico complexo no qual convivem redes históricas, articulações emergentes, alianças com a academia, tensões derivadas de projetos institucionais e dinâmicas de fragmentação ou não articulação. Compreender essas relações permite identificar limites e potencialidades das multitudes agroecológicas em construção e dimensionar por que o fortalecimento da rede interna se converte em condição estratégica para a incidência territorial.

#### **5.2.2.1. Dois níveis de articulação: interna e externa**

As experiências agroecológicas se inserem em um tecido relacional que vincula hortas, organizações territoriais, instituições públicas, ONGs e universidades. Essas conexões operam em dois planos interdependentes: uma articulação interna, centrada no tecido comunitário, e uma articulação externa, orientada para alianças e diálogo com atores institucionais. Ambas dimensões explicam a capacidade organizativa e de incidência territorial das hortas.

No plano interno, a articulação se expressa nos vínculos entre hortas, coletivos e processos ambientais por meio do intercâmbio de saberes, apoio mútuo e ações conjuntas. Esse tecido é desigual. Na Comuna 8, por exemplo, combinam-se continuidades e fragmentações: a experiência da *Corporación Ecohuertas Jardín* (que articulou entre 8 e 10 hortas) mostrou os limites de redes centradas quase exclusivamente na comercialização, onde a ausência de um eixo comunitário enfraqueceu o sentido político e gerou desgastes administrativos.

Em contraste, na Comuna 1 (Huerta Escuela Ester Vásquez) e em Bello Oriente (Casa para la Vida, Comuna 3), consolidaram-se nós interbairros sustentados por mais de quinze anos de organização, memórias compartilhadas de deslocamento e uma institucionalidade comunitária robusta. Já em outras zonas da Comuna 3, a articulação é frágil e condicionada pela mobilidade territorial, que define amplamente a possibilidade de articulação.

No plano externo, as redes comunitárias se relacionam com a Prefeitura de Medellín, com anteriores programas como Jardín Circunvalar, a Unidade de Vítimas, a Secretaria de Meio Ambiente, mesas ambientais e o Orçamento Participativo, assim como com ONGs e universidades locais e internacionais. Essas alianças oferecem recursos, legitimidade técnica, formação e visibilidade, mas também geram riscos de cooptação, apropriação discursiva ou uso instrumental das hortas como simples “indicadores” de gestão.

#### **5.2.2.2. Articulação interna: experiências e temas comuns**

A articulação interna assume diversas formas nas ladeiras: redes históricas, nós atuais e circuitos territoriais ampliados. Entre as redes pioneiras, encontram-se a Rede de Huerteros da Comuna 8 (2009–2010), ligada à *Gerência de Desplazados*, e em Manrique (Comuna 3), outra rede de horticultores articulou bairros da parte alta. Nesses processos, a memória camponesa, a troca de sementes e os mutirões articulavam os horticultores. Embora tais redes tenham se debilitado ao longo do tempo, deixaram aprendizagens que reaparecem nas configurações atuais.

Hoje, as articulações apresentam dinâmicas diferenciadas entre as comunas. Na Comuna 8, a parte alta conforma um tecido que combina formação política, práticas agroflorestais e defesa territorial, onde El Faro funciona como um nó pedagógico que conecta diversas hortas por meio de oficinas, visitas e intercâmbios. Na Comuna 3, a *Huerta Menstrual* articula agroecologia, cuidado comunitário e memória de mulheres com processos como *Casa para la Vida*, *Ester Vásquez* e *Fundación Caminos*, enquanto a Ester Vásquez emerge como referência pedagógica que articula as comunas 1 e 3. Essas articulações se apoiam em afinidades políticas, histórias de deslocamento e condições materiais como a acessibilidade viária. Ao mesmo tempo, articulações ampliadas reforçam esse tecido. Na Comuna 8, a reativação da Rede de Horticultores em 2025 expressa um esforço por reconstruir vínculos e delinear uma agenda comum.

A articulação também engloba dimensões culturais e de turismo comunitário. Iniciativas como o *Café Tintoretto* transformam percursos territoriais em experiências pedagógicas que integram arte, memória e agroecologia, enquanto a *Mesa Comunitária de Turismo* em Bello Oriente disputa narrativas e evita modelos mercantilizados. Mutirões e jornadas com universidades entrelaçam saberes acadêmicos e comunitários, projetando as hortas para além do cultivo e fortalecendo sua legitimidade territorial.

Desse conjunto emergem eixos comuns que estruturam a articulação: formação e intercâmbio de saberes, gestão colaborativa de recursos, produção e comercialização solidária e visibilização territorial por meio de visitas, encontros e participação em redes de cidade. Além disso, há uma agenda territorial compartilhada que articula memória das vítimas, defesa da borda, luta contra o despojo, incidência no POT e no BUR NOR e reconhecimento do trabalho de cuidado do território, que é um eixo profundamente político que transforma a agroecologia em prática de resistência e ferramenta de disputa pelo sentido do desenvolvimento urbano.

### **5.2.2.3. Alianças com a academia e redes territoriais**

O impacto social das hortas comunitárias é amplificado decisivamente pela articulação com universidades, coletivos e organizações sociais. Desde o final dos anos 2000, essas alianças permitiram traduzir experiências locais em linguagens conceituais e técnicas capazes de dialogar com a institucionalidade. Na Comuna 8, por exemplo, o trabalho conjunto com universidades locais e internacionais abriu espaços de formação, fortaleceu a capacidade argumentativa e legitimou politicamente demandas antes consideradas periféricas, como a soberania alimentar ou a valorização das hortas.

Nas comunas 1 e 3, as articulações entre hortas, coletivos culturais e equipes acadêmicas promoveram práticas de educação popular, turismo comunitário e produção de saber situado. Essas dinâmicas ampliaram os públicos participantes (crianças, jovens, visitantes, pesquisadores) e consolidaram a agroecologia como espaço de socialização. Assim, a universidade não apenas oferece ferramentas metodológicas, mas também habilita reconhecimento social e posiciona as hortas como referências urbanas em debates mais amplos sobre a cidade.

Um efeito central dessas articulações é a emergência de um sujeito político coletivo. Em experiências como a Ecohuerta El Pacífico e Ecohuerta 13 de Noviembre, a agroecologia permitiu que lideranças deslocadas deixassem posições de subalternidade para assumir papel ativo na defesa do território. Em outras, como a Horta Menstrual centrada em saúde menstrual e cuidado, os processos comunitários têm gerado lideranças que politizam o corpo, a cura e a autonomia, ampliando o repertório de lutas ambientais e sociais na cidade.

### **5.2.2.4. Principais problemáticas dos processos de articulação**

As entrevistas e os grupos focais convergem em assinalar que os processos de articulação enfrentam dificuldades que afetam tanto a coordenação prática

quanto a continuidade e a coesão política das experiências. Uma das tensões mais recorrentes é a dependência de projetos e operadores externos. Quando contratos como os do Jardín Circunvalar, Arví, Salvaterra ou da Corporación Ecohuertas Jardín chegam ao fim, as redes tendem a se enfraquecer ou desaparecer, evidenciando que a permanência de muitos processos depende mais do esforço comunitário do que de políticas públicas duradouras ou institucionalidades estáveis.

A isso se soma a persistência de processos de cooptação e de “institucionalização vazia”, por meio dos quais a institucionalidade adota discursos comunitários, modifica metodologias ou impõe formatos externos que acabam diluindo a lógica popular que deu origem às redes. Essa apropriação simbólica, acompanhada da substituição de práticas participativas por enfoques tecnocráticos, corrói a confiança e gera resistências entre as hortas.

Outra dificuldade enfatizada é a baixa participação comunitária em reuniões e espaços de coordenação. Lideranças de distintas comunas como Sembrando Caminos de Libertad e Hortas de Paz mencionam que “*as pessoas não gostam de reuniões*”, frequentemente percebidas como desgastantes ou pouco eficazes. A precariedade do tempo, marcada por trabalhos informais, responsabilidades de cuidado e múltiplas tarefas comunitárias, limita a disponibilidade para encontros periódicos e sobrecarrega poucas pessoas com a responsabilidade de representar toda a rede.

#### **5.2.2.5. A não articulação: causas e impactos territoriais**

Embora as problemáticas descritas anteriormente expliquem parte das dificuldades de coordenação, as entrevistas mostram que a não articulação é, em si, um fenômeno político com causas próprias e efeitos diretos sobre a capacidade organizativa. Trabalhar de forma isolada, ou articular-se apenas pontualmente, expressa uma combinação de desgaste histórico, condições materiais adversas e diferenças nos sentidos atribuídos à agroecologia, elementos que devem ser interpretados como parte do campo de forças que atravessa as encostas.

A experiência de projetos impulsionados por operadores externos como Salvaterra ou Arví gerou a percepção de que “tudo depende do contrato” e que, uma vez encerrado o financiamento, a rede se desfaz; isso alimenta reservas frente a novas articulações e reforça a opção por trabalhar autonomamente. Somam-se limitações materiais e de tempo que reduzem a participação comunitária; nessas condições, os espaços coletivos tendem a ser percebidos

como exigentes ou pouco efetivos, restringindo a possibilidade de sustentar redes mais amplas.

Também pesam diferenças de enfoque político e agroecológico. Nem todas as hortas concebem a agroecologia como ação coletiva, defesa do borde ou projeto político. Para algumas, a horta é estratégia de bem-estar familiar; para outras, como Hortas de Paz, Tinajas e El Pacífico, a relação com a institucionalidade é indispensável; outros grupos, como Horta Escola El Faro priorizam a autonomia frente a qualquer interlocução. Essas divergências produzem ritmos desiguais de participação e dificultam a construção de acordos comuns.

As consequências da não articulação são significativas: reduz-se a capacidade de incidência em instrumentos como os PDL, PAAL ou o BUR NOR; diminui-se a visibilidade da agroecologia das encostas; limita-se a circulação de saberes, sementes e aprendizagens; e aumenta-se a vulnerabilidade diante de cooptações institucionais, pressões armadas ou modelos de planejamento alheios ao território.

Em síntese, a não articulação constitui uma condição estrutural que afeta a sustentabilidade política e organizativa das hortas. Compreender suas causas e efeitos permite dimensionar a centralidade do tecido comunitário que, apesar da fragmentação, revela vínculos, pedagogias e disputas que constituem as bases para a consolidação de uma multidão agroecológica territorializada e com capacidade de incidência.

#### **5.2.2.6. Fortalecer a rede interna como condição para a incidência**

Os grupos focais de Comuna 3 e 8, coincidem em uma sequência política clara: primeiro, tecer a articulação interna; depois, dialogar com as instituições. O ponto de partida é fortalecer os vínculos entre hortas e organizações, “*conhecer quem trabalha no território*”, saber quem cultiva o quê, com qual enfoque e qual horizonte político se compartilha. Isso implica mapear atores, clarificar o panorama da borda e construir uma agenda comum desde baixo.

Somente a partir dessa base faz sentido dialogar com a Prefeitura ou outras instâncias para negociar condições e disputar políticas públicas. Sem rede interna, aumentam os riscos de cooptação, fragmentação ou uso das hortas como vitrines institucionais. A experiência da Ecohuertas Jardín reforça esse alerta. A lição é impulsionar redes que articulem o produtivo ao pedagógico e ao político, permitindo construir aquilo que diversas lideranças chamam de “autoridade territorial”, isto é, capacidade de incidir no planejamento, negociar com operadores e disputar o sentido da “proteção ambiental” nas encostas.

Esse enfoque dialoga diretamente com a hipótese do eixo social sobre a atomização dos esforços agroecológicos. O trabalho de campo mostra hortas que operam sozinhas ou com vínculos muito pontuais, memórias de redes que se enfraqueceram com a saída de operadores institucionais e impactos negativos da individualização sobre o acesso a recursos, a circulação de saberes e a interlocução política. Daí que a articulação em rede seja compreendida como condição para a sustentabilidade e o potencial político das hortas no BUR NOR.

Em conjunto, as trajetórias de incidência e as dinâmicas de articulação analisadas mostram que a agroecologia urbana é simultaneamente prática social e campo de disputa política. A capacidade de incidência alcançada segue sendo frágil e desigual, mas constitui uma base organizativa a partir da qual as comunidades disputam o futuro da borda e da cidade. Esses achados preparam o terreno para o próximo subcapítulo, dedicado à análise das políticas públicas e dos instrumentos de planejamento aplicáveis às encostas de Medellín.

### **5.3. Políticas públicas e planejamento participativo**

A análise das políticas públicas de agroecologia urbana e do planejamento participativo evidencia que as relações entre comunidades e institucionalidade são atravessadas por lacunas estruturais, programas assistenciais fragmentados e, ao mesmo tempo, por oportunidades emergentes de disputa do ordenamento territorial. Este subcapítulo aborda esses dois planos de forma articulada: de um lado, examina a ausência de uma política pública de agricultura urbana e a presença de iniciativas dispersas, e construindo as diretrizes que as organizações vêm delineando para uma futura política pública de agroecologia urbana na cidade; de outro, analisa as tensões e as possibilidades que atravessam o planejamento participativo do macroprojeto BUR NOR, onde se disputa o futuro das encostas de Medellín.

#### **5.3.1. Ausência de política pública de agricultura urbana**

O trabalho de campo revela que a relação entre as hortas comunitárias e a institucionalidade ocorre em um cenário marcado pela inexistência de um marco político definido. Em vez de uma política pública de agroecologia urbana, observam-se programas fragmentados, operadores cambiantes e apoios de curto alcance que variam conforme cada administração. Esta seção analisa como essa dispersão institucional afeta a continuidade e a autonomia das hortas.

Em Medellín, mais do que uma política pública de agroecologia urbana, existe um mosaico de programas e ações dispersas sobre hortas, segurança alimentar

ou “meio ambiente”, marcados por forte viés assistencialista e baixa continuidade. 90% das pessoas entrevistadas insistem: não conhecem uma política clara de agroecologia; identificam, no máximo, iniciativas pontuais, manuais técnicos ou normativas setoriais. Mencionam-se, por exemplo, um acordo sobre agricultura regenerativa focalizado em zonas rurais, o manual de silvicultura urbana ou a Lei de Cidades Verdes; porém, não há diretrizes locais que reconheçam as hortas como parte estratégica da gestão urbana.

Nesse contexto, os programas de hortas têm operado principalmente por meio do Orçamento Participativo e de recursos ordinários de distintas secretarias. Sua lógica tende a se repetir: distribuição de adubos, sementes (frequentemente transgênicas), ferramentas, cercamentos e, em alguns casos, assessoria técnica limitada. Os horticultores reconhecem a importância desses apoios, mas também sua insuficiência: priorizam a execução de gastos, e não o fortalecimento dos processos de longo prazo. Daí a crítica recorrente aos programas “de foto”, úteis para demonstrar resultados rápidos, porém incapazes de garantir acompanhamento sistemático ou fortalecimento organizativo.

Essa lógica é agravada por restrições burocráticas: não é possível, por exemplo, receber simultaneamente apoio do Orçamento Participativo e da Unidade de Vítimas; os programas de hortas aparecem como “componentes frágeis” em projetos mais amplos, projetados para cumprir indicadores mais do que para afirmar direitos. Paralelamente, muitas hortas que cuidam de lotes em comodato o fazem sem respaldo estatal diante de ameaças de urbanização irregular ou da presença de atores armados; as comunidades sentem que “cuidam” de terrenos que deveriam ser responsabilidade de inspeções ou do controle territorial, mas sem receber apoio estável em contrapartida.

Nesse cenário, o papel dos operadores institucionais é ambivalente. Por um lado, *Fundación Salvaterra* ou a *Corporación Arví* foram fundamentais para identificar lotes, conformar grupos, montar estufas, entregar mudas e acompanhar tecnicamente processos de autoconsumo, trocas e venda. Em determinados momentos, sua atuação ampliou o número de hortas e posicionou a segurança alimentar na agenda pública. Por outro lado, as comunidades apontam limites importantes: muitos operadores atuam sob lógicas de contratos curtos, frequentemente priorizando a sustentabilidade financeira acima da construção do tecido comunitário; em certas situações, sua ação é percebida como cumprimento de metas, e não como aposta política compartilhada.

O caso de *Salvaterra* evidencia claramente como as mudanças de administração municipal condicionam a continuidade dessas iniciativas. Sob a gestão 2012–2015, o projeto experimentou forte expansão, passando de um piloto de 4 para

22 hortas urbanas. Na administração 2016–2019, o foco deslocou-se para o sustento do já existente, contratos foram reestruturados (por exemplo, o Banco de Alimentos passou à Arví) e se limitou a criação de novas hortas. Finalmente, na administração 2020–2023, vários contratos foram encerrados ou transformados, obrigando a Salvaterra a redirecionar esforços para hortas familiares dispersas por meio de outras secretarias. O resultado é um padrão de avanços e retrocessos dependente das prioridades de cada governo local, revelando a vulnerabilidade dos processos na ausência de uma política pública.

As lideranças coincidem em afirmar que os programas foram, em geral, um apoio marginal e descontínuo, sem acompanhamento sistemático nem reconhecimento pleno do potencial da agroecologia. A institucionalidade aparece como um “ator de duplo fio”: habilita recursos, visibilidade e certa legitimidade, mas tende a cooptar discursos e impor metodologias.

Em síntese, Medellín possui programas de hortas, mas não uma política pública de agroecologia. Os programas existentes fornecem insumos, formação e alguma legitimidade, mas de forma fragmentada, marginal e altamente dependente de operadores e conjunturas administrativas. Ao mesmo tempo, deixam lições valiosas: a necessidade de superar o assistencialismo, de ancorar as ações em redes comunitárias fortes e de reconhecer as hortas como sujeitos políticos capazes de participar da definição dos marcos institucionais que regulam o território.

### **5.3.2. Diretrizes comunitárias para uma política pública de agroecologia urbana**

Em primeiro lugar, as organizações insistem que uma política pública deve ser co-construída, e não elaborada exclusivamente a partir dos escritórios institucionais. Isso implica que o diálogo precisa partir de processos prévios de articulação entre hortas e organizações comunitárias. Em segundo lugar, destaca-se a necessidade de fortalecer a articulação urbano–rural (BUR NOR + Distrito Rural Camponês). Nesse sentido, identificam-se várias janelas de oportunidade: a construção de uma política de agricultura nos corregimientos (bairros rurais); a Lei de “Cidades Verdes” e suas disposições sobre agricultura urbana e periurbana; e a possibilidade de que macroprojetos como o BUR NOR incorporem, desde sua formulação, princípios agroecológicos claros.

As discussões revelam que, diante da ausência de uma política pública consolidada sobre agricultura urbana, foram as próprias comunidades que começaram a delinear aquilo que poderia se tornar uma política pública de agroecologia. Suas propostas não derivam de um modelo teórico, mas da

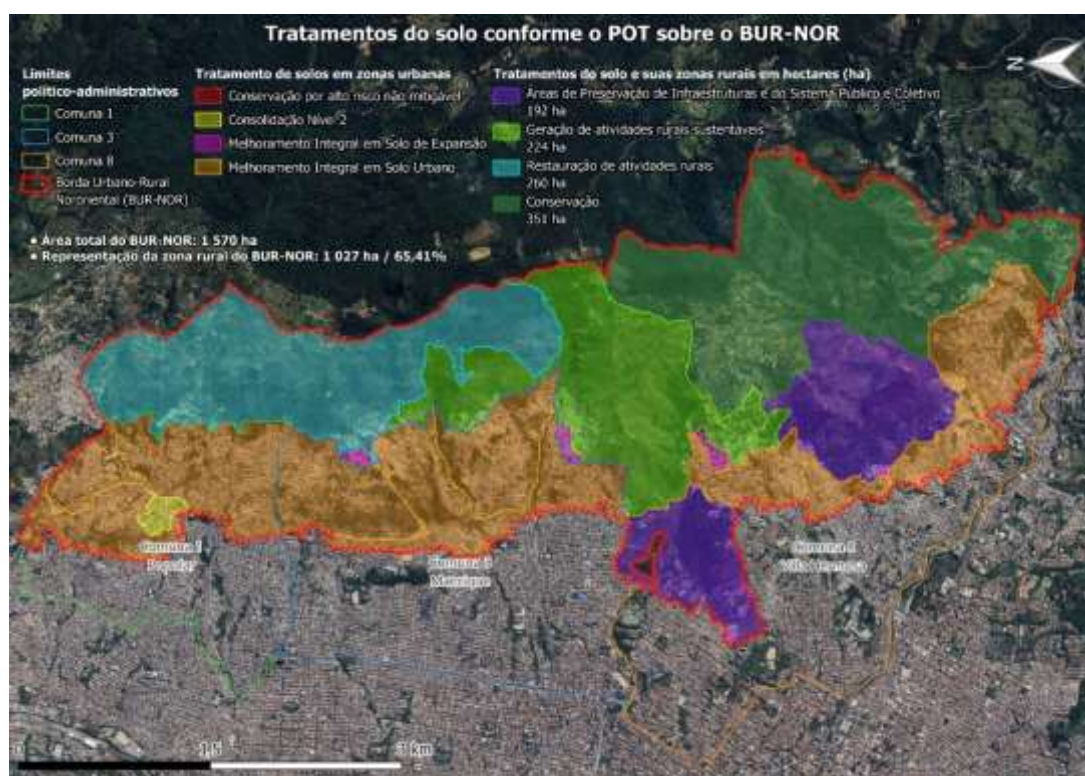
experiência acumulada nas encostas, onde as hortas funcionaram como espaços de produção, pedagogia, memória e defesa territorial. A partir desse acúmulo emergem quatro linhas estratégicas e uma transversal, que configuram uma visão comunitária robusta.

A primeira linha orienta-se para a segurança e soberania alimentar, entendidas não como programas assistenciais, mas como práticas de autonomia territorial. As comunidades enfatizam a prioridade de sementes nativas e crioulas, a integração de pequenos animais, o fortalecimento do compostagem e a promoção de hortas familiares e comunitárias com acompanhamento técnico contínuo. Essa visão desloca o enfoque das “hortas decorativas” e afirma o direito coletivo de produzir alimentos saudáveis na borda urbano-rural.

A segunda linha enfatiza a necessidade de equipamentos agroecológicos capazes de tecnificar a produção e superar limitações de clima, inclinação e erosão. Os grupos focais propõem: estufas populares baseadas em princípios de permacultura; laboratórios de transformação para conservação e processamento de excedentes; centros de coleta por comuna; e circuitos autônomos de distribuição, como cestas verdes. Essas infraestruturas não apenas ampliariam a produção, mas consolidariam um sistema territorial permanente, substituindo a lógica descontínua dos projetos.

A terceira linha fundamenta-se na economia solidária e na comercialização justa, permitindo sustentar as hortas sem sacrificar seus princípios. Propõem-se mercados locais, feiras, produtos transformados, formação em economia solidária e sistemas de distribuição direta, como CSAs (Comunidades que Sustentam a Agricultura) comunitárias. A prioridade, além do económico, é a alimentação saudável e o fortalecimento do tecido comunitário.

A quarta linha integra agroecologia e planejamento territorial, especialmente em relação ao BUR NOR. Nessa perspectiva, as hortas deixam de ser iniciativas isoladas para se converterem em infraestrutura territorial, contribuindo para estabilizar o solo, regular a água e fortalecer a proteção hídrica. As organizações propõem incorporar medidas de controle de erosão e reflorestamento, além de reconhecer os horticultores como guardiões de microbacias, responsáveis pelo cuidado e pela restauração. A criação de viveiros agroflorestais, aliada ao manejo de solos e à diversificação produtiva, permitiria reativar áreas degradadas sob os lineamentos dos polígonos RAR (*Restauración de Actividades Rurales*) e GARS (*Generación de Actividades Rurales Sostenibles*). Em conjunto, esta linha compreende a agroecologia como eixo de ordenamento territorial, articulando produção, restauração ecológica e gestão do risco.



*Figura 31. Mapa de tratamento do uso do solo no Plano Diretor da cidade (POT).  
Fonte: Elaboração própria baseados em dados do Plano de Ordenamento Territorial (POT) de Medellín.*

O mapa de tratamentos do solo no BUR NOR (Figura 31) evidencia que se trata de um território majoritariamente rural: dos 1.570 ha totais, cerca de 65% correspondem à zona rural. Essa porção distribui-se entre os tratamentos de Conservação (34%), RAR (25%), GARS (22%) e Áreas de Preservação de Infraestruturas e do Sistema Público e Coletivo (19%). Do ponto de vista do planejamento essa configuração desloca a agroecologia do registro estritamente produtivo para o âmbito do ordenamento, permitindo compreender hortas, agroflorestas e viveiros como infraestrutura verde multifuncional.

No GARS o BUR NOR tem 224 hectares compreendidas principalmente entre comuna 3 e 8, e para este tipo de tratamento o POT de Medellín orienta a reconversão produtiva para agroflorestas, sistemas silvopastoris e regeneração natural, com metas de conectividade ecológica, estabilidade do solo e regulação hidrológica, o que justifica tecnicamente priorizar corredores agrofloretais e mosaicos produtivo-conservacionistas, sustentados por uma assistência técnica contínua e acordos de manejo que reconheçam os horticultores como agentes territoriais de proteção e conectividade; no RAR o BUR NOR tem 260 hectares, principalmente na parte alta de Comunas 1 e 3, e por sua vez o POT, enfatiza a restauração das condições rurais e o fortalecimento das organizações de

produtores por meio de assistência técnica, assegurando segurança de uso (comodatados e pactos), infraestrutura adequada (água, compostagem e biofábricas) e formação ajustada à realidade das encostas; já no tratamento de Conservação, a intervenção deve priorizar proteção hídrica e restauração, por meio da recomposição de cobertura vegetal com espécies nativas e da recuperação de nascentes e matas ciliares.

De maneira transversal, as organizações propõem uma linha de Agroecologia e Ação Climática. Essa perspectiva reconhece que as hortas desempenham funções essenciais diante da crise climática: mitigam emissões por meio da captura de carbono, do aumento da cobertura vegetal e da melhoria dos solos; e apoiam a adaptação pela regulação hídrica, redução da erosão e fortalecimento da segurança alimentar. As propostas incluem projetos de micro-restauração ecológica, agroflorestas comunitárias e o reconhecimento das hortas como Soluções Baseadas na Natureza (SbN) dentro do planejamento urbano. Esse reconhecimento facilitaria o acesso a cooperação internacional e a fundos climáticos, posicionando o BUR NOR como um laboratório de adaptação territorial. Ao situar a crise climática como eixo transversal, a política pública de agroecologia deixa de ser vista como tema marginal ou assistencial, tornando-se um componente estratégico do futuro urbano de Medellín.

Essas propostas são elaboradas com um reconhecimento crítico: o território do BUR NOR, nas condições atuais, não possui capacidade para produzir volumes elevados de alimentos. Mudanças climáticas, declives acentuados, perda de nutrientes e ausência de irrigação ou estufas limitam a produtividade. Por isso, as comunidades insistem que a política pública não deve buscar transformar o BUR NOR em um corredor de abastecimento massivo, mas sim em um território de autonomia alimentar localizada, onde prevaleçam o autoconsumo, a transformação de excedentes e a proteção dos ecossistemas. Nesse cenário, a produtividade não se mede apenas em quilos, mas na capacidade de manter propostas agroecológicas que integrem solo, biodiversidade e comunidade.

Em conjunto, esses aportes demonstram que a agroecologia urbana pode operar como horizonte político. A ausência de uma política pública obrigou as comunidades a formular, desde baixo, um modelo integral que combina alimentação, restauração ecológica e ordenamento territorial. Esse processo evidencia a existência de um saber situado capaz de orientar a formulação do BUR NOR e, mais amplamente, de uma futura política pública de agroecologia em Medellín. O desafio do Estado não é “inventar” o modelo, mas reconhecer, fortalecer e co-gestar essa arquitetura comunitária que já existe nas encostas. Se isso ocorrer, a agroecologia poderá consolidar-se como um dos pilares de uma cidade mais justa.

### **5.3.3. Planejamento participativo em torno do Macroprojeto BUR NOR**

O planejamento participativo em torno da agroecologia no BUR NOR é atravessado por três tensões estruturais: o conhecimento limitado que grande parte das comunidades possui sobre o macroprojeto, o que restringe sua capacidade real de incidência; a necessidade de construir propostas coletivas com fundamentação técnica para disputar o ordenamento; e a percepção ambivalente do BUR NOR, visto simultaneamente como risco (por possíveis dinâmicas de despejo ou tecnocratização) e como oportunidade para posicionar a agroecologia na agenda da cidade. Nesse cenário, emergem debates sobre o POT, a restauração ecológica, a soberania alimentar e o papel das organizações como sujeitos de cogestão. Em conjunto, o material de campo revela que o planejamento participativo não é um mecanismo dado, mas um campo de disputa em que as comunidades buscam inscrever seus saberes e propostas como parte constitutiva da ordem urbana.

#### **5.3.2.1. Assimetrias informativas no conhecimento sobre o BUR-NOR**

O primeiro elemento destacado nas entrevistas é a forte desigualdade no conhecimento comunitário sobre o Macroprojeto BUR NOR. Algumas lideranças, especialmente na Comuna 8, possuem compreensão sobre o projeto e participaram de discussões anteriores vinculadas ao POT e ao modelo de cidade. Outros atores conhecem apenas o nome do macroprojeto, mas desconhecem seu alcance, dimensão territorial ou impactos potenciais sobre os bairros. Finalmente, um grupo significativo (inclusive lideranças experientes como Horta Escola Ester Vasquez, Hortas de Paz ou Horta Menstrual) afirma não ter recebido informações suficientes para entender o que está sendo proposto, quais áreas serão intervenientes ou quais mecanismos de participação existirão.

Essa assimetria não deriva de falta de interesse, mas de falhas na circulação de informação pública. Nos grupos focais, insiste-se que a participação só será real se a informação for socializada desde as fases iniciais, e não quando as decisões já estiverem tomadas. Isso evidencia que a capacidade de incidência depende tanto do conhecimento técnico quanto das redes organizativas que conseguem acessá-lo, conformando um campo desigual de participação.

#### **5.3.2.2. Hortas e planejamento urbano**

O segundo eixo analítico articula três dimensões: o lugar das hortas no POT, sua incorporação potencial ao BUR NOR e sua relação com o Melhoramento Integral de Bairros (MIB). Nos relatos, há consenso de que a agroecologia ocupa posição

marginal no POT, limitada a ações ambientais acessórias ou programas sociais. Para os coletivos, a agroecologia é estratégica para proteger a borda, gerir riscos e promover produção alimentar local; sua marginalidade, portanto, é percebida como ameaça, pois existe o risco de que seja incorporada apenas de forma simbólica, desprovida de suas dimensões políticas, territoriais e comunitárias.

Em relação ao BUR NOR, entrevistas com Horta Nuevos Horizontes e Ecohuerta El Pacífico, destacam a dupla função das hortas: alimentar e ecológica. Elas contribuem para a segurança e soberania alimentar por meio de hortas familiares e comunitárias, sementes nativas, espécies menores e circuitos agroalimentares locais; e fortalecem a restauração ecológica por meio do controle da erosão, manejo de microbacias e reflorestamento. Essa dupla função permite disputar visões assistencialistas e posicionar a agroecologia como critério integral de ordenamento territorial. Ambas dimensões articulam-se à gestão do risco e à adaptação climática: estabilizam solos, reduzem vulnerabilidades e garantem alimentos em contextos de crise.

A relação com o MIB também é relevante. As experiências da Comuna 8 mostram que as hortas têm sido fundamentais para reconstruir tecido social, estabilizar solos e reforçar pertencimento em zonas de autoconstrução. Embora o MIB ainda não incorpore plenamente esses aportes, sua articulação com o BUR NOR abre a possibilidade de reconhecer as hortas como infraestruturas comunitárias permanentes, e não como projetos transitórios.

### **5.3.2.3. Articulação prévia para a incidência territorial**

O terceiro eixo trata da capacidade de incidência das organizações na formulação do BUR NOR. Os testemunhos convergem para um ponto: a incidência só será efetiva se as organizações chegarem articuladas e com propostas claras antes da formulação institucional. Surge daí a insistência em “*chegar um passo à frente*”: não esperar para reagir, mas elaborar desde já diagnósticos, mapas de restauração ecológica, critérios comunitários de uso do solo e lineamentos agroecológicos para a gestão do borde.

Também aparece uma leitura fina do “tempo político”: a formulação do BUR NOR ocorrerá na administração 2028–2031, oferecendo margem para amadurecer propostas. As comunidades não querem ser consultadas tardiamente, mas participar desde o desenho, tendo seus saberes reconhecidos como insumos técnicos legítimos para o planejamento urbano.

Nesse contexto, ganha relevância a reativação de redes intercomunais como instâncias capazes de articular processos diversos e dialogar com a

institucionalidade. Também se destaca o uso estratégico do Orçamento Participativo para financiar pilotos e inserir a agenda agroecológica em orçamentos reais, evitando depender apenas da conjuntura política.

Nos grupos focais das Comuna 3 e 8, as organizações defendem que as medidas ambientais do BUR NOR sejam implementadas preferencialmente por meio de convênios com organizações locais, evitando operadores externos que desconhecem o tecido territorial. Essa proposta expressa uma visão sofisticada de cogestão: a agroecologia como estratégia de planejamento social desde baixo, e não como componente ornamental.

#### **5.3.2.4. Potencialização das iniciativas agroecológicas**

O quarto componente diz respeito ao fortalecimento das hortas no marco do BUR NOR. As entrevistas apontam que a sustentabilidade das hortas requer integrar aspectos técnicos, produtivos, organizativos e culturais. Entre as necessidades mais citadas estão: tecnificação básica com sistemas de irrigação e manejo de solos, bioinsumos, estufas populares adaptadas às encostas e a consolidação de equipamentos agroecológicos de bairro ou comuna, como laboratórios de transformação, centros de coleta e viveiros. Essas infraestruturas permitiriam superar limitações climáticas e consolidar sistemas agroecológicos estáveis para além dos ciclos curtos de projetos.

Além disso, a transformação de alimentos surge como estratégia central de sustentabilidade e fortalecimento econômico: geleias, desidratados, molhos, vendidos em circuitos de gastronomia comunitária e feiras agroecológicas projetam a agroecologia para além da escala familiar, criando condições para uma participação mais efetiva em circuitos solidários de intercâmbio e comercialização justa. Desse modo, as hortas se consolidam como espaços de educação e de economia comunitária.

#### **5.3.2.5. Riscos e tensões: cooptação e operadores**

Por fim, as comunidades reconhecem riscos relevantes: expansão do loteamento e perda de cobertura vegetal; uso instrumental da agroecologia pela institucionalidade sem reconhecer sua dimensão política; ou a transformação do “solo de proteção” em mecanismo de expulsão silenciosa de populações camponesas urbanas. Há preocupação também com a cooptação discursiva e com a redução das hortas a práticas tecnocráticas, desconectadas de seu caráter comunitário.

Por outro lado, emerge um debate sobre o papel do operador agro-logístico. A *Fundação Salvaterra* sustenta que o Estado carece, atualmente, de capacidades técnicas para implementar sistemas agroecológicos na escala do BUR NOR, razão pela qual arranjos mistos entre organizações comunitárias, Estado e cooperação internacional poderiam ser necessários. No entanto, as organizações alertam que essa intermediação não deve deslocar seu protagonismo, nem se converter na privatização técnica do território.

Em síntese, o planejamento participativo aparece como um terreno onde se cruzam riscos reais e oportunidades históricas. As organizações têm consciência disso e, por essa razão, buscam articular capacidades, fortalecer a formação política e consolidar redes territoriais capazes de disputar, em condições de igualdade, o sentido do futuro da borda.

De modo geral, a análise das políticas públicas revela um padrão claro: a institucionalidade atua de forma fragmentada e assistencialista, enquanto as organizações comunitárias construíram uma visão muito mais integral do território. Diante desse vazio político e técnico, os coletivos formularam diretrizes e critérios de ação que extrapolam o marco estatal vigente. O desafio não consiste apenas em criar novas políticas, mas em reconhecer e ancorar institucionalmente essa arquitetura territorial construída desde baixo, de modo que a agroecologia urbana deixe de ser um programa marginal e se converta em um princípio estruturante do ordenamento e do futuro do BUR NOR.

#### **5.4. Imaginários comunitários sobre a Agroecologia e as Hortas no futuro**

A análise das entrevistas e dos grupos focais mostra que as projeções de futuro das hortas e da agroecologia urbana operam simultaneamente em duas escalas: uma escala micro, vinculada aos projetos de vida, à organização comunitária e à sustentabilidade produtiva de cada horta; e uma escala macro, na qual a agroecologia é imaginada como parte estrutural do modelo de cidade. Esses imaginários não são exercícios abstratos: condensam aprendizagens, frustrações, desejos políticos e horizontes estratégicos construídos a partir da experiência cotidiana nas encostas. Assim, pensar “a horta do futuro” e “a agroecologia urbana do futuro” equivale a situar como as comunidades projetam seu lugar no território e que tipo de cidade buscam construir desde baixo.

##### **5.4.1. Projeções para as hortas comunitárias**

As projeções construídas pelos horticultores sobre o futuro de suas hortas situam-se em uma escala íntima, concreta e territorial, na qual a horta aparece simultaneamente como projeto produtivo, espaço pedagógico e núcleo de vida comunitária. Mais do que imaginar transformações abruptas, os relatos apontam

para um horizonte de fortalecimento progressivo, no qual as hortas se consolidam como infraestruturas capazes de produzir alimento, vínculos e coesão comunitária.

Uma das imagens mais recorrentes é a da horta transformada em aula ambiental: um espaço onde crianças, jovens e adultos aprendam sobre solos, biodiversidade, sementes, nutrição e práticas agroecológicas. A presença de hortas escolares em instituições educativas surge como um anseio recorrente, pois garantiria a continuidade geracional dos saberes e a formação de novas lideranças ambientais. Diversos horticultores expressam o desejo de ver seus espaços “cheios de grupos”, recebendo estudantes, visitantes e redes de outras comunas em atividades de intercâmbio de saberes.

Também emerge um forte desejo de maior apropriação comunitária. As pessoas entrevistadas imaginam hortas com maior participação das pessoas do bairro, mais envolvimento juvenil, maior articulação com as Juntas de Ação Comunal, organizações sociais e coletivos culturais, e um tecido social capaz de sustentar a horta mesmo diante da oscilação dos apoios institucionais. Nessa projeção, as hortas são concebidas como espaços comunitários consolidados, com autonomia organizativa e base social empoderada.

No plano produtivo, os imaginários apontam para o fortalecimento técnico e a diversificação. Sonha-se com estufas que permitam enfrentar as mudanças climáticas, com galinheiros ampliados para aumentar a produção avícola, com sistemas robustos de compostagem e de recuperação de resíduos orgânicos, e com espaços destinados à transformação de alimentos, como desidratadores, produção de geleias e outros produtos artesanais. Alguns processos, especialmente aqueles com trajetória na produção de café, expressam o desejo de serem reconhecidos pela qualidade de seus produtos.

Por fim, muitas projeções relacionam-se ao desejo de que a horta se converta em um referente de turismo comunitário, articulado a trilhas ecológicas, roteiros de memória e experiências pedagógicas. Não se trata de turismo comercial, mas de turismo de base comunitária, no qual a horta funcione como porta de entrada para que visitantes compreendam a história das encostas, o valor do território e a força da organização local.

Em conjunto, essas visões mostram que a horta do futuro é imaginada como um espaço produtivo, pedagógico, comunitário e ecológico, sustentado por uma organização fortalecida e por apoios que potencializem sua autonomia.

#### 5.4.2. A agroecologia urbana e popular como projeto de cidade

Quando as horticultoras e os horticultores projetam o futuro da agroecologia urbana, deslocam-se para uma escala macroterritorial, na qual a horta deixa de ser um projeto local para tornar-se um componente estratégico da cidade. Esses imaginários expressam aspirações políticas, ambientais e culturais que articulam redes, comunas e territórios mais amplos, conectam experiências dispersas e produzem um sujeito político capaz de disputar o modelo urbano.

Uma das visões mais recorrentes é a de uma “cidade verde”, na qual a agroecologia seja uma política estrutural. As pessoas entrevistadas imaginam redes intercomunais articuladas (inclusive sob a forma de cooperativas) que permitam coordenar a comercialização, a formação, o intercâmbio de sementes e projetos comuns. Nesse cenário, as cirandas infantis e juvenis são compreendidas como base geracional dessas multitudes, isto é, como sujeitos coletivos que dão continuidade à soberania alimentar e garantem que as hortas não desapareçam nos próximos dez ou vinte anos. Também emergem imaginários de uma horta menstrual por comuna, expressão concreta de um feminismo territorial que amplia e pluraliza essas multidões.

A recuperação de sementes nativas e crioulas é projetada como prioridade. Para muitos entrevistados, sem sementes próprias não há soberania alimentar nem autonomia territorial. Por isso, imaginam-se bancos de sementes articulados a viveiros agroflorestais. Essas projeções se conectam diretamente com a aspiração de que Medellín conte, futuramente, com agroindústrias populares e centros de transformação vinculados a circuitos curtos solidários.

Do ponto de vista ecológico, há um forte desejo de que as hortas contribuam para restaurar e proteger as encostas. Muitas entrevistas imaginam um BUR NOR onde os polígonos de *Restauração de Atividades Rurais* (RAR) e *Geração de Atividades Rurais Sustentáveis* (GARS) estejam cobertos por agroflorestas, corredores verdes, obras de mitigação baseadas na natureza e práticas de reflorestamento comunitário. A frase “as hortas são o futuro” se repete como síntese de uma visão em que a agricultura urbana se converte em ferramenta de adaptação climática, gestão de risco e cuidado da água.

Um horizonte projetado por Salvaterra é o de 200 hectares produtivos em Medellín, distribuídos entre encostas, terraços, varandas, telhados verdes e espaços intersticiais. A aspiração é diversificar o acesso a alimentos por meio de espécies menores, frutíferas, galinhas, plantas aromáticas e sistemas agroflorestais urbanos. No campo educativo, imagina-se uma cidade com extensão hortícola, ensino técnico de nível médio em agroecologia nos colégios,

salas ambientais permanentes, centros de pesquisa e formação em agricultura urbana. Esse cenário inclui mercados territoriais de produtos orgânicos e feiras.

Em síntese, a agroecologia urbana do futuro é vista como capaz de sustentar alimentação saudável, restauração ecológica e organização comunitária; um projeto de cidade em que as hortas deixem de ser marginais e passem a integrar o ordenamento urbano, a política climática e a construção da soberania alimentar. No conjunto, as visões futuristas das horticultoras e dos horticultores revelam que a agroecologia urbana não se limita à produção de alimentos, mas constitui um projeto territorial que articula pedagogia, restauração ecológica, justiça climática e organização comunitária. As expectativas para o futuro de cada horta (mais técnica, mais comunitária, mais autônoma) entrelaçam-se com um horizonte ampliado em que Medellín é imaginada como uma cidade verde, intercomunal e soberana. Nesta dupla escala, a agroecologia aparece simultaneamente como prática cotidiana e como projeto político de longo prazo: um caminho para disputar a borda, redefinir o território e construir cidades mais justas a partir da base comunitária.

Os achados deste capítulo mostram que a agroecologia urbana e popular das encostas não constitui um conjunto de experiências isoladas, mas um campo político em plena gestação. As tensões entre autogestão e dependência estatal (5.1) evidenciam que as hortas se constroem em um terreno de precariedades materiais, mas também de grande criatividade organizativa, no qual a autonomia se produz de forma situada e relacional. As trajetórias de incidência e as redes de articulação (5.2) revelam a emergência de sujeitos coletivos capazes de disputar a borda, reconfigurar narrativas de cidade e produzir saberes próprios. A análise das políticas públicas e do planejamento participativo (5.3) mostrou que, diante de um Estado fragmentado e assistencial, foram as comunidades que delinearam os lineamentos mais coerentes para uma política de agroecologia urbana. Finalmente, os imaginários de futuro (5.4) projetam uma visão de cidade em que as hortas integram o ordenamento e a vida comunitária.

Na articulação entre tensões, práticas e disputas perfila-se a hipótese que orienta esta pesquisa: a conformação de multitudes agroecológicas. Não se trata apenas de redes ou coletivos, mas de um processo emergente no qual diferentes hortas, lideranças e pedagogias se conectam para produzir uma força territorial capaz de disputar o futuro do modelo de cidade. Assim, o capítulo 5 permite compreender a agroecologia urbana e popular como um projeto político e territorial de longo alcance. Essa leitura abre caminho para o capítulo seguinte, onde serão discutidas as implicações teóricas e práticas dessas configurações emergentes e seu papel na construção de alternativas para a agricultura urbana no Sul Global.

A group of people are working in a field, possibly planting or tending to crops. The scene is set in a rural area with a large tree in the background and a hazy sky. The overall color palette is warm and orange-toned. The people are wearing various casual clothing, and one person in the foreground is wearing a white shirt with a logo. The field appears to be a mix of soil and straw or mulch.

6

**Discussão**

# CAPÍTULO 6.

## Discussão

---

**1**

### Transição agroecológica na borda urbano-rural



- 1.1 Híbridez da agroecologia urbana e popular
- 1.2 Pelos caminhos da transição agroecológica
- 1.3 Sentidos do agroecológico e potencial de transição
- 1.4 Agroecologia como prática de construção social do território

**2**

### Arquiteturas organizativas e multidões agroecológicas



- 2.1 Composição social e motivações da ação coletiva
- 2.2 Fortalezas e eixos de trabalho dos processos organizativos
- 2.3 A tensão entre processos atômicos e multidões agroecológicas

**3**

### Campos de disputa territorial na agroecologia urbana e popular



- 2.1 Correlação de forças nas encostas
- 2.2 Uma combinação estratégica entre autonomia e apoio institucional
- 2.3 Diretrizes comunitárias em cocriação

A análise desenvolvida nesta dissertação mobiliza o enfoque das *Multidões Agroecológicas* (Giraldo, 2022) como categoria integradora para interpretar, em chave unificada, os achados dos três eixos analíticos: ambiental-territorial, social-organizativo e político. A discussão parte da ideia de que a agroecologia constitui um território em disputa, no qual se confrontam projetos, linguagens e formas de produzir o espaço urbano (Giraldo & Rosset, 2017). Em diálogo com essa perspectiva, a noção de *multifuncionalidade da agricultura urbana* (Moraes Curan & Moruzzi Marques, 2021) é mobilizada como matriz interpretativa, para evidenciar a simultaneidade de processos acionados pelas hortas. Por isso, a organização dos resultados em três eixos permite ler cada achado como parte de um mesmo entramado em que produção de alimentos, vínculos comunitários e disputas pelas condições de vida se articulam na prática territorial.

No caso da borda urbano-rural nororiental de Medellín, essa lente permite ler as práticas agroecológicas não como iniciativas isoladas, mas como um conjunto de processos territorializados que, ao longo do tempo, vêm produzindo solidariedades e coesão social em um território marcado por urbanização acelerada, precariedade infraestrutural e disputas pelo uso do solo. Em consonância com o objetivo geral da pesquisa, este capítulo de discussão busca explicitar como essas práticas, em sua dimensão histórica e coletiva, configuram formas emergentes de ação social e política nas encostas.

No referencial de Giraldo, as multidões agroecológicas podem ser compreendidas como uma multiplicidade de comunidades autônomas de pequena dimensão, enraizadas em territorialidades concretas (Giraldo, 2022). Essa formulação é particularmente fecunda para o BUR NOR porque desloca a análise do inventário de experiências para a dinâmica de articulação entre elas; isto é, como se constroem vínculos, como circulam saberes e como se conformam arquiteturas organizativas capazes de sustentar práticas no tempo. Nesse sentido, a discussão propõe uma leitura interpretativa que enfatiza o modo como a agroecologia urbana opera como prática de produção social do território.

Para evitar ambiguidades, “processos atômicos” designa iniciativas valiosas, porém fragmentadas e pouco conectadas entre si, muitas vezes dependentes de lideranças específicas e de apoios institucionais descontínuos. A passagem “do atômico à multidão” é tratada como tensão (não como trajetória linear), e “multidão” funciona como chave para ler condições de continuidade e incidência. Além disso, a leitura pela ótica das multidões permite interpretar a transição agroecológica como um processo situado que não se reduz a mudanças técnicas no manejo, mas envolve simultaneamente disputas por legitimidade, reapropriações sociais e a construção de condições materiais de permanência. Em contextos como o BUR NOR, onde a expansão urbana contrai o espaço

cultivável e intensifica a competição pelo solo, “fazer multidão” torna-se também uma condição de possibilidade para sustentar o cultivo como valor de uso e como direito territorial.

Com base nessa chave integradora, o capítulo organiza a discussão em três seções. Primeiro, interpreta os caminhos da transição agroecológica nas encostas como um processo territorial e histórico. Em seguida, examina as arquiteturas organizativas, suas fortalezas e fragilidades, e a tensão entre fragmentação e articulação, isto é, as condições que permitem escalar de iniciativas dispersas para formas policêntricas. Por fim, discute a dimensão política e os campos de disputa da agroecologia urbana e popular. Ao integrar esses planos, a discussão busca evidenciar que a agroecologia no BUR NOR é, ao mesmo tempo, prática cotidiana e projeto político-territorial em construção.

### **6.1. Transição agroecológica na borda urbano-rural**

Nesta primeira parte do capítulo, a transição agroecológica é analisada a partir de quatro componentes articulados, que permitem compreender o processo para além de uma leitura estritamente produtiva. Em primeiro lugar, descreve-se a hibridez da agroecologia urbana e popular, entendida como padrão socioespacial no qual coexistem e se combinam formas comunitárias e familiares, e marcos discursivos diversos. Em seguida, examinam-se os caminhos da transição, concebidos como trajetórias não lineares e situadas. O terceiro componente explora os sentidos do agroecológico e o potencial de transição, discutindo tensões semânticas entre “orgânico” e “agroecológico”. Por fim, a análise conecta a agroecologia à construção social do território, mostrando como as hortas operam como infraestruturas que produzem permanência e disputa pelo direito ao território.

#### **6.1.1. Hibridez da agroecologia urbana e popular**

Um dos achados mais significativos é a identificação de um padrão que pode ser denominado *agroecologia híbrida* no contexto das encostas de Medellín, particularmente no território da Borda Urbano-Rural Nororiental. Essa noção refere-se à coexistência e articulação de múltiplas formas de organização, manejo produtivo e marcos discursivos, que não se ajustam a um modelo único, mas emergem de processos situados e relacionais próprios dos territórios urbano populares. A hibridez constitui uma configuração singular, na qual convergem tanto hortas comunitárias e familiares, parcelas semirurais, projetos produtivos específicos e redes de horticultores em formação.

Ainda que esta dissertação reorganize a análise em três eixos, a literatura local já indicava que o BUR NOR não pode ser lido apenas pela chave da “produtividade”. Basombrío, Franco e Rincón (2015) propõem uma leitura multidimensional da borda urbano-rural, mostrando que as iniciativas de cultivo se inserem em um emaranhado urbano, social, ambiental e econômico. Essa abordagem sustenta a interpretação da agroecologia urbana e popular no BUR NOR como prática territorial situada, relacionada ao crescimento urbano, às vulnerabilidades socioeconômicas, às condições ecossistêmicas de encosta e às formas de articulação (ou fricção) entre coletivos comunitários e institucionalidade (Basombrío et al., 2015).

Para explicitar essa hibridez, a seguir descrevo como ela se manifesta nos planos social-organizativo, técnico-produtivo, territorial e político-discursivo. Socialmente, essa configuração não responde a um modelo único, mas a um mosaico organizativo que articula atores com diferentes graus de formalização, recursos e objetivos. Assim, coexistem hortas comunitárias autônomas, impulsionadas por coletivos e lideranças locais, com experiências que mantêm algum nível de dependência ou articulação com programas estatais. Por sua vez, as hortas familiares, ainda que menos visíveis publicamente, cumprem um papel fundamental na segurança alimentar doméstica e na preservação de saberes agrícolas herdados do campo. Finalmente, somam-se projetos produtivos de pequena escala que exploram nichos de mercado, reforçando a dimensão econômica da agroecologia urbana e evidenciando como essa hibridez articula tanto o comunitário quanto o familiar, o político e o econômico.

Essa leitura ajuda a qualificar a ideia de hibridez: no BUR NOR, as experiências agroecológicas raramente se organizam por uma lógica “pura”, isto é, exclusivamente autônoma ou institucional. Ao contrário, elas combinam escalas domésticas e comunitárias e diferentes dispositivos de apoio, em arranjos variáveis que ampliam repertórios técnicos e organizativos, mas também podem produzir dependências, descontinuidades e disputas pelo sentido da própria agroecologia.

As formas organizativas não são estáticas, já que várias hortas transitam entre modelos diversos, adaptando-se à disponibilidade de recursos, a conjunturas políticas ou a mudanças nas redes de apoio, o que evidencia uma plasticidade funcional que permite sua persistência em contextos urbanos em constante transformação. Nesse marco, a rede de horticultores em processo de consolidação na Comuna 8 representa um ponto de convergência ao vincular experiências de diferentes naturezas e escalas. Essa articulação fomenta a troca de saberes e a construção de agendas comuns para a promoção da agroecologia no território.

No plano técnico-produtivo, as práticas implementadas configuram um mosaico de estratégias de manejo que articulam saberes camponeses e conhecimentos locais com aportes provenientes da formação técnica. Embora o grau de sistematicidade varie entre as experiências, em seu conjunto essas práticas revelam um horizonte comum orientado para a redução da dependência de insumos externos e a construção de alternativas de manejo sustentáveis.

Para além da produção de alimentos, as hortas comunitárias da borda urbano-rural cumprem funções de segurança e soberania alimentar de seus participantes, produzindo hortaliças, frutíferas, plantas aromáticas e medicinais destinadas principalmente ao autoconsumo e, em menor escala, à troca ou à venda. Esses espaços também funcionam como lugares de encontro e cuidado, onde a coesão social se fortalece por meio do trabalho colaborativo.

Sob uma perspectiva territorial, essas hortas contribuem para a adaptação às mudanças climáticas e para a gestão comunitária do risco, ao incrementar a cobertura vegetal, reduzir a erosão e melhorar a infiltração das águas pluviais. Sua dimensão cultural e educativa é igualmente significativa: constituem espaços para a transmissão de saberes agrícolas, culinários e medicinais, desenvolvendo oficinas comunitárias formativas e mutirões de plantio ou manutenção dos espaços. Desse modo, projetam-se como nós de aprendizagem e ação coletiva, articulando produção, cuidado ambiental e fortalecimento do tecido social no território.

Finalmente, no plano político e discursivo, a hibridiz se expressa na coexistência de múltiplas nomeações e marcos de sentido: algumas experiências se autodefinem como *orgânicas*, outras como *agroecológicas* ou simplesmente como *hortas*. Essa diversidade discursiva não implica necessariamente antagonismos, mas evidencia uma flexibilidade epistemológica característica das agroecologias urbanas, nas quais a legitimidade das práticas é avaliada mais por sua capacidade de responder a necessidades locais e construir redes de reciprocidade e resistência do que por sua filiação terminológica.

De maneira complementar, a noção de agroecologia híbrida permite descrever a pluralidade de formas e sentidos que a agricultura urbana e popular adota nas encostas de Medellín, inscrevendo-se também em debates contemporâneos que concebem a agroecologia como um campo dinâmico, plural e em constante disputa. Nesse sentido, configura-se como uma prática que se mostra simultaneamente produtiva, cultural e política.

### 6.1.2. Pelos caminhos da transição agroecológica

A análise dos caminhos da transição agroecológica nas encostas sugere que ela não opera como uma sequência linear de “etapas” técnicas, mas como um processo heterogêneo, situado e relacional, atravessado por condições territoriais, disputas de uso do solo e distintas gramáticas de organização. Delineiam-se trajetórias múltiplas, nas quais práticas agroecológicas se consolidam por experimentação, aprendizagem coletiva e combinações variáveis entre autonomia comunitária e apoios institucionais, ora complementares, ora tensionados por dependências, assimetrias e descontinuidades.

Nessa perspectiva, os “caminhos” observados podem ser lidos como rotas de transição que se articulam e, por vezes, se sobrepõem: (i) uma rota autogestionada, sustentada por vínculos de vizinhança, reciprocidades e trabalho coletivo; (ii) uma rota programático-institucional, na qual a agroecologia se viabiliza por projetos, acompanhamento técnico e recursos públicos, ainda que exposta ao risco de interrupção; e (iii) uma rota em rede, marcada pela circulação de saberes, intercâmbios e coordenação, capaz de aproximar iniciativas dispersas e ampliar sua capacidade de incidência territorial.

Nesse sentido, o relatório de gestão das Hortas Comunitárias registra que a implementação de hortas “tem uma longa tradição” vinculada a migrantes rurais assentados nas encostas, que veem nos “terrenos sem ocupar” a possibilidade de mobilizar saberes ancestrais, sendo uma atividade “desenvolvida basicamente por famílias individuais” (Salvaterra, FUBAM e EDU, 2016). Esse registro reforça que a transição agroecológica no BUR NOR não nasce como “projeto” previamente formulado, mas como resposta situada à vulnerabilidade e à necessidade de permanência, podendo desdobrar-se (de modo não linear) em formas comunitárias e redes nos ciclos posteriores.

O caso do BUR NOR sugere que a transição se constrói “passo a passo”. A periodização em um ciclo de antecedentes e três ciclos principais indica que a trajetória não se reduz a evolução técnica: ela expressa um processo histórico-político enraizado na construção social do território, em que práticas agrícolas, organização coletiva e disputas por direitos e narrativas se entrelaçam. Assim, a transição aparece menos como plano prévio e mais como aprendizagem territorial, capaz de reorganizar modos de produzir, coordenação coletiva e sentidos atribuídos à horta.

Nesse quadro, a transição agroecológica nas encostas é também uma transição política, pois envolve disputas pelo valor de uso do solo, pela legitimidade de práticas populares e pela criação de condições materiais de permanência. Por

isso, os caminhos de transição não podem ser avaliados apenas por indicadores produtivos ou ambientais, mas também pela capacidade de fortalecer o tecido organizativo que sustenta as experiências, sobretudo em um contexto de pressão urbanística e de diminuição progressiva de espaços cultiváveis.

Em diálogo com Basombrío et al. (2015) e Zea Díaz (2021), Medellín pode ser lida menos pela presença ou ausência de programas ou pela listagem de iniciativas e mais pela trama histórica que converte práticas dispersas em uma transição em curso. Isso desloca o foco de “projetos” para trajetórias: como a urbanização acelerada, a vulnerabilidade e crises como a pandemia reorganizam as condições de cultivo e empurram as hortas para combinações variáveis entre autonomia e apoio institucional. Nesse contexto, a política pública necessária vai além do fomento pontual: deve garantir permanência, infraestrutura e reconhecimento territorial do cultivo na encosta, pois a continuidade das hortas passa a depender tanto da ação coletiva quanto de instrumentos públicos que as protejam e viabilizem.

Por fim, o BUR NOR dialoga com padrões recorrentes do Sul Global em periferias autoconstruídas marcadas por urbanização informal, precariedade infraestrutural e insegurança fundiária. Não se trata de um “modelo exportável”, mas de uma regularidade possível: sob pressão urbana, a agroecologia tende a emergir como reterritorialização e, quando o solo se torna escasso, desloca-se para formas mais coletivas e politizadas de defesa do território e do direito à alimentação. A principal contribuição para o debate latino-americano é tratar a transição agroecológica como processo territorial, e, portanto, defender políticas que assegurem espaço, infraestrutura e assessoria continuada para que a agroecologia não seja expulsa pela urbanização que ela também ajuda a qualificar.

### **6.1.3. Sentidos do agroecológico e potencial de transição**

O predomínio do termo *horta orgânica* no discurso, pode ser interpretado como expressão de uma tensão epistêmica e política presente no campo da agricultura urbana. Essa preferência semântica não é neutra, mas revela como os atores territoriais se apropriam, ressignificam ou reproduzem certas categorias em função de suas trajetórias, saberes e experiências formativas. Essa situação sugere que muitas hortas, ainda que incorporem práticas compatíveis com a agroecologia, ainda não articulam esses saberes e práticas dentro de um marco político agroecológico, entendido como uma abordagem que integra a dimensão social, ecológica, cultural e econômica do sistema alimentar.

O uso predominante do conceito de *orgânico* pode dever-se a vários fatores: primeiro, a difusão institucional do paradigma orgânico com programas estatais ou fundações (como Salvaterra) promoveram um enfoque centrado na substituição de insumos, mais alinhado à agricultura orgânica do que à transformação sistêmica proposta pela agroecologia; segundo, a acessibilidade e apropriação das linguagens, já que o termo *orgânico* circula mais facilmente em contextos urbanos, sendo mais compreensível e socialmente aceito do que *agroecologia*, que pode parecer técnico, acadêmico ou politizado. E, a ausência de formação agroecológica estruturada; ainda que muitos horticultores tenham se formado em espaços comunitários, o acesso a processos de educação crítica e reflexiva sobre a agroecologia como movimento social, ciência e prática ainda é limitado, o que dificulta uma apropriação plena do enfoque.

Essa situação, longe de ser apenas uma carência conceitual, revela os limites e potencialidades das hortas urbanas populares. Ela mostra que práticas agroecológicas podem existir independentemente de sua nomeação, convidando a repensar a agroecologia a partir da prática cotidiana e de sua dimensão material antes de sua rotulação discursiva.

Nessa direção, a literatura sobre a multifuncionalidade da agricultura urbana (AU) destaca que o cultivo nas cidades não se restringe ao abastecimento alimentar, pois reativa relações sensíveis com o “mundo natural” que incidem diretamente sobre o bem-estar. Moraes Curan e Moruzzi Marques (2021) sublinham que a AU possibilita uma reconexão com a natureza, associada a efeitos positivos na saúde mental, física e espiritual (p. 217). No caso do BUR NOR, essa perspectiva contribui para compreender por que muitas pessoas nomeiam a horta como espaço de alívio, regulação emocional e reorientação do projeto de vida: o cultivo opera como prática cotidiana de recomposição do corpo e do território. Assim, o “agroecológico” não se afirma apenas como um repertório técnico ou um rótulo identitário, mas como experiência situada de bem-estar e cuidado, o que constitui um componente decisivo do potencial de transição, na medida em que sustenta a permanência e a continuidade das práticas no tempo.

As denominadas *hortas orgânicas* podem constituir uma forma embrionária ou situada de agroecologia urbana, cujas expressões materiais por vezes superam sua codificação teórica. Reconhecer essa ambivalência é fundamental para não impor definições externas, mas sim para acompanhar os processos de autoafirmação agroecológica a partir do território.

A distinção entre agricultura orgânica e agroecologia tende a diluir-se nas práticas cotidianas dos horticultores nas encostas. A maioria refere-se a suas

hortas como *orgânicas*, enfatizando a exclusão de agroquímicos, o uso de biopreparados, e a produção de alimentos saudáveis. Contudo, esse uso do termo não corresponde necessariamente aos padrões normativos da agricultura orgânica certificada. Essa ambivalência sugere que a linguagem empregada responde mais a uma apropriação prática e situada de saberes do que a uma adscrição teórica ou doutrinária, evidenciando uma agroecologia implícita ou em construção que, ainda que nem sempre seja nomeada como tal, materializa-se nas práticas.

Por sua parte, aqueles que se identificam explicitamente como agroecológicos costumam estar vinculados a processos formativos, espaços organizativos ou redes de ação coletiva. Nesses casos, a agroecologia é compreendida como um conjunto de técnicas produtivas e como uma proposta política e territorial que articula soberania alimentar e justiça social. A diferença em relação ao discurso orgânico é significativa: já que o agroecológico incorpora uma crítica ao modelo agroalimentar dominante e reivindica formas de autonomia popular. A formação, seja em espaços acadêmicos, comunitários ou de militância, aparece como condição habilitadora para transitar a uma compreensão mais profunda da agroecologia como projeto sociopolítico.

Ao mesmo tempo, os sentidos do agroecológico também se definem por fronteiras de politização ainda pouco densificadas. Restrepo Hoyos e Sandoval (2023) identificam uma fragilidade persistente no campo das sementes, ao observar que sua proteção “é um dos temas mais fracos” e que poucas pessoas recorrem às redes de guardiões. Os achados desta pesquisa no BUR NOR convergem com esse diagnóstico: o “nó” das sementes segue subpriorizado, com baixa centralidade nas hortas, articulação limitada com circuitos de custódia e um discurso ainda incipiente sobre soberania no manejo e na reprodução. Essa persistência é analiticamente relevante porque desloca a questão de um suposto déficit técnico para uma fronteira de politização: optar por “sementes livres” pode ser entendido como uma posição política frente às lógicas de controle do sistema produtivo (Restrepo Hoyos & Sandoval, 2023). Assim, a fragilidade em sementes explicita uma tensão constitutiva dos “sentidos do agroecológico” nas encostas: entre práticas horticultoras voltadas à sobrevivência e ao cuidado imediato e uma agroecologia como projeto de autonomia e disputa contra-hegemônica, cuja consolidação requer densificar capacidades coletivas no tempo.

A existência de hortas que não se autodefinem nem como orgânicas nem como agroecológicas, mas que implementam práticas coerentes com os princípios da agroecologia, revela um importante potencial de transição. Essas experiências, frequentemente motivadas pelo acesso a alimentos, pelo cuidado ambiental ou pela saúde, constituem um terreno fértil para processos de politização,

articulação territorial e apropriação crítica do conhecimento. A agroecologia, entendida como construção social, não exige uma identidade fechada nem uma adscrição ideológica prévia, mas se fortalece em processos de aprendizado coletivo, reflexão situada e reconfiguração de práticas. Reconhecer e acompanhar essas transições pode ser chave para ampliar o alcance e a profundidade das multidões agroecológicas em contextos urbano populares.

#### **6.1.4. Agroecologia como prática de construção social do território**

A agroecologia urbana popular ultrapassa a dimensão produtiva e assume um caráter relacional e territorial. Ela produz vínculos e formas de habitar o espaço urbano que reconfiguram as relações entre comunidade, natureza e cidade. Essa perspectiva ganha densidade quando é conectada à história das encostas de Medellín, já que assim como as comunidades ergueram bairros por meio da autoconstrução e da organização comunitária, hoje continuam esse processo incorporando a agroecologia, prolongando a luta pelo direito ao território em novas dimensões ecológicas e pedagógicas. As hortas convertem-se, assim, em infraestruturas sociais que fortalecem a permanência da vida nas encostas, configurando uma continuidade histórica da construção social do território.

Essa leitura dialoga com abordagens recentes que entendem a borda urbano-rural como produção social do espaço. Pérez-Alves (2023) a define como formação socioespacial complexa e dinâmica, na qual se explicitam contradições urbanas e emergem respostas autogestionadas a lacunas do planejamento formal (moradia, água, gestão do risco). Trata-se de um campo de disputa multiescalar, atravessado por dinâmicas de bairro e por macroprocessos de ordenamento e pressões ambientais, onde se experimentam arranjos de autonomia e estratégias de permanência (Pérez-Alves, 2023).

Nesse contexto, as práticas agroecológicas evidenciam que as multidões agroecológicas não apenas cultivam alimentos, mas também cultivam território, ampliando repertórios de autogestão, resistência e criação de futuro nas bordas urbano-rurais da cidade. Os achados empíricos desta pesquisa contribuem ao debate acadêmico sobre agroecologia urbana, ao mostrar que, em territórios populares latino-americanos, a agroecologia funciona como uma pedagogia do cuidado territorial, visibilizando a potência das multidões agroecológicas e expandindo os horizontes da ecologia política urbana.

A agroecologia não pode ser compreendida como um campo isolado nem como um simples conjunto de técnicas produtivas desvinculadas de seu contexto social. No caso das encostas de Medellín, constitui um componente fundamental dos processos de construção social do território e das formas organizativas que

lhes conferem sentido e direção. Seu desenvolvimento tem evoluído de maneira paralela e profundamente entrelaçada com a dinâmica socioterritorial.

Inseridas nesse contexto de ações comunitárias, a agroecologia e as hortas urbanas tornam-se parte essencial do repertório de práticas coletivas que têm permitido às comunidades transformar seu entorno. Assim, a agroecologia não surge como uma iniciativa isolada, mas como uma continuidade histórica e política das estratégias organizativas que configuraram o território, contribuindo para sua transformação socioespacial, para a soberania alimentar e para o fortalecimento das capacidades organizativas desde a base comunitária.

Essa compreensão também aparece em formulações institucionais que passam a ler a horta como infraestrutura socioecológica vinculada à gestão do risco. No Jardín Circunvalar, a sustentabilidade é tratada como noção multidimensional, associando a estabilização de encostas ao “controle de erosão” e à recuperação da borda como “ativo social, econômico e ambiental” da cidade (Salvaterra, FUBAM e EDU, 2016). Em bordas pressionadas pela urbanização, cultivar implica produzir condições de permanência e habitabilidade.

Ao mesmo tempo, esses processos operam sob condicionantes estruturais reconhecidos para a agricultura urbana na América Latina e no Caribe: escassez de espaço, baixa qualidade do solo e baixa confiabilidade do abastecimento de água, com impactos diretos sobre a viabilidade das práticas e a qualidade do que se produz (De Azevedo et al., 2020). No BUR NOR, isso reforça que “cultivar território” não é metáfora: implica enfrentar estresse hídrico, degradação de solos e pressão por usos concorrentes do solo, intensificados pela expansão urbana.

Desse modo, as hortas da borda consolidam-se como infraestruturas sociais na construção do território, articulando dimensões físicas, sociais e políticas. No plano físico, materializam-se em lotes de cultivo ou em sistemas agroflorestais, funcionando como nós estruturantes do território. Além de contribuírem para o enfrentamento da fome, podem conter a expansão urbana e apoiar a adaptação às mudanças climáticas. No plano social, tornam-se espaços de encontro e aprendizagem coletiva, fortalecendo capacidades organizativas e identidades territoriais. Sob a perspectiva política, essas experiências operam como instrumentos concretos de disputa pelo direito à cidade e ao território.

Em síntese, a transição agroecológica nas encostas de Medellín se configura como processo territorial, híbrido e relacional, no qual repertórios técnicos, formas organizativas e gramáticas de sentido se entrelaçam sob vulnerabilidade, pressão urbanística e disputa pelo uso do solo. Essa leitura evidencia que a

continuidade das experiências depende menos de ganhos pontuais e mais da capacidade de sustentar redes, aprendizagem coletiva e arquiteturas organizativas que ampliem permanência e incidência no território.

## **6.2. Arquiteturas organizativas e multidões agroecológicas**

Este apartado analisa os processos organizativos do BUR NOR e as condições sociais que sustentam e, ao mesmo tempo, limitam sua ação coletiva. Em primeiro lugar, caracteriza-se a composição social e as motivações que estruturam a participação, destacando o protagonismo feminino, as gramáticas do cuidado e o capital biográfico associado à ruralidade, ao deslocamento e à autoconstrução urbana. Em seguida, descrevem-se as fortalezas, os eixos de trabalho e os papéis complementares que conformam um “ecossistema organizativo”, bem como as fragilidades que tensionam sua sustentabilidade. Por fim, analisa-se a transição entre processos “atômicos” e a emergência de multidões agroecológicas como horizonte territorial e político.

### **6.2.1. Composição social e motivações da ação coletiva**

A composição social das hortas evidencia que a ação coletiva agroecológica não se desenvolve em um “campo neutro”, mas é atravessada por posições sociais e territoriais marcadas por desigualdades urbanas. Em geral, trata-se de sujeitos inseridos em bairros populares, onde precariedade infraestrutural e exposição diferencial a riscos moldam o cotidiano e limitam as condições de permanência. Nesse cenário, o protagonismo de mulheres (frequentemente articulando trabalho produtivo e reprodutivo) tende a conferir continuidade e densidade ética às iniciativas; e a presença de crianças, quando ocorre, atua como vetor de renovação geracional e transmissão de práticas e sentidos. Assim, o “tecido social” não é um simples agregado de participantes: ele constitui uma ecologia de relações (gênero, geração e vizinhança) que condiciona a capacidade de sustentar rotinas, pactos e coordenações coletivas ao longo do tempo.

Essa leitura encontra respaldo na literatura sobre a multifuncionalidade sociocultural da agricultura urbana. Moraes Curan e Moruzzi Marques (2021) permitem ler as hortas como dispositivos que produzem coesão social em territórios populares, gerando “espírito de comunidade”, integração intergeracional e cooperação concreta por meio do cuidado dos cultivos e do compartilhamento de alimentos, saberes e trabalho (Moraes Curan & Moruzzi Marques, 2021). No BUR-NOR, isso ajuda a interpretar relatos de “cura” e recomposição subjetiva não como efeito colateral, mas como parte constitutiva da prática.

A agroecologia urbana nas encostas consolidou-se como um espaço de liderança e ação feminina, o que traz implicações analíticas relevantes: i) exige incorporar a perspectiva de gênero na leitura dos processos; ii) demonstra que as mulheres não apenas participam, mas mantêm e reproduzem as experiências; e iii) indica que qualquer estratégia de renovação geracional ou expansão do movimento deve partir das pedagogias, tempos e redes construídas por elas.

A literatura de gênero também ajuda a qualificar esse padrão. Em contextos de borda, a proximidade entre horta e moradia torna a agricultura urbana particularmente viável para mulheres (muitas vezes chefes de família), por permitir articular trabalho produtivo e reprodutivo (ainda que com jornadas extensas e pouco tempo livre) e, em certos casos, alguma geração de renda (Camargo, 2023). Além disso, a horta pode operar como dispositivo terapêutico frente à depressão e às violências cotidianas, articulando-se a memórias rurais e ancestrais que sustentam sentidos de vida e dignidade (Camargo, 2023). Essa chave reforça, para o BUR NOR, a sustentabilidade das hortas como ecologia política do cuidado e permite ler a agência das mulheres como componente estruturante da ação coletiva, capaz de sustentar redes de cuidado e estabilizar a permanência das hortas sob pressão urbana e institucional.

Para além do recorte de gênero, a literatura também permite qualificar essas motivações como produção de territorialidades e sentidos. De Azevedo, Perxacs e Alió (2020) oferecem um enquadramento pertinente para compreender que a agricultura urbana conforma territorialidades de resistência e resiliência ancoradas em dimensões imateriais: subjetividade, memória e relações sociais produzidas no próprio território (De Azevedo et al., 2020). No BUR-NOR, isso permite ler as hortas como infraestruturas socioecológicas que recompõem vínculos e confiança e produzem pertencimento em contextos de deslocamento e precariedade.

Do ponto de vista analítico, as motivações para participar das hortas operam como uma gramática moral que organiza a adesão e estabiliza compromissos. Elas combinam necessidades materiais (alimento, cuidado, economia doméstica), demandas de bem-estar e saúde (incluindo dimensões subjetivas de “cura”) e buscas por pertencimento, reconhecimento e proteção do lugar. Essa gramática do cuidado e da permanência ajuda a explicar por que, em alguns contextos, as hortas se consolidam como espaços de convivência e reciprocidade, enquanto em outros permanecem frágeis e descontínuas quando sobrecarga cotidiana, rotatividade e pressões territoriais impedem transformar motivação em rotina compartilhada.

Por fim, trajetórias ligadas à ruralidade, ao deslocamento e à autoconstrução urbana podem ser lidas como um capital biográfico que habilita a ação coletiva, expresso em saberes práticos, repertórios organizativos e disposições afetivo-políticas de defesa do território. Ao mesmo tempo, essas trajetórias carregam vulnerabilidades, tornando a organização simultaneamente potência e risco: ela se fortalece quando converte experiência em aprendizagem e coordenação e se fragiliza quando a insegurança territorial e assimetrias de poder bloqueiam a articulação. É nesse pano de fundo que se entende a passagem do tecido organizativo à escala política, retomada adiante ao discutir arquiteturas organizativas e a tensão entre processos “atômicos” e configurações de multidões agroecológicas.

### **6.2.2. Eixos de trabalho, fortalezas e fragilidades dos processos organizativos**

A análise das experiências permite identificar eixos de trabalho recorrentes e uma distribuição de papéis complementares que sustentam a dinâmica organizativa das hortas. Em conjunto, esses elementos mostram como as comunidades constroem uma prática integral, na qual o trabalho agrícola se articula à formação, à incidência territorial e ao cuidado comunitário.

O primeiro eixo, produção e soberania alimentar, compreende o cultivo de hortaliças, plantas medicinais e alimentos básicos destinados sobretudo ao autoconsumo e, em menor escala, à troca solidária. O segundo eixo, educação e formação popular, envolve escolas de formação, cirandas infantis e oficinas comunitárias, fortalecendo a transmissão de saberes e a produção coletiva de conhecimento. O terceiro eixo, incidência territorial, manifesta-se na participação em arenas de planejamento urbano e ambiental, nas quais as hortas atuam como interlocutoras e defendem condições de permanência do cultivo. O quarto eixo, cuidado e bem-estar comunitário, incorpora dimensões afetivas do processo (acolhimento emocional, práticas de cura, espiritualidade), reforçando coesão interna e sustentação humana das iniciativas.

Esses eixos se apoiam em uma distribuição de papéis interdependente. Em linhas gerais, distinguem-se: lideranças fundadoras e articuladoras, que impulsionam a visão do processo, fazem mediações com instituições e orientam projeções públicas; lideranças de cuidado e sustentação, que garantem a continuidade cotidiana (cozinha, limpeza, acompanhamento, hospitalidade) e, embora menos visíveis, são decisivas para a estabilidade; e facilitadores técnicos, que aportam conhecimentos em manejo produtivo, compostagem, desenho agroflorestal e biopreparados, fortalecendo a formação comunitária.

Essa complementariedade configura um ecossistema organizativo que tende a operar menos por hierarquias rígidas e mais por cooperação e ajustes cotidianos. É a partir dessa base que se tornam visíveis algumas fortalezas centrais, associadas à capacidade de permanência, adaptação e articulação territorial ao longo do tempo.

Uma primeira fortaleza é o enraizamento territorial e a continuidade histórica. Experiências em bairros como Pinares de Oriente e Bello Oriente acumulam mais de uma década, o que favoreceu consolidar laços de confiança, formar novas gerações de horticultoras e horticultores e afirmar as hortas como referências locais de cuidado do território. Essa permanência reforça legitimidade comunitária e a identidade territorial, tornando as hortas espaços reconhecidos em seus contextos.

Uma segunda fortaleza é a capacidade de adaptação diante de mudanças e instabilidades. As organizações mostram flexibilidade para se manterem em contextos marcados por intermitência de apoios institucionais, perda de espaços físicos e rotatividade de participantes. Frente a essas pressões, desenvolvem estratégias de autogestão e reorganização interna que mantêm viva a prática, mesmo em condições de precariedade ou desarticulação temporária. Soma-se a isso uma terceira fortaleza: a articulação interinstitucional como capacidade de interlocução crítica (e não como dependência). Processos como a Horta Menstrual, Bello Oriente, Huerta Escuela Ester Vásquez e El Faro estabeleceram alianças com universidades, ONGs e programas públicos, apropriando-se seletivamente desses vínculos para fortalecer capacidades sem perder a orientação comunitária.

A partir dessas fortalezas, tornam-se mais nítidas também as fragilidades que tensionam a sustentabilidade. Zea Díaz (2021) é útil para interpretar que os limites das hortas na borda urbano-rural não se explicam apenas por fatores “técnicos”: eles se conectam a condições organizativas e materiais que afetam a continuidade da participação, como a dependência de recursos públicos e, sobretudo, a intermitência produzida pelos ritmos de gestão e contratação dos projetos (Zea Díaz, 2021). Quando o suporte oscila, enfraquecem compromissos e a capacidade de manter a horta como espaço de encontro e trabalho.

Nesse quadro, destacam-se três desafios recorrentes. O primeiro é a alta dependência do voluntariado, já que muitas organizações não dispõem de recursos estáveis nem de mecanismos de financiamento; isso produz desgaste, desistências e dificuldades para sustentar a continuidade. O segundo é a fragmentação territorial: apesar de articulações parciais (como a Rede de Hortas da Comuna 8), várias iniciativas seguem isoladas, com pouca coordenação

interbairros, o que limita a incidência coletiva, a circulação de aprendizagens e consolidação de agendas intercomunais. O terceiro é a sobrecarga das lideranças, frequentemente concentrada em mulheres adultas, que acumulam gestão, produção, mediação e cuidado; situação agravada quando faltam mecanismos coletivos de redistribuição do trabalho e renovação geracional. Nessa direção, a proposta de Zea Díaz (2021) por acompanhamento técnico contínuo e multidisciplinar (agronômico, social, ambiental, administrativo, nutricional), sustentado por metodologias participativas e intercâmbio de experiências, ajuda a qualificar o debate sobre sustentabilidade.

Em síntese, os processos organizativos do BUR NOR combinam eixos de trabalho e papéis complementares, o que explica sua capacidade de permanência e adaptação, mas enfrentam desafios estruturais que exigem estratégias de sustentação de longo prazo. Avançar implica diversificar formas de autogestão econômica, fortalecer articulações territoriais em escala interbairros/intercomunal e promover uma distribuição mais justa das responsabilidades. Enfrentar essas tensões é condição para que as hortas consolidem seu papel como atores políticos e territoriais na construção de uma agroecologia urbana e popular emancipadora.

### **6.2.3. A tensão entre processos atômicos e multidões agroecológicas**

A análise das hortas evidencia uma tensão persistente entre a dispersão de processos locais e a aspiração coletiva de construir uma multidão agroecológica. No estado atual, muitas experiências operam de modo atômico: são iniciativas familiares ou microcoletivas, com forte carga afetiva e simbólica, mas ainda com baixo nível de articulação territorial. A energia que as sustenta provém, em grande medida, do comprometimento de lideranças (em sua maioria femininas) e da persistência do trabalho voluntário, mais do que de estruturas formais consolidadas.

Caracterizar essas experiências como atômicas não equivale a negar organização ou vínculos comunitários. Trata-se, antes, de reconhecer um momento particular do desenvolvimento do movimento agroecológico urbano: um estágio germinal, no qual predominam núcleos de ação dispersos, sustentados por afetos, reciprocidades e autogestão cotidiana. Nessa configuração, o território se apresenta como um mosaico de “células vivas” (domésticas, de bairro ou comunais) que produzem alimento e enraizamento, mas que ainda não conseguem tecer, de forma estável, uma trama intercomunal de cooperação e incidência.

O ponto decisivo, portanto, é que nem toda proliferação de hortas constitui, por si só, uma multidão. O que está em jogo é como experiências de pequena escala se territorializam, se conectam, se protegem e ganham potência política ao longo do tempo. Por isso, a categoria de multidões agroecológicas opera aqui menos como um “estado alcançado” e mais como um horizonte analítico para interpretar transições em curso, seus avanços, bloqueios e ambivalências (Giraldo, 2022).

Essa leitura ganha densidade quando a multidão é recolocada no marco da ecologia política da agricultura. Giraldo (2018) lê a agroecologia como forma de reexistência ancorada em saberes territoriais, memórias camponesas e autonomia coletiva frente às lógicas do capital e do Estado. Ainda que esse marco derive sobretudo de contextos rurais, os achados desta pesquisa permitem ampliá-lo para cenários urbanos periféricos: nas encostas de Medellín, a agroecologia não se apresenta como “projeto agrário” clássico nem como movimento formalizado, mas como um entramado heterogêneo e policêntrico de práticas, protagonizado por sujeitos populares que reativam saberes rurais no urbano (Giraldo, 2018).

Nesse quadro, “multidões” não equivalem a organizações estáveis ou a uma unidade homogênea, mas a uma ação coletiva plural, cuja politização nem sempre é discursiva, e muitas vezes é material e territorial, produzindo efeitos na reconfiguração do espaço e do tecido social. Hortas familiares e comunitárias operam, assim, como dispositivos micropolíticos que “ruralizam” a cidade, reintroduzindo éticas camponesas, relações de cuidado e formas de habitar em territórios marcados por precariedade e disputa. Desse modo, o contínuo entre o atômico e o multitudinário pode ser lido como processo territorial e político, e não apenas como diferença de escala organizativa.

Sob essa perspectiva, o “atômico” e o “multitudinário” não são termos opostos, mas momentos de um mesmo contínuo. Na fase atômica, a prática agroecológica aparece como experiência de base, centrada no vínculo com a terra e sustentada por rotinas locais; numa fase emergente, esses núcleos passam a reconhecer-se, compartilhar saberes e construir alianças incipientes; já a fase multitudinária envolve a consolidação de redes com maior densidade organizativa, capacidade de interlocução com o Estado e projeção territorial. No BUR NOR, sinais dessa passagem aparecem em experiências articuladas à Rede de Hortas da Comuna 8 e em hortas-escolas que vêm conseguindo incidir em processos de planejamento.

Em Giraldo (2022), “multidões” designam multiplicidades de comunidades autônomas de pequena dimensão, organizadas em territorialidades concretas, capazes de expressar auto-organização e agência coletiva na transformação

social. A passagem de iniciativas dispersas para uma trama territorial mais densa pode ser compreendida como crescimento disseminado, de expansão “centrífuga”, que avança por interconexões e por ondas (Giraldo, 2022). No BUR NOR, isso se expressa na própria periodização: práticas de subsistência e reterritorialização (Ciclo 0) conformam núcleos mínimos; a transição ao comunitário (Ciclo 1) inaugura formas mistas de gestão; a tecnificação orgânica e a institucionalização parcial (Ciclo 2) ampliam repertórios e capacidades; e a politização/multifuncionalidade (Ciclo 3) aprofunda redes, formação e disputa. A multiplicação de experiências, portanto, só ganha sentido multitudinário quando se combina com coordenação, comunicação e defesa territorial.

Nessa chave, a hipótese de uma transição em curso rumo à multidão agroecológica é particularmente fecunda para interpretar a realidade atual das encostas de Medellín. Embora ainda fragmentadas, as hortas reúnem fundamentos materiais e simbólicos de um movimento em gestação: a dispersão não implica necessariamente fraqueza, mas pode indicar um momento de incubação de novas formas de ação coletiva que articulam saberes camponeses reativados no urbano, práticas de autogestão e pedagogias populares. Ao mesmo tempo, essa possibilidade não é automática: depende de condições de permanência, de proteção territorial e de capacidades de coordenação que nem sempre estão disponíveis.

Em síntese, as arquiteturas organizativas do BUR-NOR combinam forte densidade ética e afetiva com fragilidades vinculadas à descontinuidade institucional, à fragmentação territorial e à sobrecarga de lideranças. Essa combinação explica a tensão central: a coexistência de núcleos dispersos, capazes de sustentar a vida e produzir território, mas ainda insuficientemente articulados para operar como trama intercomunal estável. Assim, a “multidão agroecológica” não aparece como estado consolidado, mas como processo em disputa: sua viabilidade dependerá de ampliar a articulação territorial, redistribuir o trabalho organizativo e qualificar apoios que fortaleçam a autogestão sem produzir dependência, incluindo, nesse horizonte, a renovação geracional (por exemplo, por meio das cirandas infantis) como condição para sustentar a continuidade no tempo.

### **6.3. Campos de disputa territorial na agroecologia urbana e popular**

Esta seção parte do argumento de que a disputa em torno da agroecologia opera simultaneamente nas dimensões material e imaterial: de um lado, a luta para acessar, usar e proteger o solo e as condições concretas de cultivo; de outro, a disputa pelas ideias e definições que determinam o que conta como agroecologia e quais finalidades ela serve (Giraldo & Rosset, 2017). No BUR NOR, essa dupla

dimensão aparece com nitidez: enquanto a expansão urbana e a pressão imobiliária tornam o espaço cada vez mais escasso e instável, as organizações também precisam disputar narrativas públicas que frequentemente tentam reduzir as hortas a “projetos” pontuais, a dispositivos ornamentais ou a pacotes técnicos de “fomento”. Por isso, discutir governança e política pública implica discutir poder: quem define a agroecologia, com que instrumentos, e com quais efeitos sobre a permanência territorial e a autonomia organizativa.

A complexidade da borda urbano-rural não pode ser reduzida a um problema de produtividade agrícola. Basombrío, Franco e Rincón (2015) argumentam que a borda concentra dinâmicas simultâneas de informalidade, baixa qualidade de vida, insegurança alimentar, além de conflitos ligados à tenência e à especulação do solo; precisamente por essa densidade de problemas, sustentam a necessidade de uma política pública capaz de abarcar integralmente as dimensões implicadas, articular atores, assegurar recursos e produzir disposições normativas, como introduzir continuidade de ação para além das mudanças de administração (Basombrío, et al, 2015). Essa leitura é especialmente pertinente porque reforça que a sustentabilidade das práticas agroecológicas nas encostas depende menos de “bons projetos” pontuais e mais da construção de condições institucionais que estabilizem o cultivo no tempo.

Nesse cenário, os processos organizativos do BUR NOR se desenvolvem em meio a múltiplas iniciativas “atômicas” e dispersas e enfrentam o desafio de transformar esforços locais em capacidade de incidência. Assim, autogestão e incidência política aparecem como dimensões complementares: a autogestão sustenta as hortas quando a institucionalidade se retira; porém, seus limites são evidentes, pois, sem respaldo jurídico, sem continuidade de formação técnica e sem suporte diante das pressões urbanísticas, a defesa da borda torna-se inviável. Nessa dupla dimensão, a agroecologia urbana e popular adquire um caráter estratégico: é, ao mesmo tempo, prática comunitária e ferramenta política capaz de disputar a própria planificação urbana e inscrever a agroecologia como argumento técnico e ecológico em arenas de ordenamento.

À luz do BUR NOR, esta dissertação sustenta que a agroecologia urbana e popular nas encostas não pode ser lida apenas como difusão de “boas práticas”, mas como um processo territorial atravessado por disputa de solo e disputas de sentido. Nesse deslocamento, duas contribuições se destacam. Primeiro, o caso obriga a repensar a “transição agroecológica” menos como trajetória técnica e mais como produção social do território: estabilizar espaço, infraestrutura e condições de permanência passa a ser parte constitutiva da própria transição (Tornaghi & Dehaene, 2020; Resler & Hagolani-Albov, 2021). Segundo, a pesquisa formula a noção de autonomia situada, mostrando que, em um cenário

de intermitência institucional e de governança territorial disputada, a autonomia não se confunde com ausência do Estado, mas com um pragmatismo de negociação seletiva, proteção e articulação em rede que busca evitar tanto a captura tecnocrática quanto a vulnerabilização das lideranças (Giraldo, 2018; Giraldo, 2022). É nesse sentido que a categoria das multidões agroecológicas opera aqui como horizonte analítico; não como estado alcançado, mas como chave para compreender o que fortalece a passagem de processos atômicos para arquiteturas policêntricas (Giraldo, 2022).

Para desenvolver esse argumento, a seção organiza-se em três itens: primeiro, caracteriza-se a correlação de forças nas encostas, situando a agroecologia urbana no campo de disputas multiescalares pelo solo, pela segurança e pelos sentidos do planejamento. Depois, aprofunda-se a tensão entre autonomia e apoio institucional, propondo a noção de autonomia situada e discutindo critérios para distinguir apoios habilitadores de dispositivos que produzem dependência. Por fim, analisam-se as diretrizes comunitárias de agroecologia urbana como exercício de cocriação, no qual as organizações traduzem demandas territoriais em propostas de infraestrutura e reconhecimento para sustentar a permanência do cultivo na borda urbano-rural.

### **6.3.1. Correlação de forças nas encostas**

Em primeiro lugar, a lente da ecologia política ajuda a situar a correlação de forças no BUR NOR para além de leituras técnico-produtivas. Enrique Leff (2013) define a ecologia política como um campo crítico voltado a explicitar as assimetrias na produção socioambiental dos territórios, ao investigar “as relações de poder e conflitos políticos sobre a distribuição ecológica” (Leff, 2013, p. 15). Nessa chave, o debate desloca-se para a pergunta sobre como acessos, benefícios e riscos, são politicamente produzidos e disputados; e sobre quais racionalidades (econômicas, jurídicas, tecnocientíficas e comunitárias) orientam o ordenamento e os usos do território (Leff, 2013).

Além disso, ao enfatizar a perspectiva latino-americana, Leff (2013) recoloca a crise ambiental como crise civilizatória e disputa de sentidos no Sul Global, problematizando agendas de “sustentabilidade” que, sob aparência neutra, podem reforçar a mercantilização, controle e hierarquizações socioespaciais (Leff, 2013). Aplicada às encostas de Medellín, essa abordagem permite tratar a agricultura urbana agroecológica como prática territorial atravessada por conflitos distributivos e disputas de racionalidades. Assim, as hortas não se reduzem a funções ambientais ou alimentares: elas participam da produção de sionaturezas urbanas sob pressão fundiária e precariedade infraestrutural.

A partir desse enquadramento, a correlação de forças no BUR NOR configura um cenário complexo de disputa multiescalar, no qual interagem comunidades organizadas, institucionalidade local, atores econômicos informais e, em alguns setores, grupos armados ilegais com significativa capacidade de incidência. Nesse ponto, Pérez-Alves (2023) contribui ao mostrar que tais grupos atuam como produtores do espaço da borda ao exercerem controle territorial de facto e dinamizarem o loteamento clandestino: a subdivisão e venda informal de terrenos convertem a ocupação irregular em mercado lucrativo de propriedade informal, condicionando acesso à terra, processo construtivo e de permanência em disputa com instituições estatais e lideranças comunitárias (Pérez-Alves, 2023).

Assim, a agroecologia urbana não se desenvolve em um espaço neutro nem exclusivamente técnico-produtivo, mas em um território atravessado por assimetrias de poder, tensões históricas com o Estado e conflitos persistentes em torno do uso, controle e sentido político do solo. Nesse contexto, a horta converte-se em dispositivo de defesa da borda, prática de planejamento social desde baixo e ato de soberania comunitária frente a modelos de urbanização que tendem a invisibilizar a experiência territorial de quem habita as encostas.

Em diálogo com isso, Sá e Borsatto (2025) recolocam a agricultura urbana no centro da segurança alimentar e do direito à alimentação: ainda que a produção seja majoritariamente rural, a cidade não pode restringir-se ao consumo, devendo fomentar práticas que garantam acesso a uma alimentação digna (Sá & Borsatto, 2025). Nessa direção, as hortas não se limitam ao autoconsumo; funcionam como dispositivos pedagógicos e políticos que reorientam sentidos públicos do direito à alimentação em territórios precarizados, abrindo espaço para praticar agroecologia como agenda de direitos. Ao mesmo tempo, os autores indicam que articular agendas “distantes” pode produzir força política: quando movimentos conectam moradia, trabalho e alimentação, combater a fome deixa de ser assistencialismo e se torna disputa por transformações estruturais do regime alimentar (Sá & Borsatto, 2025). Transposto criticamente ao BUR NOR, esse argumento ajuda a compreender como a agroecologia se fortalece quando se conecta a lutas territoriais mais amplas (permanência, habitação, infraestrutura e justiça socioambiental), reposicionando a horta como parte de um repertório de defesa territorial.

Passando ao plano das relações com o Estado, as tensões entre organizações e institucionalidade constituem um dos núcleos mais visíveis dessa correlação de forças. As comunidades assinalam que o apoio institucional costuma ser insuficiente, pontual e desarticulado, e com ausência de políticas estáveis para a agricultura urbana. Somam-se a isso enfoques assistencialistas que reduzem

a agroecologia a intervenções menores, como a entrega isolada de ferramentas ou a implementação de hortas “de desenho” sem pertinência territorial, reforçando a percepção de um Estado que privilegia a execução de projetos sobre a construção de processos com as comunidades.

Nesse ponto, Resler e Hagolani-Albov (2021) ajudam a qualificar a discussão ao mostrar que o urbanismo agroecológico não pode permanecer restrito ao campo “técnico” da produção e da educação ambiental. As autoras destacam que a aproximação entre agroecologia urbana e planejamento urbano, frequentemente mediada pela soberania alimentar, é relevante, mas alertam que uma leitura centrada apenas nesses pilares tende a invisibilizar as interações comunitárias e as experiências vividas que, no cotidiano, sustentam os projetos de agricultura urbana (Resler & Hagolani-Albov, 2021). Para o BUR NOR, isso é decisivo porque a disputa envolve capacidade organizativa de incidir sobre normas, usos do solo e decisões de ordenamento que definem quais territorialidades serão possíveis nas encostas.

Por sua vez, o planejamento institucional aparece como outra fonte central de tensão. A distância entre o Plano de Ordenamento Territorial (POT) e os instrumentos PDL/PAAL (Plano de Desenvolvimento Local/Plano de Ação Ambiental Local) frente às realidades socioambientais da encosta gera temores de imposição e de novas formas de desterritorialização. Experiências prévias, como o Cinturão Verde (lembrado criticamente por diversas entrevistadas como Ecohorta 13 de Noviembre e Pinares de Oriente) evidenciam os riscos de modelos de “proteção ambiental” que classificam a borda como solo de conservação sem reconhecê-la como território habitado e reconfigurado por comunidades deslocadas e de camponeses na cidade. Essa tensão sintetiza um desequilíbrio estrutural: enquanto o Estado concentra recursos, instrumentos de decisão e legitimidade formal, as organizações sustentam a produção de alimentos e os saberes situados que dão sentido e cuidado ao território.

Apesar desse panorama, as organizações têm desenvolvido estratégias para evitar cooptação ou instrumentalização. O diálogo com o Estado só é possível quando se parte de uma autonomia organizativa, capaz de estabelecer mínimos políticos e construir rotas próprias desde o território. A definição de agendas coletivas prévias à interlocução converte-se, assim, em mecanismo para evitar que a participação se reduza a trâmite burocrático. Nessa mesma direção, a articulação com universidades surge como ferramenta para robustecer tecnicamente as propostas, fortalecer a argumentação e contrapor a tendência institucional de reduzir a agroecologia a intervenções instrumentais. A chave não está em se opor frontalmente ao Estado, mas em dialogar desde posições

fortalecidas, com legitimidade territorial e capacidade técnica para disputar a orientação do planejamento.

No plano operativo, as organizações também identificam formas de aproveitar a institucionalidade sem sacrificar sua autonomia. O Estado pode constituir uma fonte importante de recursos, formação técnica e visibilidade pública, elementos necessários para sustentar iniciativas agroecológicas em territórios onde a produtividade é baixa e onde as condições ambientais requerem um acompanhamento inicial. Do mesmo modo, a participação estratégica em instrumentos como os PDL, PAAL ou o manual de Soluções Baseadas na Natureza permite inscrever a agroecologia nas normativas e nos orçamentos locais, evitando que dependa exclusivamente da vontade política de administrações específicas. Tais estratégias não buscam alinhar-se ao Estado, mas utilizar seletivamente seus mecanismos para consolidar processos territoriais de longo prazo.

Entretanto, o macroprojeto BUR NOR introduz riscos significativos para a correlação de forças. Os testemunhos alertam que sua implementação pode desencadear a expansão de economias ilegais, o loteamento informal e a intervenção de atores armados na ocupação do solo, implicando perda de áreas agrícolas, pressão sobre nascentes e aumento da vulnerabilidade das lideranças comunitárias. Além disso, reconhece-se a possibilidade de que discursos de “urbanização verde” reproduzam dinâmicas de deslocamento da população que historicamente cuidou do território. A imposição de desenhos tecnocráticos ou sem participação efetiva constitui outro risco, pois pode desfigurar a memória territorial e desconhecer práticas que sustentam a vida nas encostas.

Diante desse panorama, a articulação entre organizações aparece como via central para equilibrar a correlação de forças, como mostra a nascente Rede de Horticultores da Comuna 8, em busca de legitimidade coletiva e capacidade de negociação conjunta. A interconexão entre hortas permite visibilizar demandas, construir agendas comuns e dialogar com a institucionalidade a partir de posições fortalecidas, enquanto alianças com universidades e coletivos externos ampliam o alcance político, oferecendo ferramentas técnicas e argumentativas que respaldam as propostas comunitárias.

Ao mesmo tempo, a leitura de Pérez-Alves (2023) reforça que a produção da borda em Medellín não se explica apenas pelo urbanismo estatal ou pela autoconstrução popular, mas também pela ação de poderes ilegais que mediam o acesso à terra via loteamento clandestino e exercem controle territorial, consolidando um mercado informal de solo (Pérez-Alves, 2023). Nesse contexto, os achados desta pesquisa indicam que as hortas comunitárias do BUR NOR

operam como práticas de resistência territorial: ao converter lotes em espaços de produção e encontro, estabilizam vínculos de vizinhança e ampliam a visibilidade comunitária, podendo tensionar economias ilegais baseadas no controle do território e na renda do solo. Assim, a sustentabilidade comunitária não se reduz a objetivo ambiental ou alimentar, mas constitui forma situada de disputa territorial frente a interesses econômicos e lógicas de dominação armada, configurando uma dimensão crítica do BUR NOR.

Em síntese, a correlação de forças configura-se a partir de profundas assimetrias derivadas do controle estatal sobre o planejamento e de capacidades de incidência que se fortalecem quando as organizações se articulam, produzem conhecimento e se apoiam em redes mais amplas. Em um território também disputado por atores armados ilegais, a agroecologia urbana consolida-se como estratégia política de defesa territorial e como mecanismo para disputar o futuro da borda urbano-rural de Medellín.

### **6.3.2. Uma combinação estratégica entre autonomia e apoio institucional**

A tensão entre autonomia e dependência constitui um dos eixos mais complexos da configuração política das hortas urbanas. Longe de se situarem em polos opostos, a autossuficiência absoluta ou a dependência passiva do Estado, essas iniciativas operam em um campo intermediário, no qual a autogestão se articula com apoios institucionais em um território marcado por precariedades materiais, intervenções estatais fragmentadas e dinâmicas organizativas de longa duração. Analisar essa relação permite compreender como as comunidades equilibram e disputam seu vínculo com a institucionalidade para sustentar práticas agroecológicas, ampliar sua capacidade de incidência e defender sua permanência na borda urbano-rural.

Ler as multidões agroecológicas como projeto político permite qualificar a autonomia observada no BUR NOR como autonomia situada: não uma autossuficiência idealizada, mas a capacidade concreta de sustentar o cultivo e a vida coletiva nas encostas. Em Giraldo (2022), a potência política da agroecologia opera como produção de poder interior, articulando dimensões destituente e constituinte (criar formas de vida e organização). Nessa chave, a questão não é “se há apoio institucional”, mas que efeitos esse apoio produz sobre a organização, a permanência e a incidência.

A relação entre as hortas comunitárias e o Estado não é linear nem homogênea: trata-se de um campo de tensões no qual convivem práticas autônomas com apoios institucionais intermitentes, assistencialistas ou inconclusos. A

dependência aparece como uma condição estrutural do contexto urbano das encostas, enquanto a autonomia é assumida como horizonte político que orienta o sentido das práticas. Assim, a tensão entre autonomia e dependência não se vive como contradição absoluta, mas como um processo dinâmico que as comunidades administram estrategicamente.

Essa formulação, porém, não autoriza uma “autonomia romântica”. O próprio Giraldo (2022) ressalta que a institucionalidade estatal é um terreno de disputa que não pode ser ignorado, ainda que o “margem de manobra” seja estreito. No BUR NOR, a autonomia se constrói por negociações seletivas e arranjos híbridos que garantem condições mínimas: “ser autônomo” não é afastar-se de toda institucionalidade, mas navegar uma pluralidade de poderes, combinando pactos, proteção e estratégias de permanência.

Nessa direção, a autonomia situada pode ser ainda mais qualificada quando a transição é recolocada no marco de um urbanismo agroecológico, na perspectiva de Tornaghi e Dehaene (2020). Os autores propõem que transições agroecológicas urbanas sejam lidas como parte de um urbanismo agroecológico centrado na reprodução social e crítico da urbanização capitalista. O foco recai no seu poder prefigurativo: ações que ensaiam outros arranjos urbanos, articulando o enfrentamento da especulação e da mudança de usos do solo, a recomposição das relações cidade–natureza, a convergência entre justiça social e justiça fundiária, e a disputa da “cidade incapacitante de alimentos” por meio de infraestruturas e arranjos coletivos que viabilizem o cultivo agroecológico (Tornaghi & Dehaene, 2020). Para o BUR NOR, isso permite afirmar que a transição não depende apenas de “mais hortas”, mas de sua capacidade de ancorar-se em disputas territoriais e produzir um metabolismo urbano alternativo baseado em cuidado e solidariedade.

Nesse enquadramento, torna-se central a ideia de infraestrutura capacitadora: a transição exige investimentos e suportes materiais que extrapolam o lote; sem eles, os esforços comunitários tendem a ser frágeis e intermitentes (Tornaghi & Dehaene, 2020). No BUR NOR, demandas como estufas, irrigação, equipamentos para bioinsumos e espaços de armazenamento/intercâmbio devem ser lidas não como “complementos” técnicos, mas como condições de permanência territorial. Por isso, o apoio institucional deve ser avaliado pelo seu desenho: ou fortalece bens comuns, continuidade e capacidade comunitária de governar o cultivo, ou despolitiza a agroecologia ao reduzi-la a pacote tecnocrático e metas de curto prazo. Assim, infraestrutura comum e durável integra a disputa sobre que cidade se produz, para quem e com quais prioridades (Tornaghi & Dehaene, 2020), revelando que a ambivalência do BUR-NOR é

menos conjuntural e mais uma tensão estrutural entre permanência territorial, reprodução social e desenhos institucionais de apoio.

Apesar dos avanços organizativos, persiste uma ambivalência estrutural: as hortas buscam autonomia, mas operam em contextos onde a precariedade as obriga a recorrer a apoios institucionais para infraestrutura, formação ou segurança jurídica. Essa tensão aparece na dependência temporária de insumos, nas expectativas relacionadas ao Orçamento Participativo e nas frustrações derivadas da descontinuidade administrativa. As comunidades reconhecem que certos apoios são necessários para sustentar e ampliar seus processos, mas também que um respaldo mal desenhado pode fragilizar o que foi construído desde baixo.

Essa ambivalência não é um problema interno, mas efeito de um modelo de agricultura urbana baseado em projetos fragmentados, sem política pública estável ou mecanismos de cogestão. Nesse cenário, as hortas procuram manter a autonomia como bússola e a incidência institucional como estratégia.

É precisamente para escapar dessa dicotomia que Giraldo (2018) propõe o “pragmatismo autonômico”: comunidades não rompem totalmente com o Estado, mas tampouco se subordinam a ele; “servem-se” seletivamente de programas e recursos como suportes circunstanciais. Isso ilumina o BUR NOR, onde a materialidade das hortas pode depender de apoios intermitentes, enquanto o sentido político se sustenta em vínculos comunitários e redes locais. O argumento se adensa com a “arte da resistência” (Giraldo, 2018): aceitar projetos e subsídios, mas desviá-los para fins próprios, mantendo a intervenção institucional “à distância”. Assim, o critério é distinguir entre apoios que ampliam capacidade comunitária, proteção territorial e continuidade e aqueles que impõem temporalidades curtas, métricas produtivistas e lógicas assistencialistas que despolitizam a prática. Em outras palavras, não se trata de medir “mais” ou “menos” apoio, mas de avaliar que tipo de apoio fortalece a organicidade e a capacidade comunitária de governar a transição.

O critério decisivo, então, é a organicidade. Giraldo (2022) enfatiza que não há multidões sem instituições autônomas e coordenações próprias, capazes de sustentar aprendizagens e impedir que a organização seja imposta “de fora”. Quando apoios públicos fortalecem redes, intercâmbios e acordos situados, ampliando a capacidade de dispersar poder, contribuem para “fazer multidão”. Quando chegam como pacotes centralizados e descontínuos, tendem a produzir dependência, fragmentação e despolitização, corroendo o tecido organizativo.

Uma implicação particularmente sensível no BUR NOR é que a autonomia comunitária se produz sob condições de governança territorial disputada e de risco. Quando a regulação do território não é exercida exclusivamente por instituições estatais, mas atravessada por formas de controle armado, a ação coletiva passa a operar em um regime de constrangimento, no qual “ser autônomo” não significa afastar-se de toda institucionalidade, e sim negociar seletivamente apoios que ampliem proteção, legitimidade e capacidade de permanência. Nessa perspectiva, a busca por respaldo institucional não é um desvio do horizonte de autonomia, mas um componente pragmático da sua sustentação: um modo de proteger lideranças, estabilizar o processo e evitar que a incidência territorial se converta em vulnerabilidade, revelando que a construção das multidões agroecológicas também depende das condições políticas e de segurança que moldam a vida nas encostas.

Nesse debate, uma referência latino-americana ajuda a precisar o que se entende por institucionalidade habilitadora: em Belo Horizonte (Brasil), a agricultura urbana consolidou-se como política pública por uma trajetória acumulativa desde os anos 1990, articulando institucionalidade estatal, formação e ação com a sociedade civil, e estabilizando-se em um marco legal vinculante. O ponto de inflexão foi a Lei Municipal que institucionalizou a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e a integrou de modo permanente às estratégias de abastecimento e de segurança alimentar e nutricional (Dias, Nascimento & Pereira, 2024), sustentada por gestão especializada, continuidade orçamentária e equipamentos públicos duráveis.

No plano operativo, a política combina apoio material e técnico (insumos, ferramentas, assistência e formação) com circuitos curtos de comercialização, articulando hortas comunitárias em áreas públicas a unidades institucionais (escolas e equipamentos de saúde) e a programas como agrofloresta urbana, compostagem e feiras agroecológicas (Dias et al., 2024). Com isso, reduz a dependência de projetos descontínuos e amplia benefícios multidimensionais como saúde e bem-estar, fortalecimento de vínculos e saberes, geração de renda e melhorias ambientais associadas à biodiversidade, ao microclima e ao manejo de orgânicos (Dias et al., 2024).

Para Medellín, entretanto, o valor analítico do caso reside também nos desafios apontados pelas autoras: fragilidade do cofinanciamento regional/nacional e necessidade de uma política de recursos humanos ajustada à assistência técnica urbana, evitando reduzir a agroecologia a intervenções pontuais (Dias et al., 2024). Em termos de critérios, isso sugere três condições político-institucionais para uma institucionalidade habilitadora: 1) governança especializada com articulação intersetorial; 2) financiamento recorrente com

rubrica permanente, incluindo equipes técnicas; e 3) marco normativo vinculante e participativo que insira a agricultura urbana agroecológica no planejamento urbano e na política de segurança alimentar, com decisões descentralizadas e participação efetiva de horticultoras/es e organizações (Dias et al., 2024).

### **6.3.3. Diretrizes comunitárias em cocriação**

As diretrizes comunitárias para uma política pública de agroecologia urbana, formuladas pelas organizações do BUR NOR, podem ser lidas como um reenquadramento da agroecologia: ela deixa de aparecer apenas como estratégia produtiva ou ambiental e passa a ser inscrita como princípio de ordenamento territorial em bordas urbanas atravessadas por precariedade, risco e disputa pelo uso do solo. Nessa operação política, a horta emerge como dispositivo que articula reprodução material (alimentos) e reprodução social (vínculos) e, portanto, como intervenção que disputa o valor de uso do território frente a lógicas de informalidade urbanística e controle territorial. Essa leitura permite interpretar tais diretrizes como resultado que condensa aprendizagens coletivas e projeta um horizonte de justiça socioambiental territorializada.

No mesmo movimento, Resler e Hagolani-Albov (2021) sublinham que a disponibilização de terras para hortas urbanas costuma estar estreitamente vinculada aos processos municipais de planejamento do espaço verde e à governança do solo; por isso, uma condição para avançar rumo a um urbanismo agroecológico é fortalecer a agência de planejamento (Resler & Hagolani-Albov, 2021). Esse argumento ajuda a interpretar que, nas encostas de Medellín, a sustentabilidade das hortas e a continuidade das práticas agroecológicas dependem de sua articulação explícita com instrumentos de ordenamento e com arenas decisórias que regulam a ocupação do território.

O solo, aqui, não opera como “suporte neutro” do cultivo: ele é o próprio objeto da disputa, atravessado por pressões urbanísticas, precariedade infraestrutural e conflitos sobre permanência. Desse modo, quando as organizações do BUR NOR formulam propostas para o Macroprojeto, elas não estão apenas projetando melhorias produtivas ou ambientais, mas construindo um horizonte político-territorial que busca inscrever a agroecologia na definição do modelo de borda e na atribuição de funções urbanas (proteção, permanência, manejo do risco), disputando a cidade desde a própria gramática do planejamento (Resler & Hagolani-Albov, 2021).

Além disso, as diretrizes expressam uma aposta por uma governança híbrida, que combina autonomia organizativa e reconhecimento estatal, buscando evitar dois extremos recorrentes nas bordas: a cooptação tecnocrática (que despolitiza

a agroecologia) e a desresponsabilização institucional (que transfere a sustentabilidade exclusivamente à capacidade comunitária).

Nesse ponto, Basombrío, Franco e Rincón (2015) ajudam a compreender por que as diretrizes comunitárias do BUR NOR ultrapassam a ideia de “política de hortas” e reivindicam um escopo mais amplo, coerente com a multifuncionalidade. As autoras defendem que a política pública não deveria restringir-se às hortas, mas incorporar estratégias de diversificação (silvicultura, agrofloresta, transformação com valor agregado e turismo) e uma coordenação transversal por meio de uma “gerência temática compartilhada” (Basombrío et al., 2015). Assim, nas encostas, a agroecologia se sustenta quando articula produção, cuidado territorial, circuitos econômicos e coordenação interinstitucional, evitando tanto a fragmentação administrativa quanto a redução tecnicista da prática.

Do ponto de vista da ação climática, as diretrizes podem ser lidas como uma proposta situada de adaptação às mudanças climáticas nas encostas. Ao afirmarem a agroecologia urbana como política, vinculam o cultivo ao manejo de riscos e à resiliência socioecológica, com recuperação de solos, infiltração e retenção de água, regulação microclimática, mitigação de ilhas de calor e requalificação de áreas degradadas. Assim, a horta passa a operar como infraestrutura comunitária geradora de co-benefícios ambientais, sociais e territoriais. Desse modo, a agenda reposiciona a agroecologia como componente estratégico de adaptação, articulando cuidado ecológico, permanência territorial e redução de vulnerabilidades em territórios populares.

Por fim, a elaboração dessas diretrizes evidencia um movimento de cocriação coerente com a perspectiva metodológica da Pesquisa-Ação Participativa (PAP), na medida em que parte de um problema vivido e nomeado coletivamente, como a ausência, fragilidade ou descontinuidade de uma política pública de agroecologia urbana em Medellín, transforma o processo de pesquisa em espaço de construção conjunta de respostas. Nesse enquadramento, pesquisador e sujeitos da investigação não se relacionam por uma lógica de extração de informações, mas por uma dinâmica de coprodução de diagnóstico e propostas, na qual a experiência territorial e os saberes práticos orientam prioridades, critérios e viabilidade.

Analiticamente, isso permite compreender as diretrizes como um resultado “duplo”: simultaneamente produto empírico (expressão de demandas, conflitos e aprendizagens) e produto político-metodológico (exercício de tradução de necessidades em linguagem pública e institucional). Desse modo, a PAP não apenas descreve a disputa por políticas, mas participa da sua formulação,

convertendo a pesquisa em dispositivo de incidência e de fortalecimento organizativo no próprio território.

Esta pesquisa mostra que a agroecologia urbana e popular nas encostas não constitui um modelo acabado, mas um processo emergente que avança entre limites materiais e potências coletivas. Ao sistematizar experiências, tensões e horizontes, o estudo oferece uma linguagem comum e ferramentas conceituais que podem fortalecer os coletivos que hoje protagonizam essas práticas. Mais do que descrever um fenômeno, busca devolver insumos ao território para sua reflexão, articulação e projeção política, apostando na consolidação dessa agroecologia como horizonte possível para Medellín.

Em síntese, ao reler o BUR NOR com a ecologia política da agroecologia, esta dissertação sustenta que a transição em bordas periféricas se explica pela capacidade de produzir território, recompor o comum e disputar condições materiais de permanência. Em diálogo com Giraldo (2018), essa politização pode operar de modo parcialmente implícito sem perder densidade territorial. Daí decorrem duas implicações centrais: fortalecer redes, formação e arquiteturas policêntricas é condição para superar processos atômicos; e a “autonomia situada” requer arranjos públicos habilitadores que ampliem a potência comunitária sem capturar a agroecologia. Nessa direção, a agenda projetada é menos de fomento pontual e mais de permanência: garantir condições para que a agroecologia urbana e popular siga existindo como prática cotidiana e como projeto político-territorial em construção. Essas implicações orientam, no capítulo seguinte, as conclusões e a agenda de desdobramentos da pesquisa.



# 7 | Conclusões

Esta dissertação analisou as práticas de agricultura urbana desenvolvidas nas encostas de Medellín, com recorte na Borda Urbano-Rural Nororiental (BUR NOR), à luz do enfoque das Multidões Agroecológicas, para interpretar sua contribuição à autonomia comunitária, à ação coletiva e à produção de redes de solidariedade e coesão social. Para evitar uma leitura tecnicista, a análise foi organizada em três dimensões articuladas: ambiental-territorial, social-organizativa e política, compreendendo as hortas como práticas situadas na construção social do território.

As encostas de Medellín constituem um caso emblemático por condensarem processos recorrentes em muitas cidades latino-americanas: migração rural-urbana, deslocamento forçado, reterritorialização em bairros autoconstruídos, precariedade infraestrutural e disputa pelo uso do solo. Nesse contexto, fazer horta é uma resposta à fome e às vulnerabilidades e uma continuidade reelaborada de saberes camponeses no urbano. Ao mesmo tempo, o caso evidencia que a agricultura urbana, quando emerge em bordas urbano-rurais, é inseparável da construção social do território: enraíza-se em redes de vizinhança, em formas de autogestão e em trajetórias coletivas de resistência e organização comunitária. Por isso, Medellín dialoga com outras periferias do Sul Global menos por ser “excepcional” e mais por tornar visíveis condições socioterritoriais frequentemente subestimadas no debate internacional sobre agricultura urbana.

Este capítulo organiza-se em quatro movimentos. Primeiro, sintetizo o aporte analítico do caso, indicando o que o BUR NOR revela sobre a agroecologia urbana e popular nas encostas. Em seguida, sistematizo as contribuições teóricas e metodológicas da dissertação, mostrando como o enfoque das Multidões Agroecológicas e o desenho metodológico adotado sustentam a interpretação. No terceiro movimento, apresento as potenciais lições do caso para o debate internacional sobre agroecologia urbana e popular no Sul Global. Por fim, delimito as limitações do estudo e aponto uma agenda de pesquisa coerente com o caráter processual das experiências analisadas.

### **Aporte analítico do caso de estudo**

Em síntese, o caso do BUR-NOR mostra que a combinação entre pressão por solo, precariedades infraestruturais, intermitência institucional e governança territorial disputada condiciona a ação coletiva agroecológica: ela emerge de forma atômica, busca articular-se, constrói autonomia situada e disputa o ordenamento por meio de diretrizes comunitárias.

Do atômico ao multitudinário como processo e horizonte. Uma conclusão central é que, nas encostas de Medellín, ainda não se pode falar de “multidões”

plenamente constituídas, mas de um germen em formação, um contínuo entre processos atômicos e esforços crescentes de articulação. De um lado, há iniciativas isoladas, sustentadas por vínculos pontuais; de outro, experiências que constroem redes, formação, intercâmbios e agendas comuns. Essa passagem deve ser lida como processo territorial, no qual a multidão opera mais como horizonte político do que como estado consolidado: mesmo quando a organicidade ainda é frágil, surgem sinais de construção multitudinária quando aparecem reciprocidades, alianças, coordenações e capacidade de formular propostas coletivas. Esse processo é sustentado pelo protagonismo feminino e por uma gramática do cuidado, que dá continuidade às hortas e abre caminho para a articulação. Esse germen organizativo, porém, só se sustenta quando consegue combinar articulação com condições mínimas de permanência, o que remete ao problema da autonomia.

Nesse contexto, a questão decisiva não é apenas articular, mas manter o processo vivo. Nas encostas, as comunidades buscam manter a autonomia como bússola e a incidência como estratégia, mas autonomia não equivale a “afastar-se do Estado”. O que emerge é uma autonomia situada: a capacidade de negociar apoios que ampliem infraestrutura, proteção territorial e condições de permanência sem capitular o sentido político da agroecologia nem deslocar o comando comunitário do processo. Por isso, a questão não é medir “mais ou menos apoio”, e sim distinguir entre apoios habilitadores (infraestrutura comum e durável, continuidade, segurança de uso, reconhecimento territorial, cogestão) e apoios tecnocráticos (pacotes padronizados, metas curtas, controle externo, despolitização). Essa distinção é central também para o debate internacional, porque evidencia que políticas de agricultura urbana não são neutras: podem fortalecer a multidão ao ampliar redes e capacidades, ou reforçar a atomização ao fragmentar processos e depender de operadores. No BUR NOR, essa autonomia situada aparece como resposta estratégica à combinação entre pressão por solo, precariedades infraestruturais e intermitência institucional, agravadas por uma governança territorial disputada que eleva riscos e constrangimentos para a ação coletiva.

Essa autonomia é “situada” porque é produzida dentro de uma correlação de forças concreta. No BUR NOR, a disputa territorial não é pano de fundo: ela estrutura a agroecologia urbana e popular. A combinação entre pressão por solo, intermitência institucional e, em alguns setores, governança territorial disputada, incluindo a presença de atores armados e economias ilegais, redefine o que significa organizar hortas, proteger lideranças e sustentar permanência. Por isso, a ação coletiva precisa operar em duas frentes inseparáveis: defesa material do lote (acesso, uso, proteção e infraestrutura) e disputa imaterial (narrativas, reconhecimento e incidência no planejamento). Nesse marco, as hortas se

afirmam como atos de territorialização, ao converter lotes em espaços de produção e encontro, as organizações disputam o valor de uso do território, tensionam usos concorrentes do solo e enfrentam uma correlação de forças que não se reduz ao Estado. É essa condição que explica por que a autonomia se constrói de modo situado e estratégico, e por que a articulação territorial aparece simultaneamente como estratégia de sobrevivência e como horizonte político.

Diante dessa correlação de forças, ganha centralidade a capacidade de traduzir experiência territorial em proposta pública. Um achado central desta dissertação foi a sistematização das diretrizes comunitárias para uma política pública de agroecologia urbana e popular. Sua inovação está em reposicionar a agroecologia como princípio de ordenamento territorial e como agenda de permanência nas bordas: as organizações formulam critérios de reconhecimento, infraestrutura e governança que inscrevem a agroecologia como projeto de cidade, e não como programa pontual ou assistencial. No BUR NOR, essas diretrizes operam como cocriação e como proposta territorial: articulam cultivo ao manejo de riscos e adaptação às mudanças climáticas, à recuperação de solos e à redução de vulnerabilidades, compreendendo as hortas como infraestruturas comunitárias multifuncionais. Para o debate internacional, o caso sugere que, em periferias do Sul Global, a agroecologia urbana pode funcionar como urbanismo agroecológico desde baixo, e que a incidência política não se esgota na denúncia, mas inclui a capacidade de traduzir necessidades territoriais em linguagem pública sem abrir mão da autonomia comunitária.

### **Contribuições teóricas e metodológicas**

As contribuições a seguir sintetizam o que o caso do BUR-NOR obriga a repensar em três debates: organização da ação coletiva, forma socioespacial da agroecologia urbana e natureza da transição. Do ponto de vista teórico, esta dissertação contribui em três frentes articuladas. Primeiro, ao aplicar o enfoque das multidões agroecológicas à agroecologia urbana em encostas, mostrando sua utilidade como lente analítica para ler um contínuo organizativo: a passagem tensionada, desigual e por vezes interrompida entre iniciativas dispersas e formas de coordenação com maior densidade política e territorial, especialmente quando se observam redes, processos formativos, circulação de saberes e capacidade de incidência no planejamento.

Segundo, ao propor que a hibridez seja tratada como padrão socioespacial da agroecologia urbana e popular em periferias. No caso analisado, a hibridez aparece como modo estrutural de sustentação da prática: combina ruralidades reterritorializadas e saberes camponeses reativados no urbano; articula escalas

familiares e comunitárias, subsistência e multifuncionalidade; convive com nomeações diversas sem fronteiras rígidas; e opera sob uma relação ambivalente com a institucionalidade. Lida assim, a hibridez ajuda a explicar por que a agroecologia urbana em bordas não se estabiliza em um “modelo” único: ela se reproduz como arranjo situado, adaptativo e disputado, cuja coerência é territorial e política, mais do que normativa ou terminológica.

Terceiro, ao reposicionar a transição agroecológica como processo territorial, menos centrado em mudanças técnicas e mais dependente de condições materiais e políticas de permanência. Em encostas periféricas, a transição se organiza por trajetórias e ciclos atravessados por pressões fundiárias, insegurança de uso, intermitência institucional e disputas de ordenamento. Esse deslocamento recoloca a transição no campo da ecologia política urbana: não se trata apenas de difundir práticas “verdes”, mas de produzir e defender território, recompor vínculos e sustentar coordenações capazes de enfrentar a disputa pelo solo e pelos sentidos do planejamento.

Em conjunto, essas três contribuições tensionam leituras do debate internacional que privilegiam métricas produtivistas ou modelos de governança “limpos” de conflito: no Sul Global, a potência agroecológica não está apenas na técnica, mas na capacidade de produzir comum, redes e projetos de cidade.

Metodologicamente, o desenho da pesquisa foi constitutivo do argumento da dissertação, e não apenas um conjunto de procedimentos. A Pesquisa-Ação Participativa (PAP) permitiu que a investigação fosse também um espaço de coprodução: não se tratou apenas de coletar dados, mas de construir diagnósticos e, em certos momentos, fortalecer capacidades por meio de oficinas e mutirões. Isso foi relevante no trabalho com diretrizes comunitárias, que podem ser lidas como resultado empírico e, simultaneamente, como resultado político-metodológico, ao traduzirem necessidades territoriais em linguagem pública e institucional.

Além disso, a matriz de congruência foi decisiva para organizar a pesquisa: em um estudo com múltiplas técnicas e um marco teórico exigente, ela ajudou a manter coerência entre objetivos, perguntas, categorias e capítulos; mais do que instrumento formal, funcionou como dispositivo de rigor ao orientar a codificação, evitar dispersão analítica e sustentar a escrita por eixos. Em síntese, o rigor aqui não deriva apenas de “mais dados”, mas de uma arquitetura analítica e participativa capaz de captar processos em movimento e sustentar interpretações consistentes.

## **Lições para a agroecologia urbana e popular no Sul Global**

As conclusões a seguir são apresentadas como lições potenciais porque, embora partam do recorte empírico do BUR NOR (Medellín), extrapolam o caso e ajudam a tensionar o debate internacional sobre agricultura urbana. Essas lições são formuladas como generalizações analíticas porque indicam mecanismos e condições de possibilidade, e não um modelo replicável. O caso explicita dinâmicas recorrentes em cidades latino-americanas e em periferias urbanas: a agroecologia urbana e popular se constitui sob insegurança alimentar, disputa por solo e instabilidade institucional. Por isso, suas contribuições podem ser lidas como processos territoriais e políticos.

A experiência do BUR NOR evidencia um paradoxo típico do Sul Global: trata-se de um território marcado por fortes condições de insegurança alimentar, mas onde a agricultura urbana e popular se afirma como prática cotidiana que busca reduzir vulnerabilidades e, ao mesmo tempo, abrir caminhos de soberania alimentar. As hortas funcionam como amortecedor diante da fome e da carestia, complementando a alimentação e sustentando redes de apoio e reciprocidade. Ao mesmo tempo, elas abrem um horizonte de soberania alimentar ao politizar o comer e o produzir: fortalecem capacidades comunitárias e recolocam no centro a disputa por condições de permanência. Essa tensão, por sua vez, desloca o problema para o território: sem enfrentar desigualdades de acesso ao solo e a instabilidade institucional, políticas de agricultura urbana tendem a permanecer fragmentadas e de baixo impacto, mesmo quando tecnicamente bem desenhadas.

Nesse sentido, nas encostas de Medellín, a agroecologia urbana e popular deve ser lida como parte da construção social do território: ela prolonga e ressignifica trajetórias de autoconstrução do habitat, organização comunitária e defesa da permanência. As hortas emergem de vulnerabilidades e reterritorializações (fome, apropriação comunitária do solo e reativação de saberes rurais) e, no tempo, se reconfiguram em ciclos que expressam a passagem de iniciativas familiares a arranjos comunitários, com crescente multifuncionalidade e politização (especialmente após a pandemia). O ponto decisivo é que esses ciclos não descrevem apenas “evolução técnica”, mas transformações na relação entre cultivo, ação coletiva e produção do espaço. Para o debate internacional, isso desloca a agroecologia urbana do registro de “funções verdes” ou de desempenho produtivo para o registro territorial: em periferias do Sul Global, ela opera como infraestrutura comunitária que reorganiza usos do espaço, recupera áreas degradadas e disputa materialmente a borda em contextos de risco, precariedade e pressão urbanística, tornando mais relevante

perguntar o que a prática faz ao território do que apenas quanto produz ou quais técnicas aplica.

É nesse enquadramento que a noção de “transição” precisa ser tratada com cuidado. Em periferias urbanas, a agroecologia raramente se consolida como passagem linear de “convencional” para “agroecológico” via adoção de pacote técnico. O que se observa são trajetórias situadas e não lineares, atravessadas por disputa fundiária, insegurança de uso do solo, intermitência institucional e restrições infraestruturais. Nesses contextos, a transição se explica melhor como processo territorial: ela avança quando se ampliam e se protegem condições materiais e políticas de permanência do cultivo, e tende a retroceder quando prevalecem fragmentação de programas, precariedade urbana e isolamento organizativo. Assim, mais do que difusão de técnicas, a transição depende da capacidade coletiva de sustentar território, coordenar práticas e disputar condições de permanência no tempo.

Quando a transição é territorial e disputada, ela raramente assume formas “puras”. A pesquisa evidencia que, em periferias urbanas do Sul Global, a agroecologia urbana e popular tende a existir sob um padrão estrutural de hibridez, não como “desvio” de um modelo ideal, mas como resultado das condições em que se produz. No BUR NOR, essa hibridez se manifesta em planos interdependentes: socioterritorial (ruralidades reterritorializadas no urbano), organizativo (arranjos domésticos e comunitários combinando subsistência e multifuncionalidade), discursivo (pluralidade de nomeações e critérios de legitimidade) e institucional (relação ambivalente com o Estado, em que apoios podem tanto habilitar quanto fragilizar processos).

Como implicação analítica, o debate internacional ganha ao tratar a hibridez como padrão socioespacial das transições agroecológicas urbanas em contextos periféricos: ela descreve como práticas, sentidos e formas organizativas se combinam para sustentar a permanência do cultivo e ampliar capacidades coletivas. Nessa chave, a diversidade de práticas (repertórios compartilhados e inovações situadas) são uma expressão de estratégias territoriais de reprodução da vida, frequentemente ancoradas em trajetórias de migração e deslocamento e no protagonismo feminino, que tornam cuidado, saúde e alimentação dimensões constitutivas da agroecologia urbana. Em síntese, a lição transferível é que políticas e análises que esperam modelos “puros” (autonomia total ou institucionalização linear) tendem a errar o alvo: em cenários do Sul Global, a eficácia e a justiça das transições dependem de reconhecer, governar e proteger essas combinações híbridas, em vez de tentar eliminá-las.

Em conjunto, essas lições sugerem que, em periferias urbanas, a agroecologia urbana e popular deve ser analisada como questão territorial: depende de permanência, redes e capacidade de incidência, e não apenas de “bons projetos” ou pacotes técnicos. Esse enquadramento ajuda a explicar por que as transições são não lineares e híbridas, e por que políticas desenhadas a partir de cenários de estabilidade tendem a produzir efeitos limitados.

Para evitar qualquer leitura “exportável” do caso, é importante explicitar o que aqui se toma como transferível como um conjunto de mecanismos analíticos. Destacam-se a transição agroecológica como processo territorial e não linear, dependente de condições materiais e políticas de permanência; a hibridez como padrão socioespacial estruturante em periferias; e a autonomia situada como pragmatismo de negociação seletiva com apoios que podem habilitar ou capturar a ação coletiva. Esses mecanismos tendem a reaparecer em outras metrópoles do Sul Global quando combinam-se insegurança alimentar, disputa por solo, precariedade urbana e intermitência institucional.

Nessa chave, a comparabilidade entre periferias latino-americanas não se produz por “semelhança total”, mas por dimensões que podem ser contrastadas: regimes de acesso e segurança de uso do solo; intensidade da pressão urbanística; grau de intermitência e fragmentação da política pública; disponibilidade de infraestrutura capacitadora; densidade das redes, processos formativos e circulação de saberes; e capacidade de incidência em arenas de planejamento urbano ou ambiental. São essas dimensões que permitem perguntar, em cada cidade, quais condições favorecem a passagem do atômico ao multitudinário, quais bloqueiam a articulação e quais tipos de apoio institucional fortalecem a permanência, em vez de despolitizar a agroecologia.

Ao mesmo tempo, o caso de Medellín possui condições específicas que modulam esses mecanismos como a centralidade do deslocamento forçado e da reterritorialização associada ao conflito armado, a presença de governança territorial disputada e economias ilegais que reconfiguram a correlação de forças, e a trajetória local de instrumentos de ordenamento territorial. Por isso, a contribuição do BUR NOR é oferecer um modo de leitura, e em outras latitudes, o desafio é identificar suas próprias condições históricas e territoriais e, a partir delas, avaliar como esses mecanismos se ativam na construção de uma agroecologia urbana e popular.

### **Limitações e agenda de pesquisa**

Como toda pesquisa situada, este estudo tem limites. O recorte territorial no BUR NOR e a seleção de experiências não pretendem representar “toda” a agricultura

urbana de Medellín, mas compreender em profundidade processos exemplares das encostas e da borda urbano-rural. Além disso, o acesso mais próximo a determinadas organizações, em geral as mais ativas e visíveis nas redes e arenas participativas, implica limites de representatividade e exige prudência interpretativa. Soma-se a isso o caráter emergente das articulações e a instabilidade institucional: redes se reconfiguram, políticas mudam, alianças se fortalecem ou se desfazem, e as condições de permanência no solo podem variar ao longo do tempo.

Por isso, as conclusões devem ser lidas como interpretação de um processo em curso, e não como fotografia definitiva. Ainda assim, a contribuição comparativa do estudo é sobretudo analítica, já que explicita mecanismos e dimensões de contraste que podem orientar leituras e pesquisas em outras bordas urbano-rurais e periferias do Sul Global.

Ainda assim, a pesquisa permite delinear uma agenda de desdobramentos para outras periferias urbanas: a centralidade da disputa por solo e permanência; a relevância das dimensões subjetivas na sustentação das práticas; e a necessidade de integrar a agroecologia urbana ao debate sobre ordenamento territorial, risco e justiça socioambiental. Para a pesquisa acadêmica, isso implica aprofundar estudos comparativos entre cidades, identificando convergências e variações, e incorporando de modo mais explícito a dimensão do conflito armado e da governança territorial disputada como variável analítica. Para a política pública, o desafio é avançar de programas fragmentados para arranjos de permanência, reconhecendo as diretrizes comunitárias como base legítima de formulação. Para os coletivos territoriais, a agenda passa por fortalecer redes policêntricas, espaços de formação e mecanismos de circulação de saberes que ajudem a superar a atomização, sem perder a autonomia situada que permite negociar apoios sem capturar o sentido político da agroecologia.

Futuras pesquisas podem: (i) aprofundar comparações entre cidades e bordas urbano-rurais latino-americanas, mapeando convergências e variações conforme regimes de planejamento e de acesso ao solo; (ii) estudar longitudinalmente a institucionalização (ou retração) de políticas públicas e seus efeitos sobre continuidade, infraestrutura e autonomia comunitária; e (iii) explorar metodologias de cocriação por meio da Pesquisa Ação Participativa, que fortaleçam a formulação comunitária de diretrizes e instrumentos de planejamento, avaliando seus efeitos sobre capacidades organizativas e incidência territorial.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alcaldía de Medellín (2014). Plan de Ordenamiento Territorial (POT) de Medellín, Acuerdo 48 de 2014. Gaceta Municipal.

Área Metropolitana del Valle de Aburrá, Alcaldía de Medellín & URBAM Eafit (2011). Plan Director BIO 2030.

Almeida, D. O. e Biazoti, A. R. (2018). Agriculturas urbanas: agroecologia para a cidade, na cidade e da cidade! Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, Jul. 2018.

Alves, H. F. (2020). Ecologia política e agricultura urbana na América Latina: reflexões teóricas por uma aproximação. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, 19 (38), 214-239. <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.171250>

Basombrío, I., Franco, V., Rincón, D. (2015). Bases para una política Pública de productividad en el borde urbano-rural de Medellín. Tesis de maestría Universidad Eafit. Medellín, Colombia.

Camargo, C. R. (2023). *Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre cuidado e política*. [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo USP]. Instituto de Energia e Ambiente da USP. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.

De Azevedo, F.; Perxacs, H. e Àngels Alió, M. (2020). Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. *Mercator, Fortaleza*, v.19, e19005. ISSN:1984-2201

Departamento Administrativo Nacional de Estadística DANE (2024). Proyecciones de Población. Obtenido de <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/proyecciones-de-poblacion>.

Dias, D. R., Nascimento, E. L., & Pereira, A. M. C. (2024). Políticas públicas exitosas de fomento à agricultura urbana – o caso de Belo Horizonte. In M. T. Garcia, C. M. Bógus, & D. E. P. Coelho (Orgs.), *Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades* (pp. 321–337). Instituto de Saúde

Fagundes, K. V., Magalhães, A. d., Campos, C. C., Ribeiro, P. M., Mendes, M. A., & Alves, C. G. (2014). Hablando de la Observación Participante en la investigación cualitativa en el proceso salud-enfermedad. *Index de Enfermería*, 23(1), 75-79.

Fals Borda, O. (1979). Cómo investigar la realidad para transformarla. En: Víctor M. Moncayo (2015). Orlando Fals Borda. Una sociología sentipensante para América Latina. México, DF: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: Clacso, 2015.

Galeano, M. E. (2004). *Estrategias de investigación social cualitativa. El giro en la mirada*. Medellín: La Carreta Editores E.U.

Giraldo, O. & Rosset, P. (2017). Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements, *The Journal of Peasant Studies*, 2017, No 3, p. 545-564. DOI: 10.1080/03066150.2017.1353496

Giraldo, O. (2018). *Ecología política de la agricultura. Agroecología y posdesarrollo*. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México: El Colegio de la Frontera Sur.

Giraldo, O. (2022). *Multitudes Agroecológicas*. Universidad Nacional Autónoma de México. ISBN: 978-607-30-6566-5

Gómez-Villarino, M. T., Urquijo, J., Gómez Villarino, M., & García, A. I. (2021). Key insights of urban agriculture for sustainable urban development. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 45(10), 1441–1469.

Melero Aguilar, N. (2012). El paradigma crítico y los aportes de la investigación acción participativa en la transformación de la realidad social: un análisis desde las Ciencias Sociales. *Cuestiones Pedagógicas* (21), 339-355.

Méndez, V. E., Bacon, C. M., & Cohen, R. (2013). Agroecology as a Transdisciplinary, Participatory, and Action-Oriented Approach. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37(1), 3–18. <https://doi.org/10.1080/10440046.2012.736926>

Méndez V. E., Caswell M., Gliessman, S. R., Cohen, R. (2017). Integrating Agroecology and Participatory Action Research (PAR): Lessons from Central America. *Sustainability*; 9(5):705. <https://doi.org/10.3390/su9050705>

Moraes Curan R. e Moruzzi Marques P. (2021). Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. *Estudos Avançados* 35 (101).

Leff, E. (2013). *Ecología política: uma perspectiva latino-americana*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 27, 11–20. Editora UFPR.

Páez, A. (2020). Agroecología urbana frente al cambio climático. Aporte al ordenamiento territorial agroecológico en las ciudades. *Rev. Ciudades Estados Política*. Vol. 7 (3), 2020, pp. 35-50. On-line version ISSN 2389-8437

Pérez, A. (2018). Las periferias en disputa. Procesos de poblamiento urbano popular en Medellín. *Estudios Políticos (Universidad de Antioquia)*, 53, pp. 148-170. <http://doi.org/10.17533/udea.espo.n53a07>

Pérez-Alves, I. (2023). Borde Urbano en Medellín. Aportes desde la experiencia de El Faro, Comuna 8 - Villa Hermosa entre 2011 y 2021. Tesis de Maestría. Universidad de Antioquia, Medellín, Colombia.

Resler, M. L., & Hagolani-Albov, S. E. (2021). Augmenting agroecological urbanism: the intersection of food sovereignty and food democracy. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 45(3), 320–343.

Restrepo Hoyos, P. A., & Sandoval, C. (2023). Redes comunicacionales de la agricultura urbana en Medellín. En: P. A. Restrepo Hoyos, C. C. Rivera Gómez, & S. Calero Cruz (Eds.), *Prácticas sociales de la agricultura urbana en Colombia* (pp. 21–42). Medellín, Colombia: FOCO Fondo Editorial & Red de Huertas Medellín.

Sá, M. E. G. de, & Borsatto, R. S. (2025). Cultivando solidariedade: MTST na luta pelo combate à fome. *Revista NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária)*, 28(3), e10814. DOI: 10.1590/1806-675520252810814

Salvaterra, FUBAM y EDU (2016). Informe de Gestión Huertas Agroecológicas Comunitarias. Medellín. Documento compartido por Fundación Salvaterra.

Tornaghi, C., & Dehaene, M. (2020). The prefigurative power of urban political agroecology: rethinking the urbanisms of agroecological transitions for food system transformation. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 44(5), 594–610.

Uran, Y.; Valencia, N.; Vanegas, S.; Isaza, C. y Velásquez, C. (2022). Sembrando Dignidad en las Laderas de Medellín. Sistematización del 1er año Huerta Escuela El Faro - Comuna 8 (2020-2021). Escuela Popular de Autonomías, Movimiento de Laderas.

URBAM EAFIT (2013). Rehabilitar la montaña: Estrategias y procesos para un hábitat sostenible en las laderas de Medellín. Disponible en: [https://www.eafit.edu.co/centros/urbam/articulos-publicaciones/Documents/urbam%20EAFIT%202013%20Publicación%20Rehabilitar%20la%20montaña\\_pliego.pdf](https://www.eafit.edu.co/centros/urbam/articulos-publicaciones/Documents/urbam%20EAFIT%202013%20Publicación%20Rehabilitar%20la%20montaña_pliego.pdf)

Velásquez, C. (2022). Escenario de riesgo del borde urbano rural de la comuna 8 de Medellín. En: Kavilando. *Revista de Ciencias Sociales y Humanas*. Medellín, Colombia. V14 N° 2 | jul-dic 2022. Pág. 223-255. ISSN: 2027-2391.

Zea Díaz, E. (2021). Estrategias de sostenibilidad para las huertas agroecológicas comunitarias del borde urbano rural, a partir del estudio de caso

de las comunas 1, 3 y 8 de la ciudad de Medellín (Tesis de maestría en Desarrollo Sostenible. Instituto Tecnológico Metropolitano ITM de Medellín.

Zuluaga Sánchez, G. (2008). Dinámicas urbano rurales en los bordes en la ciudad de Medellín. *Gestión y Ambiente*, 11(3), pp. 161-172. Universidad Nacional de Colombia Medellín, Colombia.